

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 009512	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33000167000101
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL PETROBRAS		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 33300032061		
7 - SITE www.petrobras.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 24º ANDAR				2 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
3 - CEP 20031-912		4 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3224-2040	8 - TELEFONE 3224-2041	9 - TELEFONE 3224-2042	10 - TELEX	
11 - DDD 021	12 - FAX 3224-6055	13 - FAX 3224-6101	14 - FAX -		
15 - E-MAIL petroinvest@petrobras.com.br					

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME THEODORE M. HELMS					
2 - CARGO GERENTE EXECUTIVO REL. C/ INVESTIDORES					
3 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 22º ANDAR - SALA A				4 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
5 - CEP 20031-912		6 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			7 - UF RJ
8 - DDD 21	9 - TELEFONE 3224-1524	10 - TELEFONE 3224-4914	11 - TELEFONE -	12 - TELEX	
13 - DDD 21	14 - FAX 3224-6055	15 - FAX 2262-3678	16 - FAX -		
17 - E-MAIL acionistas@petrobras.com.br					

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco do Brasil S.A / Dir. Mercado					
19 - CONTATO Mª Angela Campanha - José Luiz M. Perez					
20 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Senador Dantas, 105 - 36 andar				21 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
22 - CEP 20031-201		23 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			24 - UF RJ
25 - DDD 21	26 - TELEFONE 3808-3715	27 - TELEFONE 3808-6023	28 - TELEFONE 3808-3554	29 - TELEX	
30 - DDD 21	31 - FAX 3808-3466	32 - FAX -	33 - FAX -		
34 - E-MAIL aescriturais@bb.com.br					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
04				-	-
03				-	-
02				-	-
01				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ALMIR GUILHERME BARBASSA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 23º ANDAR				3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
4 - CEP 20031-912		5 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 3224-2040	9 - TELEFONE 3224-2041	10 - TELEFONE 3224-2042	11 - TELEX	
12 - DDD 021	13 - FAX 3224-4152	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL BARBASSA@PETROBRAS.COM.BR					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 012.113.586-15	18 - PASSAPORTE CL 998182			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2006		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2006		
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2007		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2007		
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG			6 - CÓDIGO CVM 00418-9	
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO MANOEL FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15	

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1010 - Petróleo e Gás					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PROSPECÇÃO PETRÓLEO E GAS, REFINO E PROD. DE DERIVADOS				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal Holding	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input checked="" type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO Recibos (ADRs) negociados na Bolsa de N. Iorque, Bônus internacionais
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 13/02/2007	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 02/04/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 07/03/2007	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 05/03/2007

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	JORNAL DO COMMÉRCIO	RJ
02	GAZETA MERCANTIL	SP
03	VALOR ECONÔMICO	SP
04	DIARIO OFICIAL	RJ

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 02/05/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	DILMA VANA ROUSSEFF	133.267.246-91	02/04/2007	1 ANO	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO	042.750.395-72	02/04/2007	1 ANO	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
03	GUIDO MANTEGA	676.840.768-68	02/04/2007	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA	044.004.963-68	02/04/2007	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE	351.786.808-63	02/04/2007	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	FABIO COLLETTI BARBOSA	771.733.258-20	02/04/2007	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
07	ARTHUR ANTONIO SENDAS	016.084.447-91	02/04/2007	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
09	JORGE GERDAU JOHANNPETER	000.924.790-49	02/04/2007	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
10	NESTOR CUÑAT CERVERÔ	371.381.207-10	25/04/2005	3 ANOS	1		19	DIRETOR INTERNACIONAL
11	RENATO DE SOUZA DUQUE	510.515.167-49	25/04/2005	3 ANOS	1		19	DIRETOR DE SERVICOS
12	GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA	012.771.627-00	25/04/2005	3 ANOS	1		19	DIRETOR DE EXPLORACAO E PRODUCAO
14	MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER	694.772.727-87	21/09/2007	1 ANO	1		19	DIRETORA DE GAS E ENERGIA
15	PAULO ROBERTO COSTA	302.612.879-15	25/04/2005	3 ANOS	1		19	DIRETOR DE ABASTECIMENTO
16	ALMIR GUILHERME BARBASSA	012.113.586-15	22/07/2005	3 ANOS	1		19	Dir. Financeiro e de Rel. com Investidor

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO SIM	2 - PERMANENTE SIM
--------------------------------------	-----------------------

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	EDUARDO COUTINHO GUERRA	276.000.681-68	02/04/2007	1 ANO	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
02	MARCUS PERERIRA AUCÉLIO	393.486.601-87	02/04/2007	1 ANO	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
03	TÚLIO LUIZ ZAMIN	232.667.590-87	02/04/2007	1 ANO	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
04	MARCELO CRUZ	316.297.171-34	02/04/2007	1 ANO	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
05	ERENICE ALVES GUERRA	185.697.731-53	02/04/2007	1 ANO	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
06	EDSON FREITAS DE OLIVEIRA	003.143.238-72	02/04/2007	1 ANO	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
07	NELSON ROCHA AUGUSTO	083.085.058-99	02/04/2007	1 ANO	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
08	MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA	874.013.208-00	02/04/2007	1 ANO	48	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
09	MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN	187.763.105-15	02/04/2007	1 ANO	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
10	CELSO BARRETO NETO	667.332.867-34	02/04/2007	1 ANO	47	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

- Melhor Programa de Relações com Investidores para Investidores Individuais atribuídos anualmente pela publicação americana Investor Relations Magazine;
- Prêmio "Respeito ao Investidor Individual" - Tradenetwork, por oferecer tratamento diferenciado ao acionista pessoa física, fornecido pela tradenetwork;
- International Stevie Business Awards 2005 : "Melhor Companhia da América Latina".

Gabrielli se formou em Economia pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado na mesma instituição com dissertação sobre Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Regional. Em 1987, obteve o título de PhD em Economia pela Boston University, com dissertação sobre o Financiamento das Estatais no período de 1975 a 1979. No período de 2000 a 2001 foi "Visiting Research Scholar" na London School of Economics and Political Science.

Foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia; e superintendente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (Fapex); é autor de diversos artigos e livros sobre reestruturação produtiva, mercado de trabalho, macroeconomia e desenvolvimento regional. Atualmente é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia.

GUIDO MANTEGA – Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 07/04/1949

Nasceu em Gênova, Itália, no dia 7 de abril de 1949. Formado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, foi professor de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV desde 1981. Fez doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Countries (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977. Professor de Economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP de 1984 a 1987. Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, de 1982 a 1992. Membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998, é Assessor Econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 1993 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha de 2002. Publicou dezenas de artigos em revistas como Revista de Economia Política, Estudos CEBRAP e Teoria em Debate. Livros publicados: "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil", Editora Paz e Terra, 1981; "A Economia Política Brasileira", Vozes, 1984; "Custo Brasil - Mito ou Realidade", Vozes, 1997; "Conversas com Economistas Brasileiros II", Editora 34, 1999, entre outros. Foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão até 18 de novembro de 2004, quando foi nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

exercer o cargo de Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em 28 de março de 2006, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e, em 3 de abril de 2006, foi eleito membro dos Conselhos de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e da Petrobras Distribuidora S.A. - BR.

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE – Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 17/05/1937

Bacharel em Ciências Militares (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - Resende - RJ) - 1958, Mestre em Ciências Militares (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO) 1969, Doutor em Ciências Militares (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Rio de Janeiro - RJ) 1977 e Bacharel em Ciências Econômicas - UNIPA - São Paulo - SP) 1968. Comandante do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, sediado em ITU - SP (1984-1986), Chefe de Assessoria do Gabinete do Ministro de Exército, Brasília - DF (1986-1987), Chefe da Comissão do Exército Brasileiro e Adjunto do Adido Militar, Washington - Estados Unidos da América (1987-1989) e Subchefe de Gabinete do Ministro do Exército, Brasília - DF (1989-1991). Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército, Brasília - DF (1991-1994), Comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, Campinas - SP (1994-1995), Mediador Militar - Coordenador do processo de paz no conflito entre Equador e Peru (1995-1996), Subchefe do Estado-Maior do Exército, Brasília - DF (1996-1997), Secretário Geral do Exército, Brasília - DF (1997-2000), Chefe do Departamento de Serviços, atual Departamento Logístico, Brasília - DF (2000-2001), Secretário de Tecnologia da Informação, Brasília - DF, em 2001, Comandante Militar do Sudeste, São Paulo - SP (2001-2002) e Comandante do Exército Brasileiro, Brasília - DF (2003-2007). Durante sua carreira militar recebeu ao todo 22 condecorações nacionais e 16 condecorações internacionais.

FABIO COLLETTI BARBOSA – Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 03/10/1954

Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo em 1976, obteve seu MBA no IMEDE (Institut for Management and Development), na Suíça, em 1979. Exerceu funções na Tesouraria da Nestlé, no Brasil e no exterior, no período de 1974 a 1986. No grupo Citicorp, foi Diretor de várias áreas financeiras entre 1986 e 1992. Foi Presidente do LTCB Latin America Ltda. entre maio de 1992 e agosto de 1995. A partir de setembro de 1995, transferiu-se para o ABN Amro Bank/São Paulo - Brasil onde exerceu a função de Diretor do Corporate Banking & Finance, até agosto de 1996, quando passou a Presidente da instituição. Com a incorporação do Banco Real S.A. pelo ABN Amro Bank tornou-se, desde novembro de 1998, o Diretor-Presidente do Banco ABN AMRO REAL S.A.. Participa do Conselho e da Diretoria Executiva da Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN, desde 1999. Convidado pelo Presidente da República para o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, é membro da instituição, desde sua criação, no início de 2003. É membro de nosso

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Conselho de Administração desde 02 de janeiro de 2003 e é membro do Conselho de Administração da BR.

ARTHUR ANTONIO SENDAS – Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 16/06/1935

Presidente do Grupo Sendas, empresa que ocupa o primeiro lugar no ranking das maiores empresas do setor varejista do Estado do Rio de Janeiro, com capital genuinamente brasileiro. É vice-presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira dos Supermercados - Abras e, por cinco anos, representou o setor privado no Conselho Monetário Nacional; Presidente do Conselho de Administração e Diretoria Executiva de Sendas S/A.; Presidente de Sendas Empreendimentos e Participações Ltda. ; Presidente Sendas Agropecuária S/A., Presidente da Diretoria Executiva de Sendas Comércio Exterior S/A.; Presidente da Diretoria Executiva de Casa Show S/A.; Presidente do Conselho de Administração de Sendas Distribuidora S/A.. Membro do Conselho de Administração da Cia. Brasileira de Distribuição -Pão de Açúcar; Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro -Agência Rio. É membro do Conselho de Administração da Petrobras e da Petrobras Distribuidora S/A., eleito em 29 de março de 2004.

JORGE GERDAU JOHANNPETER – Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 08/12/1936

É presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, que ocupa o 24º lugar entre as maiores companhias siderúrgicas do mundo, desde 1983. É também coordenador da organização não governamental Ação Empresarial Brasileira, que trata de questões de desenvolvimento, líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PQGP, referência para os setores público e privado na implementação de gestão de qualidade total, representante no Brasil da American Society for Quality (ASQ), presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal, membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), e presidente do Conselho de Administração da Aço Minas Gerais - Açominas. É membro do Conselho de Administração da Petrobras desde 19 de outubro de 2001 e é membro do Conselho de Administração da BR.

SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA - Membro do Conselho de Administração

Nascimento: 15/12/1952

Nasceu no dia 15 de dezembro de 1952, em Barra do Corda (MA). É engenheiro eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em Engenharia de Linhas de Transmissão pela Universidade Federal do

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Rio de Janeiro (UFRJ). Em 11 de julho de 2005 assumiu o cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia, e em 3 de abril de 2006 foi eleito membro dos Conselhos de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e da Petrobras Distribuidora S.A. - BR. Foi presidente da Eletrobrás (2004-2005), da Eletronorte (2003-2004), da Manaus Energia (2000-2002), da Companhia Energética do Amazonas (2000/2002), da Boa Vista Energia (2002-2003). Iniciou sua carreira no setor público na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), onde exerceu vários cargos até chegar a Diretor Técnico e de Distribuição. É professor licenciado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Diretor-presidente da Boa Vista Energia (BOVESA/2002-2003), empresa subsidiária integral da Eletronorte, concessionária de geração e distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista (RR). No período, acumulou a Diretoria Técnica da empresa; Diretor-presidente da Manaus Energia (MESA/2000-2002), empresa subsidiária integral da Eletronorte, concessionária de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no município de Manaus (AM); Diretor-presidente da Companhia Energética do Amazonas (CEAM/2000-2002), empresa federalizada pela Eletrobrás, concessionária de geração e distribuição de energia elétrica nos demais 61 municípios do estado do Amazonas; Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/1979-1986). Professor Colaborador do Departamento de Matemática e Física do Centro de Estudos Básicos (Portaria 467/79) e professor Assistente do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro Tecnológico (Portaria 249/81). Admitido por concurso público em 1981; Na Eletronorte foi Coordenador Geral da Presidência (1996-2000) e Assistente da Diretoria Financeira (1995-1996); Diretor-Técnico e de Distribuição da CEMAR (1986-1994); Presidente do Comitê Coordenador de Operações do Norte e Nordeste (CCON/1990-1991); Vice-Presidente de Distribuição, Comitê Diretor, Subcomitê de Operação da Distribuição Grupo de Trabalho de Manutenção de Linhas de Transmissão do CCON (1980-1990); Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Operações e Divisão de manutenção de Linhas de Transmissão da CEMAR (1979-1986); Conselho de Administração da Boa Vista Energia (BOVESA/2002-2003); Conselho de Administração da Manaus Energia e da CEAM (1999-2000); Conselho de Administração da CEMAR (1992-1994); Conselho Deliberativo do Projeto Reviver - Revitalização do Centro Histórico de São Luís (1991-1994); MBA Executivo Internacional (Amana-Key-APG, São Paulo, 1996) e MBA Executivo em Finanças (IBMEC Business School, Brasília, 1999).

NESTOR CUÑAT CERVERÓ – Diretor Internacional

Nascimento: 15/08/1951

Engenheiro Químico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Engenharia de Processamento na Petrobras e cursos MBA para gerentes e executivos na FGV. Atuou na área de energia no Departamento Industrial da Petrobras desde 1984. Ocupou várias funções na empresa: foi chefe do Setor de Energia na área industrial; coordenou grupo de trabalho que conduziu a seleção dos parceiros e a negociação inicial dos projetos de geração térmica; na qualidade de assessor da Presidência da Petrobras no Desenvolvimento de Novos Negócios e Parcerias, foi

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

responsável pelos projetos e negociação dos acordos e contratos com parceiros nacionais e internacionais das usinas de geração termelétrica; foi coordenador geral dos projetos de geração térmica na empresa e Gerente de Termelétricas na Superintendência de Participações; representou a PB nos Conselhos de Administração de 12 termelétricas. Nos últimos três anos, foi Diretor Gerente de Energia na Diretoria de Gás e Energia da Petrobras, responsável pela participação da empresa no Programa de Termelétricas (nesta função, encarregou-se também da comercialização da energia gerada pela empresa); e foi assessor da Presidência da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) do Ministério de Minas e Energia.

RENATO DE SOUZA DUQUE – Diretor de Serviços

Nascimento: 29/09/1955

Engenheiro Elétrico formado pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em Engenharia do Petróleo e pós-graduação MBA na UFRJ. Engenheiro de Petróleo Sênior da Petrobras, onde ingressou em 1978. Assumiu diversas funções de gerência na empresa (plataformas, unidades de exploração, perfuração, operações especiais). Entre 1995 e 1999, foi Gerente de Recursos Humanos da área de Exploração e Produção, coordenando todas as unidades operacionais nesta atividade. Foi também Gerente de Engenharia e Tecnologia de Poço do E&P. Desde novembro de 2000 é Gerente de Contratos da área de Exploração e Produção, onde coordena especificação técnica, análise de mercado e contratação de sondas de perfuração, embarcações e helicópteros, além da contratação de serviços de perfuração, embarcações especiais de lançamento de linhas e serviços submarinos.

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA – Diretor de Exploração e Produção

Nascimento: 18/04/1942

Nascido no Rio de Janeiro. Geólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Funcionário da Petrobras desde 1965, aposentou-se em 1994. Tem vasta experiência técnica na Petrobras. Começou como geólogo de poço e tornou-se Gerente de Exploração da Braspetro no Iraque (1976-1978). Foi chefe dos setores de Interpretação de Bacias da Costa Leste do Brasil, de Geoquímica Orgânica e da Divisão de Exploração; Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento em Exploração, Perfuração e Produção; e Superintendente Geral do Centro de Pesquisas da empresa (Cenpes). Foi presidente do núcleo RJ, diretor conselheiro e vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Geologia, integrou a Sociedade Brasileira de Paleontologia e a American Association of Petroleum Geologists e foi diretor do Instituto Brasileiro do Petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Diretora de Gás e Energia

Nascimento: 26/08/53

A Engenheira Maria das Graças Silva Foster ocupa, desde maio de 2006, a Presidência da Petrobras Distribuidora S.A. Anteriormente, ela esteve na Presidência da Petroquisa, cargo que assumiu em setembro de 2005 tendo acumulado, neste período, a Diretoria de Relações com Investidores da mesma Companhia. Simultaneamente, desempenhou ainda a função de Gerente Executiva de Petroquímica e Fertilizantes, ligada a Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

De janeiro de 2003 até aquela data, Foster exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Neste período, Foster ainda exerceu, por Decretos Presidenciais, as funções de Coordenadora Interministerial do Programa do Governo Federal de Biodiesel: Produção e Uso de Biodiesel e de Secretária Executiva Nacional do Programa do Governo Federal de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo – PROMINP. Antes já havia ocupado cargos de gerência na Unidade de Negócios de Gás Natural, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES) e na Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga e Membro do Conselho de Administração do Inst. Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Também já foi membro dos Conselhos de Administração da Braskem S.A, Petroquímica União S.A, Rio Polímeros S.A, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobras Transporte S.A..

Maria das Graças Silva Foster é do quadro de profissionais de carreira da Petrobras. Graça Foster, como também é conhecida, tem graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Engenharia Mecânica e Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e com MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Em abril de 2007, Graça Foster foi condecorada com o Grau de Comendador da Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

PAULO ROBERTO COSTA – Diretor de Abastecimento

Nascimento: 01/01/1954

O Sr Paulo Roberto Costa é Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Federal do Paraná em 1976. Curso de especialização na PETROBRAS em Engenharia de Instalações no Mar. Participou das instalações de plataformas e do desenvolvimento da

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

produção da Bacia de Campos de 1979 a 1994 nas áreas de Engenharia, Superintendência de Apoio e como Superintendente da Região de Produção do Sudeste.

Em 1995 foi indicado como Gerente Geral da E&P-Sul (Exploração e Produção do Sul), responsável pelas Bacias de Santos e Pelotas. Em 1996 respondeu pela Gerência Geral de Logística da área de E&P. De 1997 até Maio de 1999 respondeu pela Gerência de Gás, área responsável pela comercialização do Gás Natural na Petrobras.

Diretor da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, de maio de 1997 a dezembro de 2000. De janeiro de 2001 a abril de 2003 esteve como responsável pela Gerência Geral de Logística da Unidade de Negócios Gás Natural da Petrobras.

De abril de 2003 a maio de 2004, Diretor-Superintendente da TBG-Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

Em 14 de maio de 2004 nomeado Diretor de Abastecimento da Petrobras.

ALMIR GUILHERME BARBASSA – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nascimento: 19/05/1947

Almir Guilherme Barbassa é Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas/RJ, ocupou o posto de Gerente Executivo de Finanças Corporativas da Petrobras de 12 de julho de 1999 até assumir a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Ingressou na empresa em 1974 e atuou na Braspetro como Gerente Financeiro no Oriente Médio, África, Estados Unidos e Brasil, e como Diretor Financeiro da mesma entre 1993 e 1999. É Presidente da Petrobras International Finance Company - PIFCO e da Petrobras Netherlands BV (PNBV). Adicionalmente, foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Petrópolis e das Faculdades Integradas Bennett entre 1973 e 1979.

Maria Lúcia de Oliveira Falcón – Presidente do Conselho Fiscal

Nascimento: 19/03/1961

Engenheira agrônoma pela Universidade Federal da Bahia em 1982. Obteve título de mestre em Economia também na Universidade Federal da Bahia em 1990. Tem especialização em Reestruturação Produtiva e Qualidade Total pela USP/UFMG e IBQN, com missão no Japão em 1995. Concluiu o doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília em 2000. Participou do quadro do Dieese como supervisora do escritório da Bahia e de Sergipe, de 1986 a 1992. Leciona no Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe desde 1993. Foi secretária de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Planejamento da prefeitura de Aracaju (SE) de 1997 a 1998 e reassumiu o cargo em 2001. É conselheira fiscal da Petrobras desde 27 de março de 2003.

Túlio Luiz Zamin – Membro titular do Conselho Fiscal

Nascimento: 31/03/1958

Formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1982. De 2000 a 2003, foi presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Foi secretário substituto da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul, acumulando o cargo de diretor-geral nessa Secretaria, de 1999 a 2000. Na Companhia Carris Porto-Alegrense, exerceu o cargo de diretor-presidente, de 1995 a 1998. De 1992 a 1994, foi secretário da Fazenda do município de Porto Alegre. De 1990 a 1992, exerceu a função de assessor na Secretaria de Planejamento do município de Porto Alegre. Em 1986, foi nomeado agente fiscal do Tesouro do estado do Rio Grande do Sul. Na Farol S.A. – Indústria Gaúcha de Farelos e Óleos –, exerceu o cargo de auditor interno, de 1977 a 1986. É diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde 2003. Participou, como membro suplente, do Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de 1999 a 2003. Foi membro do Conselho de Administração do Detran de 1999 a 2000. Participou como vice-presidente do Conselho de Administração de 2000 a 2003, membro titular do Conselho Fiscal em 1999 e suplente de 1988 a 1991 do Banrisul S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Distribuidora de Valores do estado do Rio Grande do Sul, de 1987 a 1989. É conselheiro fiscal da Petrobras desde 27 de março de 2003.

Erenice Alves Guerra – Membro titular do Conselho Fiscal

Nascimento: 15/02/1959

Formada em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB em 1988, é especialista em Direito Sanitário pela Universidade de São Paulo, em Direito na Contemporaneidade pela Universidade de Brasília e em Segurança Pública. É secretária executiva da Casa Civil – Presidência da República desde julho de 2005, tendo sido anteriormente Consultora Jurídica do Ministério de Minas e Energia; assessora jurídica da Câmara dos Deputados; consultora da UNESCO/Ministério da Saúde; Procuradora Geral da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; chefe do departamento jurídico da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB; e coordenadora especial do metrô. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Eletronorte, da Chesf e do Conselho Fiscal da BR.

Nelson Rocha Augusto - Membro titular do Conselho Fiscal

Nascimento: 31/07/1963

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Economista formado pela Unicamp, com pós graduação em macroeconomia pela PUC-SP, desde março de 2003 é presidente da BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, a BB DTVM - subsidiária integral do conglomerado Banco do Brasil, sendo também membro do Conselho Fiscal da Petrobras (mandato de março de 2003/março de 2005) e, a partir de junho do mesmo ano, vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, ANBID. Em 2004 foi nomeado diretor da BB Securities de Londres (maio) e do Banco do Brasil Securities L.L.C de Nova York (agosto). Tendo concebido conceitualmente todo o processo de sua abertura, foi diretor Executivo-Financeiro do Banco Ribeirão Preto S/A . Entre janeiro de 2001 a junho de 2002, exerceu a função de Secretário do Planejamento e Gestão Ambiental do Município de Ribeirão. Implementou os departamentos econômicos do Banco Francês e Brasileiro e do Banco Votorantim, tendo participado da equipe que constituiu este último. Trabalhou como pesquisador e foi bolsista no programa de formação de quadros do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. É membro do conselho da ABBC (Associação Brasileira dos Bancos Comerciais). Professor do MBA da FEA-USP em Ribeirão Preto, é palestrante constante em temas ligados à Economia, com vários artigos publicados em jornais como Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. É conselheiro fiscal da Petrobras desde 27 de março de 2003.

Marcus Pereira Aucélio - Membro titular do Conselho Fiscal

Nascimento: 15/11/1966

Engenheiro Florestal pela Universidade de Brasília com pós-graduações em finanças pelo IBMEC de Brasília e em Economia do Setor Público pela FGV/SP.

Atua na Secretaria do Tesouro Nacional – STN -, na Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS, ocupando desde junho de 2002 o posto de Coordenador-Geral. Desempenhou também atividade na CODIP (Coordenação-Geral de Administração da Dívida Pública), entre 1994 e 2002.

Atuou ainda no Conselho Fiscal do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA de abril/1998 a nov/2000 e no Conselho Fiscal do Banco do Brasil entre maio/2000 e abril /2005. É membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, do Conselho Curador do Fundo de Compensações das Variações Salariais – FCVS e do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGO	2 - DATA DO EVENTO 02/04/2007	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 0	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 0	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO SIM	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade) 1.076.169.280	11 - PERCENTUAL 42,42	12 - QUANTIDADE (Unidade) 1.563.341.031	13 - PERCENTUAL 84,49	14 - QUANTIDADE (Unidade) 2.639.510.311	15 - PERCENTUAL 60,17

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS		14 - CONTROLADOR		
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)		15/3 - % PREFERENCIAIS								
001	UNIÃO FEDERAL										
	1.413.258	55,71	0	0,00	1.413.258	32,22				SIM	
997	AÇÕES EM TESOURARIA										
	0	0,00	0	0,00	0	0,00					
998	OUTROS										
	1.123.415	44,29	1.850.364	100,00	2.973.779	67,78					
999	TOTAL										
	2.536.673	100,00	1.850.364	100,00	4.387.037	100,00					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 02/04/2007

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		2.536.674	30.440.090	30.440.090
02	PREFERENCIAIS	NOMINATIVA		1.850.365	22.204.370	22.204.370
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			4.387.039	52.644.460	52.644.460

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	02/04/2007	52.644.460	4.380.477	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
02	01/06/2006	48.263.983	16.314	Incorp. de Ações da Petroquisa	887	18,3995611500
03	03/04/2006	48.247.669	15.351.531	Res. Lucro e saldo da res. CM	0	0,0000000000
04	29/03/2004	32.896.138	13.033.504	Reserva de Lucro	0	0,0000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	22/07/2005			1.096.538	4.386.152

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
4.587.039	60.000.000	29/03/2004

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	PREFERENCIAIS		200.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	DIVIDENDO	AGO	29/03/2004	31/12/2003	17.524.706	2,1500000000	ORDINÁRIA		1.363.461	21/05/2004
02	DIVIDENDO	AGO	29/03/2004	31/12/2003	17.524.706	2,1500000000	PREFERENCIAL		994.095	21/05/2004
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/09/2004	31/12/2004	17.754.171	3,0000000000	ORDINÁRIA		1.902.504	15/02/2005
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/09/2004	31/12/2004	17.754.171	3,0000000000	PREFERENCIAL		1.387.110	15/02/2005
05	DIVIDENDO	AGO	31/03/2005	31/12/2004	17.754.171	1,6000000000	ORDINÁRIA		1.014.668	31/05/2005
06	DIVIDENDO	AGO	31/03/2005	31/12/2004	17.754.171	1,6000000000	PREFERENCIAL		739.792	31/05/2005
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/06/2005	31/12/2005	23.450.082	0,5000000000	ORDINÁRIA		1.268.337	05/01/2006
08	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/06/2005	31/12/2005	23.450.082	0,5000000000	PREFERENCIAL		924.739	05/01/2006
09	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/12/2005	31/12/2005	23.450.082	0,5000000000	ORDINÁRIA		1.268.337	22/03/2006
10	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/12/2005	31/12/2005	23.450.082	0,5000000000	PREFERENCIAL		924.739	22/03/2006
11	DIVIDENDO	AGO	03/04/2006	31/12/2005	23.450.082	0,6000000000	ORDINÁRIA		1.522.004	02/06/2006
12	DIVIDENDO	AGO	03/04/2006	31/12/2005	23.450.082	0,6000000000	PREFERENCIAL		1.109.687	02/06/2006
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	03/04/2006	31/12/2005	23.450.082	0,2500000000	ORDINÁRIA		634.169	02/06/2006
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	03/04/2006	31/12/2005	23.450.082	0,2500000000	PREFERENCIAL		462.370	02/06/2006
15	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/10/2006	31/12/2006	26.063.173	1,0000000000	ORDINÁRIA		2.536.674	04/01/2007
16	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/10/2006	31/12/2006	26.063.173	1,0000000000	PREFERENCIAL		1.850.364	04/01/2007
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/12/2006	31/12/2006	26.063.173	0,4500000000	ORDINÁRIA		1.141.503	30/03/2007
18	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/12/2006	31/12/2006	26.063.173	0,4500000000	PREFERENCIAL		832.664	30/03/2007
19	DIVIDENDO	AGO	02/04/2007	31/12/2006	26.063.173	0,3500000000	ORDINÁRIA		887.836	02/06/2007
20	DIVIDENDO	AGO	02/04/2007	31/12/2006	26.063.173	0,3500000000	PREFERENCIAL		647.627	02/06/2007

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	PREFERENCIAL		42,17	NÃO		RESTRITO	0,00	SIM	
	NÃO MÍNIMO	0,00	28,45000	NÃO		SIM		CAPITAL SOCIAL	
02	ORDINÁRIA		57,83	NÃO		PLENO	0,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
02/04/2007	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	3.898	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	991.900	846.000	660.000
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	1.100	857	729
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	2.878.441	2.789.343	2.255.547
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	26.063.173	23.450.082	17.754.171
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

DILMA VANA ROUSSEFF – Presidente do Conselho de Administração

Nascimento: 14/12/1947

Economista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1977, é Mestre em Teoria Econômica em 1979 e Doutoranda em Economia Monetária e Financeira pela Universidade Estadual de Campinas. Foi Secretária da Fazenda de Porto Alegre de 1986 a 1988, Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, de 1991 a 1993, e Secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande Sul nos períodos de 1993a 1994 e de 1999 a 2002. Participou da Equipe de Transição Governamental como Coordenadora do Grupo de Infra-Estrutura. Atualmente, é Ministra de Estado de Minas e Energia. É membro de nosso Conselho de Administração desde 2 de janeiro de 2003 e é membro do Conselho de Administração da BR.

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Membro do Conselho de Administração e Presidente da Petrobras

Nascimento: 03/10/1949

José Sergio Gabrielli de Azevedo tem 55 anos e é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia. Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras de 1º de Fevereiro de 2003 até 21 julho de 2005, com responsabilidade pelas Gerências Executivas de Contabilidade, Finanças, Financiamento de Projetos, Investidores, Planejamento Financeiro e Tributário.

É também membro do Conselho de Administração da Petrobras Energia Participaciones S.A. (PEPSA) e da Petrobras Energia S.A. (PESA).

Durante sua gestão na Petrobras, recebeu os seguintes prêmios:

- Executivo de Finanças 2004 pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) - Prêmio O Equilibrista;
- XX Prêmio ANEFAC Profissionais do Ano de 2004: recebeu o Prêmio como destaque de finanças;
- International Stevie Business Awards 2005: Melhor Executivo de Finanças da América Latina.

No mesmo período a Petrobras conquistou diversos prêmios, entre os quais destacamos:

- O Troféu Transparência 2003 e 2004, como a empresa mais transparente do Brasil conferido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac);

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM		01
2 - Nº ORDEM		01
3 - Nº REGISTRO NA CVM		
4 - DATA DO REGISTRO CVM		
5 - SÉRIE EMITIDA		01
6 - TIPO DE EMISSÃO		SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO		PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO		15/02/1998
9 - DATA DE VENCIMENTO		15/02/2015
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE		FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE		TJLP + 2,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO		
13 - VALOR NOMINAL (Reais)		10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)		430.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)		43.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)		43.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)		0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)		0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)		0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)		0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO		
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2002/035
4 - DATA DO REGISTRO CVM	30/08/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	01
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 11% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	750.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	750.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	750.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2002/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	31/10/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	04/10/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/10/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 10,3% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	775.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	775.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	775.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

No dia 3 de outubro de 1953, do Palácio do Catete, antiga sede do Governo federal, o presidente Getúlio Vargas enviava mensagem ao povo brasileiro, dando conta de que o Congresso acabara de transformar em lei o plano governamental para a exploração do petróleo. "Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos, em cuja viabilidade sempre confiei", disse o presidente. "É, portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto de lei aprovado pelo poder legislativo, que constitui novo marco da nossa independência econômica", concluiu.

Estavam lançadas as bases da política petrolífera nacional, estabelecida na Lei 2004, que criou a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, com intuito de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União. Foi um momento histórico, e o início de um longo caminho a percorrer.

A Petróleo Brasileiro S.A iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e ao longo de quatro décadas, tornou-se líder em distribuição de derivados no país, colocando-se entre as vinte maiores empresas petrolíferas na avaliação internacional.

Detentora da tecnologia mais avançada do mundo para a produção de petróleo em águas profundas, a Companhia foi premiada, em 1992 e 2001, pela *Offshore Technology Conference* (OTC).

Em 1997, o Brasil ingressou no seleto grupo dos 16 países que produzem mais de 1 milhão de barris de óleo por dia. E nesse mesmo ano foi criada a Lei n^o 9.478, que abre as atividades da indústria petrolífera à iniciativa privada.

Com a lei, foram criados a Agência Nacional do Petróleo (ANP), encarregada de regular, contratar e fiscalizar as atividades do setor; e o Conselho Nacional de Política Energética, um órgão formulador da política pública de energia.

Em sintonia com a mudança do cenário, a Petrobras segue preparada para a livre competição, ampliando novas perspectivas de negócios e tendo maior autonomia empresarial.

A explicação para o sucesso da Petrobras está na eficiência de suas unidades espalhadas por todo o Brasil: nas refinarias, áreas de exploração e de produção, dutos, terminais, gerências regionais e na sua grande frota petroleira.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Anos 50 - Aprender Fazendo

Ao ser constituída, a nova companhia recebeu do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) os campos de petróleo do Recôncavo baiano; uma refinaria em Mataripe, na Bahia, uma refinaria e uma fábrica de fertilizantes, ambas em fase de construção, em Cubatão (SP); a Frota Nacional de Petroleiros, com 22 navios, e os bens da Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso. A produção de petróleo era de 2.700 barris por dia, representando 27% do consumo brasileiro. Vinha dos campos de Candeias, Dom João, Água Grande e Itaparica, todos na Bahia, que estavam em fase inicial de desenvolvimento. O parque de refino atendia a uma pequena fração do consumo nacional de derivados, que se situava em torno de 137 mil barris por dia, a maior parte importada.

A década de 50 foi o tempo do "aprender fazendo". O Governo deu à nova empresa todos os meios e facilidades para expandir a indústria petrolífera no país. Com isso, foi possível aumentar a produção, ampliar o parque de refino, melhorar a capacidade de transporte e incrementar a pesquisa. Ao mesmo tempo, a nova empresa procurou formar e especializar seu corpo técnico, para atender às exigências da nascente indústria brasileira de petróleo.

As opções iniciais foram pela construção de novas refinarias, buscando a redução dos custos de importação de derivados, e pela criação de uma infra-estrutura de abastecimento, com a melhoria da rede de transporte e instalação de terminais em pontos estratégicos do país. Ao final da década, a produção de petróleo já se elevava a 65 mil barris diários, as reservas somavam 617 milhões de barris, enquanto as obras em andamento no setor industrial prometiam, para a década seguinte, a auto-suficiência do parque de refino na produção de derivados básicos.

Alguns fatos marcantes dos anos 50 foram:

- Início de operação da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, São Paulo (1955);
- Descoberta de petróleo em Nova Olinda, no Amazonas, em 1955, mais tarde considerada subcomercial;
- Início de operação do Terminal de Madre de Deus, na Bahia, que torna possível exportar para Cubatão o excesso de petróleo produzido no estado (1956);
- Esforço para adquirir no mercado interno quantidades cada vez maiores de materiais e equipamentos. Em 1956, a RPBC adquiriu no país 78% de seus suprimentos;
- Intensificação das pesquisas geológicas e geofísicas em todas as bacias sedimentares.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Anos 60 – Perfurando e Refinando

A década de 60 foi um período de muito trabalho e grandes realizações para a indústria nacional de petróleo. Em 1961, a Petrobras alcançou um de seus objetivos principais: a auto-suficiência na produção dos principais derivados, com o início de funcionamento da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. Em 1968, duas unidades entraram em operação: as Refinarias Gabriel Passos (Regap), em Betim (MG) e Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas (RS). A expansão do parque de refino mudou a estrutura das importações radicalmente. Enquanto na época de criação da Petrobras cerca de 98% das compras externas correspondiam a derivados e só 2% a petróleo bruto, em 1967 o perfil das importações passava a ser 8% de derivados e 92% de petróleo bruto.

Para reduzir o custo das importações, o Governo instituiu, em 1962, o monopólio da importação de petróleo e derivados. Essa medida permitiu que a Petrobras realizasse negociações que resultaram em grande economia de divisas para o país, nos anos seguintes.

Dois importantes marcos de produção foram alcançados nos anos 60: os 100 mil barris diários de produção, em 1962, e a primeira descoberta de petróleo no mar, em 1968. O campo de Guaricema, no litoral de Sergipe, representou um passo importante para que a Petrobras mergulhasse em direção ao futuro sucesso exploratório na atividade *offshore*.

Outros destaques dos anos 60 foram:

- Início da exploração da plataforma continental, do Maranhão ao Espírito Santo (1961);
- Inauguração do primeiro posto de abastecimento da Petrobras, em Brasília (1961);
- Diversificação de suas fontes de suprimento, até então restritas à Arábia Saudita e Venezuela, para oito países (1965);
- Inauguração da Fábrica de Asfalto de Fortaleza, hoje conhecida como Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste - Lubnor (1966);
- Criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes), atualmente o maior centro de pesquisas da América Latina (1966);
- É constituída a subsidiária Petrobras Química S.A (Petroquisa), para articular a ação dos setores estatal e privado na implantação da indústria petroquímica no país (1967);
- Realização de levantamentos geofísicos na Bacia de Campos, sendo perfurado o primeiro poço submarino (1968).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Anos 70 – Crise no Exterior, Sucesso no Mar

No início dos anos 70, o consumo de derivados de petróleo duplicou, impulsionado pelo crescimento médio anual do Produto Interno Bruto a taxas superiores a 10% ao ano. Como responsável pelo abastecimento nacional de óleo e derivados, a Petrobras viu-se diante da necessidade de reformular sua estrutura de investimentos, para atender à demanda interna de derivados. Datam desse período o início de construção da Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, a modernização da RPBC e o início de construção da unidade de lubrificantes da Reduc.

Paralelamente, cresceram os esforços para aumentar a participação do petróleo nacional no consumo brasileiro. A plataforma continental passou a merecer atenção especial. Depois de Guaricema, foram realizadas mais de 20 descobertas de pequeno e médio portes no litoral de vários estados. Em 1974, a descoberta do campo de Garoupa, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, anunciou uma nova fase para a produção do país. Estava dada a largada para os constantes êxitos conseguidos na Bacia de Campos, que rapidamente se transformou na mais importante região produtora.

Os anos 70 também foram marcados por crises. Os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram substancialmente os preços internacionais, provocando os chamados choques do petróleo de 1973 e 1979. Com isso, o mercado tornou-se conturbado e marcado por incertezas, não apenas quanto aos preços, como também quanto à garantia do suprimento. Como importante cliente das companhias estatais dos países da OPEP, com as quais manteve bom relacionamento ao longo de anos, a Petrobras conseguiu manter o abastecimento do mercado brasileiro.

Para superar as dificuldades cambiais, o Governo adotou medidas econômicas, algumas diretamente ligadas às atividades da Petrobras, como a redução do consumo de derivados e o aumento da oferta interna de petróleo. Datam desse período a adoção dos contratos de risco, assinados entre a Petrobras e companhias particulares, para intensificar a pesquisa de novas jazidas e o desenvolvimento de novas fontes de energia, capazes de substituir os derivados de petróleo. Um exemplo foi o incentivo ao uso do álcool carburante como combustível automotivo, com a criação do Programa Nacional do Álcool. Passou a ser dada prioridade aos investimentos em exploração e produção, ocasionando aumento da produção do petróleo nacional, que passou a ocupar espaço cada vez maior na carga das refinarias.

Alguns marcos dos anos 70:

- São criadas mais cinco subsidiárias: a Petrobras Distribuidora (1971), a Petrobras Internacional - Braspetro (1972), a Petrobras Fertilizantes - Petrofertil e a Petrobras Comércio Internacional - Interbrás (1976) e a Petrobras Mineração - Petromisa (1977);
- Começam a operar as refinarias de Paulínia (SP), ainda hoje a maior do país (1972), e Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, Paraná (1977);

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

- Entra em operação o Complexo Petroquímico de São Paulo - I Pólo Petroquímico (1972);
- As refinarias de Capuava e Manaus são adquiridas pela Petrobras (1974);
- Pela primeira vez no Brasil, é realizada a extração de óleo de xisto, com a entrada em operação da Usina Protótipo do Irati, em São Mateus do Sul, Paraná (1972);
- Começa a produção de petróleo na Bacia de Campos, com um sistema antecipado instalado no campo de Enchova (1977);
- No Alto Amazonas, é descoberta a acumulação de gás de Juruá, a primeira descoberta com possibilidades comerciais realizada na região amazônica (1978);
- Inaugurada a Central de Matérias-Primas da Copene, subsidiária da Petroquisa, em Camaçari, Bahia (1978);
- Ao final da década, o Brasil produzia 165.500 barris de petróleo por dia, 66% dos quais em terra e 34% no mar. A produção média de gás natural atingia 5.200 mil metros cúbicos/dia.

Anos 80 – A Década dos Recordes

A década de 80 levou a Petrobras a superar grandes desafios. Com as bruscas elevações de preços no exterior, o dispêndio de divisas do país com petróleo e derivados aumentou mais de dez vezes, chegando a alcançar a casa dos 10 bilhões de dólares em 1981. Os investimentos nas atividades de exploração e produção, junto ao esforço empregado na área de comercialização, contribuíram para reduzir a dependência energética. Ao final da década, o dispêndio líquido de divisas com importação de óleo e derivados caía para cerca de 3 bilhões de dólares.

Para o desafio de produzir em águas na faixa de 120 metros, a Petrobras valeu-se de tecnologia disponível no exterior. Assim foi implantada a primeira fase de produção da Bacia de Campos, que permitiu ao Brasil aumentar substancialmente a produção de petróleo. Ao mesmo tempo, a Petrobras ampliou a utilização dos sistemas antecipados, que trouxeram dois ganhos fundamentais: a possibilidade de antecipar receitas e o domínio gradual da tecnologia de produção submarina. A produção passou, assim, a bater sucessivos recordes, atingindo 675.135 barris diários em dezembro de 1989.

Os anos 80 trouxeram boas notícias também para a produção em terra. Em 1988, entrou em operação o campo de Rio Urucu, no Alto Amazonas, descoberto dois anos antes. Foi um verdadeiro marco histórico das atividades da Petrobras na Amazônia, onde a procura de petróleo antecedia a própria criação da empresa.

Na área de refino, as instalações industriais da Petrobras foram adaptadas para atender à evolução do consumo de derivados. Para isso, foi implantado na década de 80 o projeto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

conhecido como "fundo de barril". Seu objetivo era transformar os excedentes de óleo combustível em derivados como o diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha), de maior valor.

Outro marco da década foi a atenção especial dada à preservação do meio ambiente. A Petrobras passou a dedicar grande quantidade de recursos ao treinamento e à educação ambiental, assim como ao desenvolvimento de tecnologias específicas de proteção ao meio ambiente e à adoção de um programa de melhoria da qualidade dos combustíveis.

Outros destaques dos anos 80:

- Entra em operação a Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos, SP (1980);
- São instalados na Bacia de Campos os Sistemas de Produção Antecipada, com tecnologia desenvolvida pelos técnicos da Petrobras (1981);
- Entra em operação o III Pólo Petroquímico, instalado em Triunfo, RS (1982);
- É construído, em São Sebastião (SP), o Centro Modelo de Combate à Poluição no Mar por Óleo, o primeiro do país (1984);
- Alcançada a meta-desafio de produção de 500 mil barris diários de petróleo;
- São realizadas as únicas descobertas comerciais efetuadas pelas contratantes de risco: gás natural pela Pecten na Bacia de Santos e óleo pela brasileira Azevedo Travassos, na parte terrestre da Bacia Potiguar (1985);
- São descobertos os campos de Albacora (1984) e Marlim (1985), os primeiros campos gigantes em águas profundas na Bacia de Campos;
- É criado o Programa de Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Avançado em Águas Profundas e Ultraprofundas, para viabilizar a produção de óleo e gás em águas superiores aos 1.000 metros, mais tarde estendido aos 2.000 e posteriormente aos 3.000 metros (1986);
- É consolidado o pioneirismo na exploração e produção em águas profundas, com a perfuração de poços em profundidade d'água superiores a 1.200 metros e produção a profundidades de cerca de 400 metros, o que constitui recorde mundial (1986);
- A Petrobras supera seu próprio recorde, produzindo petróleo a 492 metros no campo de Marimbá, na Bacia de Campos (1988);
- É retirado totalmente o chumbo tetraetila da gasolina produzida pela Petrobras (1989).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Anos 90 – A Década da Tecnologia

Entra em ação a vanguarda tecnológica: sensoriamento remoto, poços perfurados horizontalmente, robótica submarina, produção de petróleo em águas ultraprofundas. A Petrobras inicia a década sendo indicada pela *Offshore Technology Conference* para receber o OTC *Distinguished Achievement Award*, o maior prêmio do setor petrolífero mundial, em reconhecimento à sua notável contribuição para o avanço da tecnologia de produção em águas profundas.

De fato: ao final dos anos 80, a Petrobras se encontrava diante do desafio de produzir petróleo em águas abaixo de 500 metros, feito não conseguido então por nenhuma companhia no mundo. Num gesto de ousadia, decidiu desenvolver no Brasil a tecnologia necessária para produzir em águas até 1.000 metros. O sucesso foi total. Menos de uma década depois, a Petrobras dispõe de tecnologia comprovada para produção de petróleo em águas muito profundas. O último recorde foi obtido em janeiro de 1999 no campo de Roncador, na Bacia de Campos, produzindo a 1.853 metros de profundidade. Mas a escalada não pára. Ao encerrar-se a década, a empresa prepara-se para superar, mais uma vez, seus próprios limites. A meta, agora, são os 3 mil metros de profundidade, a serem alcançados mediante projetos que aliam a inovação tecnológica à redução de custos.

Além da capacitação brasileira na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, outros desafios foram enfrentados pelo Centro de Pesquisas da Petrobras durante a década. Entre eles, estão o aumento do fator de recuperação do petróleo das jazidas, o desenvolvimento de novas tecnologias para adequação do parque de refino ao perfil da demanda nacional de derivados e a formulação de novos produtos e aditivos que garantam o atendimento à crescente exigência da sociedade brasileira por combustíveis e lubrificantes de melhor qualidade.

Em agosto de 1997, a Petrobras passou a atuar em um novo cenário de competição instituído pela Lei 9.478, que regulamentou a emenda constitucional de flexibilização do monopólio estatal do petróleo. Com isso, abriram-se perspectivas de ampliação dos negócios e maior autonomia empresarial. Em 1998, a Petrobras posicionava-se como a 14ª maior empresa de petróleo do mundo e a sétima maior entre as empresas de capital aberto, segundo a tradicional pesquisa sobre a atividade da indústria do petróleo divulgada pela publicação *Petroleum Intelligence Weekly*.

Outros fatos importantes dos anos 90:

- O decreto 99.226, de abril de 1990, que determinava a extinção da Interbrás e da Petromisa;
- Assinatura do Acordo Brasil-Bolívia, para importação de gás natural, com a construção de um gasoduto de 2.233 quilômetros (1993);

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

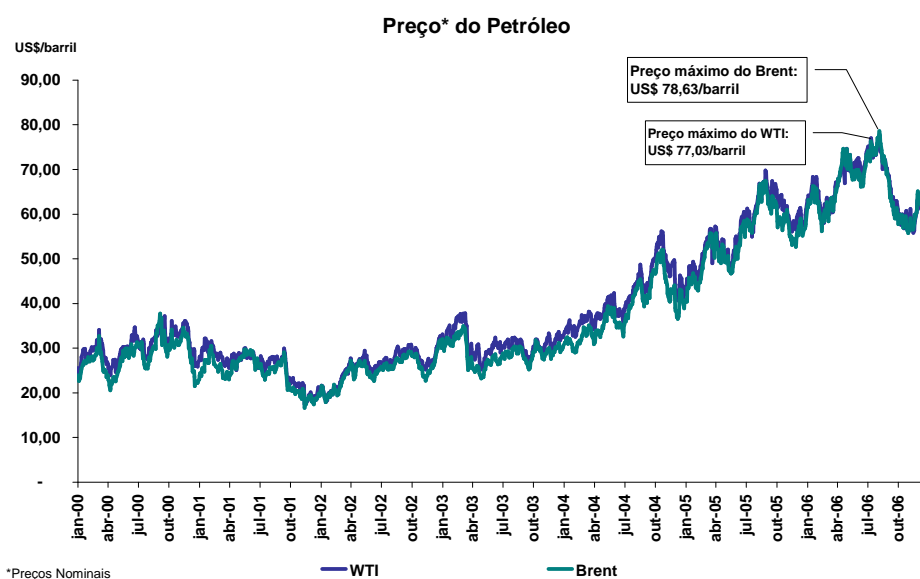
09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

- Desenvolvimento do projeto Centros de Excelência, que associou o Governo, universidades, empresas privadas e a estatal na implantação de núcleos de alto saber, com ascendência tecnológica em nível internacional (1997);
- Modificação do estatuto da Petrofertil, de forma a permitir sua atuação no segmento do gás natural (1996). Mais tarde, a Petrofertil tem sua razão social alterada para Petrobras Gás S.A - Gaspetro (1998);
- Superação da marca de produção de um milhão de barris diários de petróleo (1997);
- Criação da Petrobras Transporte S.A - Transpetro, com o objetivo de construir e operar dutos, terminais, embarcações e instalações para o transporte e armazenagem de petróleo e derivados, gás e granéis (1998);
- Assinatura dos primeiros acordos de parceria entre a Petrobras e empresas privadas, para desenvolvimento de blocos de exploração, em terra e no mar (1998);
- A Petrobras obtém da Agência Nacional de Petróleo (ANP) 397 concessões distribuídas em blocos exploratórios, de desenvolvimento da produção e campos em produção, com área total de 458.532 quilômetros quadrados, 7,1% da área sedimentar brasileira (1998);
- Inauguração da primeira etapa do gasoduto Bolívia-Brasil, entre Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, e Campinas (SP). Maior obra do gênero na América Latina, o gasoduto vai permitir que se amplie consideravelmente a participação do gás natural na matriz energética brasileira, (1999).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O ano de 2006 foi marcado pela interrupção do ciclo de alta dos preços do petróleo iniciado em 2002. Embora o barril do Brent tenha chegado ao pico de US\$ 78,63 em agosto, seu valor registrou queda de 25% no fechamento do ano. Na média, o patamar de preços ficou US\$ 11 acima do registrado em 2005, com comportamento mais volátil do mercado.



Fonte: Bloomberg

Como nos anos anteriores, 2006 registrou excesso de oferta de petróleo, acumulação de estoques e, mesmo assim, cotações elevadas. Apesar do arrefecimento do crescimento da demanda mundial, influenciado pelos preços elevados, o valor do barril continuou a incorporar um prêmio de risco em face de instabilidades geopolíticas, como a invasão do Líbano por Israel e a questão nuclear no Irã. A percepção de que as questões geopolíticas no Oriente Médio manteriam os preços altos levou a Opep a deixar suas cotas inalteradas na maior parte do ano, favorecendo a formação dos estoques.

A tendência de alta começou a ser revertida quando, passado o mês de agosto, não se concretizaram as expectativas de que a temporada de furacões no Atlântico repetiria o impacto devastador de 2005. Em meio a controvérsias sobre o peso da atividade especulativa na formação dos preços, a ausência de grandes furacões compeliu a Opep a anunciar cortes na produção pela primeira vez desde dezembro de 2004, a maior redução desde 2002. O primeiro anúncio foi em setembro; o segundo, em dezembro, efetivo em fevereiro de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Outro fator a pressionar a baixa dos preços foi, no fim de 2006, a ocorrência de temperaturas amenas no inverno do Hemisfério Norte e a conseqüente redução do consumo de petróleo. Isso fez com que o excesso físico de oferta fosse sentido de forma mais forte no mercado, podendo ser mais um sinal de que o ciclo de preços altos, observado nos últimos quatro anos, está chegando ao fim.

Desde o pico registrado em agosto, a dinâmica de queda foi caracterizada pelo fenômeno que os analistas chamaram de "movimento de correção" – um balanceamento em direção a um novo equilíbrio entre oferta e demanda, com mudança no sentimento do mercado em relação à potencial escassez do petróleo em caso de interrupção do fornecimento. Mais uma vez, o movimento de baixa no valor do barril pôs em evidência a força de impacto de eventos de difícil previsibilidade sobre os preços – uma constante na história do mercado mundial do petróleo.

Regulamentação do Setor de Petróleo

Com a promulgação da Lei 9.478 de 06.08.97, todos os segmentos do setor de petróleo estão abertos à competição, e a Petrobras deixou de ser a única executora do monopólio do petróleo da União.

A comercialização de derivados de petróleo no mercado doméstico vem se caracterizando por uma crescente liberação de importações e de preços, como adequação ao novo marco jurídico que se implantou no País desde 1997.

Ao fim daquele ano, exceto o gás natural (GN) e os derivados básicos – gás liquefeito de petróleo (GLP), gasolina, nafta petroquímica, querosene de aviação (QAV), óleo diesel e óleos combustíveis - praticamente todos os demais derivados foram liberados de anuência prévia para importação, bem como seus preços foram liberados ou vinculados, em limite, a preços internacionais.

Em 1998, foram liberados os preços e as importações de parafinas, solventes e lubrificantes. Assim, a Petrobras passou a atuar em regime de competição no suprimento desses derivados. Foram firmados contratos anuais de fornecimento com os clientes tradicionais desses produtos.

No final de julho de 1998, o Governo Federal alterou a política de preços do setor petróleo, com a liberação do preço do petróleo bruto e a definição de um novo critério para os preços de realização da Companhia em função do comportamento do mercado internacional.

O ano de 1999, para a Petrobras, marcou o fim de sua atuação como empresa monopolista e o assentamento das bases para sua transformação em uma empresa competitiva.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em 2000, a Petrobras manteve sua liderança no mercado brasileiro de petróleo e derivados e iniciou processo de expansão seletiva na sua atuação internacional.

Em concordância com as Leis nº 9.478 (Lei do Petróleo) e nº 9.990, de 6 de agosto de 1997 e 21 de julho de 2000, respectivamente, o mercado de combustíveis no Brasil foi totalmente liberado a partir de 1º de janeiro de 2002, permitindo que outras companhias produzam e comercializem no mercado nacional, bem como importem e exportem derivados de petróleo. As seguintes alterações também foram implementadas:

- (i) Foi Instituída, através da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, incidente sobre a importação e comercialização de combustíveis, cujos contribuintes são os respectivos produtores, formuladores e importadores. O valor da CIDE a ser arrecadada é determinada em reais, por unidade de medida de comercialização, incidente por produto, e
- (ii) As especificações para a comercialização dos derivados de petróleo foram estabelecidas pelas portarias da ANP de nºs 309 e 310 de 27 de dezembro de 2001; e as importações e exportações dos derivados de petróleo, pelas portarias ANP de nºs 312 a 315, de 27 de dezembro de 2001.

Desde 1º de janeiro de 2002, a Petrobras não é mais obrigada a cobrar preços estabelecidos pelo Governo Federal nas vendas de seus derivados de petróleo, e o valor de realização não é mais regulado pela fórmula paramétrica com o mercado internacional.

Ambiente do Setor Gás - Faturamento de gás natural às termelétricas pertencentes ao Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT

Em 1º de junho de 2001, os Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda editaram a Portaria Interministerial nº 176, estabelecendo preços máximos de venda de gás natural para as usinas termelétricas incluídas no Programa Prioritário de Termelétricidade que entrarem em operação comercial até 30 de junho de 2003. O preço máximo se aplicará a, no limite, 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural a serem vendidos para todas as termelétricas elegíveis. Cada termelétrica elegível terá direito de compra do gás natural durante um período de doze anos, a preços estabelecidos de acordo com o mecanismo descrito a seguir.

Para cada período de doze meses consecutivos, será definido um preço base, fixo em reais por MMBTU (energia térmica), obtido da conversão de um preço de referência em dólares norte-americanos, por MMBTU, pela taxa de câmbio vigente no início do período de doze meses.

Este preço base, fixo em reais, sofrerá reajuste anual pela variação da taxa cambial do dólar norte-americano e da inflação norte-americana, a ser aplicada sobre a parcela referente ao gás importado, e pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, a ser aplicada sobre a parcela referente ao gás nacional, definidas na Portaria como sendo 80% e 20%, respectivamente, do volume do "mix" de gás natural a ser fornecido às termelétricas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Durante o período de doze meses, para cada fatura de gás natural e exclusivamente para a parcela do preço base fixo relativa ao gás importado, o fornecedor calculará as diferenças, positivas ou negativas, considerando a desvalorização ou apreciação do câmbio, respectivamente, entre o valor fixo em reais e o preço de referência em dólares convertido para reais pela taxa de câmbio na data da emissão da fatura.

O valor acumulado dessas diferenças ao final do período de doze meses, para cada térmica, será acrescido da remuneração financeira, calculada com base na taxa de juros SELIC incorrida e, ainda, da remuneração financeira referente à projeção da taxa de juros SELIC para o novo período de doze meses. Este montante será, então, dividido pelo volume de gás com compromisso firme de recebimento previsto para o período de doze meses subseqüentes e o valor unitário resultante será incorporado ao preço a ser praticado para este novo período de doze meses.

A parcela dessas diferenças, que não for compensada pelo fornecedor no período dos doze meses subseqüentes, será compensada no próximo período de doze meses, acrescida da respectiva remuneração financeira.

O Programa Prioritário de Termelétricidade contempla, especificamente, que as plantas termelétricas poderão repassar para seus consumidores finais quaisquer mudanças no preço máximo resultantes dos ajustes indicados acima.

Riscos do Negócio

A Petrobras gerencia os riscos de forma integrada, beneficiando-se de possíveis proteções naturais. A Companhia busca o equilíbrio adequado entre os objetivos de crescimento e retorno e o nível de exposição a riscos inerentes às operações ou relacionados ao contexto em que atua.

Pela natureza de suas atividades, a Petrobras está sujeita a uma série de riscos de mercado, como as variações dos preços de petróleo e derivados, taxas cambiais e juros. Com o gerenciamento dos riscos, alinhado aos objetivos e metas corporativas, a Companhia objetiva a segurança das operações e a execução de seu plano de investimentos, a fim de manter a rentabilidade e crescer de forma sustentável.

As proposições de gestão de riscos são discutidas pelo Comitê de Gestão de Riscos, integrado por executivos das áreas de negócio e corporativas. Isto proporciona uma visão integrada das questões e facilita, para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, a compreensão das exposições a riscos e eventual tomada de decisão.

No gerenciamento de riscos de mercado de petróleo e derivados, seguindo a premissa de avaliação periódica e sistemática da exposição líquida consolidada do risco de preço, as operações com derivativos têm, como consequência, se limitado a transações específicas de curto prazo (até seis meses), protegendo o resultado de operações físicas, fazendo uso de contratos futuros, swaps e opções, e utilizando métricas de controle segundo diretriz específica de gestão de riscos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Crédito

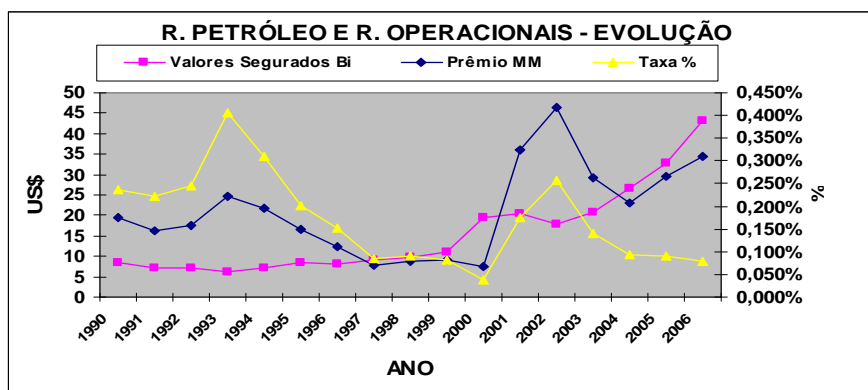
Em consonância com as alterações recentes no ambiente regulatório do País, a Petrobras adequou sua política de crédito à nova realidade do mercado. A postura tem assegurado a atratividade das vendas a prazo sem elevação desnecessária do nível de exposição ao risco de crédito.

Para a análise dessas operações, a Companhia criou, em 2006, a Comissão de Crédito de Petroquímica. Seu funcionamento segue o modelo das comissões das áreas de Abastecimento e Gás e Energia, criadas em 2004, quando também foi instituído um sistema de análise de crédito (Credit Flow).

No mercado externo, em 2006, em sintonia com o aumento das vendas da Petrobras, a análise e a concessão de crédito aos clientes (exportação e abastecimento de navios) foram padronizadas e centralizadas.

Seguros

Em 2006, a Companhia teve aumento no prêmio final de suas principais apólices – incêndio vultoso/riscos operacionais e riscos de petróleo. De US\$ 29,4 milhões, em 2005, o prêmio passou para US\$ 34,5 milhões, com elevação de 17%. O valor dos ativos segurados cresceu 32%, subindo de US\$ 32,7 bilhões para US\$ 43,2 bilhões.



A maior parte do risco da Petrobras está ressegurada no mercado internacional. No País e no exterior, a Companhia mantém uma política permanente de divulgação de suas práticas de gestão de risco, comunicando com rapidez e transparência ao mercado segurador as informações relevantes sobre sinistros e melhorias introduzidas.

A exemplo de outras grandes empresas de petróleo, a Petrobras assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem atingir US\$ 40 milhões. A

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Petrobras, não faz seguros de lucros cessantes e controle de poço no Brasil nem da malha de dutos.

Plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas por apólices de incêndio vultoso/riscos operacionais e riscos de petróleo. A movimentação de cargas tem a proteção de apólices de transporte; e as embarcações, por apólice de casco e máquinas. A responsabilidade civil e os riscos ambientais têm cobertura de uma ou mais apólices. Os projetos e instalações em construção, cujo dano máximo provável excede US\$ 40 milhões, estão protegidos contra riscos de engenharia mediante apólice contratada pela Petrobras ou pelas empreiteiras.

Os ativos da Companhia são avaliados, para efeito de seguro, tendo em vista o custo de reposição. Considerando-se o dano máximo provável em cada instalação, o limite máximo de indenização da apólice de incêndio vultoso/riscos operacionais é de US\$ 600 milhões.

A maioria das atividades no exterior é segurada ou ressegurada pela Bear Insurance Co. Ltd, com sede em Bermuda. Seguradora cativa, a Bear não retém risco, repassando-o integralmente ao mercado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Não aplicável.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	ÓLEO DIESEL	35,00
02	GASOLINA	16,07
03	PETROLEO	13,19

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR					
01	PETROLEO	SIM	3.222.119	NÃO	SIM	
SAUDI ARABIAN OIL COMPANY-SAUDI ARAMCO		NÃO LIGADO				22,62
02	PETROLEO	SIM	1.600.014	NÃO	SIM	
OIL MARKETING COMPANY		NÃO LIGADO				11,23
03	PETROLEO	SIM	1.319.977	NÃO	SIM	
VITOL S.A		NÃO LIGADO				9,27

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		DERIVADOS DE PETRÓLEO	
001	001	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	16,35
001	002	CIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	9,37

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A exploração e a produção de petróleo - fase inicial da cadeia de atividades da Companhia - estão voltadas para a descoberta e a extração de reservas de óleo e gás natural, que são o nosso principal ativo.

As acumulações de óleo e gás natural ocorrem, predominantemente, em formações geológicas sedimentares. A existência dessas acumulações é inferida por meio de métodos indiretos e confirmada, ou não, por meio da perfuração de poços pioneiros.

A ocorrência de petróleo depende da combinação de vários fatores que determinam os diferentes riscos exploratórios nas diversas bacias sedimentares. Uma vez que a avaliação destes riscos se apóia na interpretação de dados geológicos, quanto mais informações disponíveis, menores serão os riscos envolvidos.

A ocorrência de petróleo é definida pelos volumes de matéria orgânica presentes nas rochas sedimentares e pelas condições geológicas favoráveis, ou seja, (a) soterramento suficiente para que com aumento da pressão e temperatura, a matéria orgânica se transforme em petróleo, (b) dutos de migração, para que o petróleo expelido das rochas geradoras migre para (c) rochas reservatório porosas e permeáveis, (d) recobertas por rochas impermeáveis (selos) (e) dispostas em trapas (armadilhas) estruturais ou estratigráficas, permitindo que o petróleo gerado migre e se acumule. Se a acumulação tiver porte (volume) suficiente, poderá ser explotado comercialmente.

Confirmada a acumulação de petróleo, novos poços são perfurados com vistas a delimitar a jazida e permitir a avaliação técnico-econômica da extração.

Uma vez determinada a atratividade econômica, é executado um projeto de lavra (desenvolvimento da produção), que requer investimentos adicionais na perfuração de poços e na implantação de instalações industriais.

Esse processo requer, desde a descoberta até o início da produção, cinco anos, em média, na atividade marítima, e de um a dois anos, na atividade terrestre. A partir daí, a vida útil do projeto é da ordem de quinze anos. O ciclo de vida do projeto de produção se encerra com a sua desativação, que requer recursos adicionais para o abandono das instalações de produção e dos poços de petróleo.

A ocorrência de petróleo é definida pelos volumes de sedimentos orgânicos e pelas condições geológicas favoráveis para acumular o óleo ou o gás formado, e existentes há milhões de anos.

O petróleo bruto é uma complexa mistura de hidrocarbonetos e outros compostos, que não é utilizável em sua forma natural, e necessita ser processado em unidades industriais (refinarias), para obtenção dos seus derivados (GLP ou gás de cozinha, gasolina, nafta petroquímica, solventes, querosenes, óleo diesel, óleos lubrificantes, parafinas, óleo combustível, asfalto e outros).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

O processamento do petróleo é iniciado pela destilação, que permite a separação de diversas correntes (GLP, nafta, querosenes, óleo diesel, gasóleos e óleo combustível). Algumas dessas correntes sofrem um processamento secundário para conversão em outros produtos, enquanto outras passam por um tratamento para melhoria de suas características e atendimento das exigências dos consumidores expressas nas especificações de qualidade.

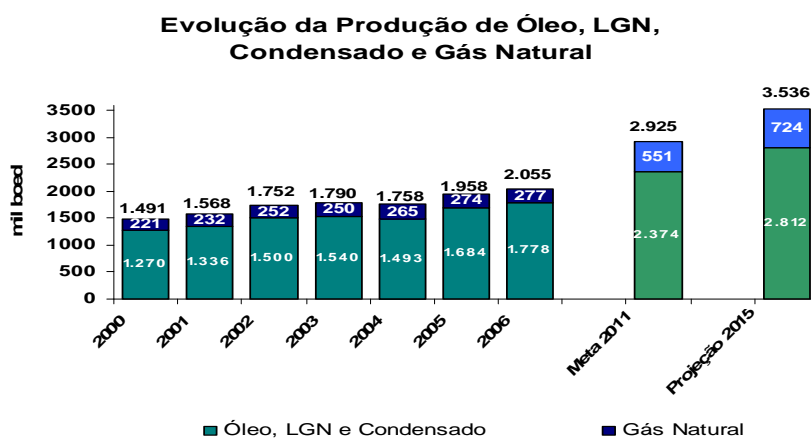
As refinarias recebem o petróleo através de dutos desde os campos petrolíferos ou de terminais marítimos, onde é desembarcado de navios petroleiros. O transporte dos produtos acabados é efetivado também por dutos até as bases de distribuição ou terminais expedidores, de onde os produtos são carregados em navios especializados, em vagões-tanque ou caminhões para entrega ao mercado consumidor.

O gás natural é uma mistura de hidrocarbonetos gasosos que tem a vantagem de poder ser utilizada diretamente ou após um processamento menos complexo (do que o petróleo bruto), onde são removidos os componentes mais pesados (GLP e gasolina natural). Sua entrega ao mercado é usualmente feita através de gasodutos de transporte, aos quais são interligadas as redes de distribuição.

O gás natural é utilizado como matéria-prima petroquímica ou para fertilizantes, ou como energético em substituição a outros combustíveis. Outras utilizações, em menor escala, são: como redutor siderúrgico, como combustível automotivo e para uso domiciliar através de redes de distribuição de gás canalizado.

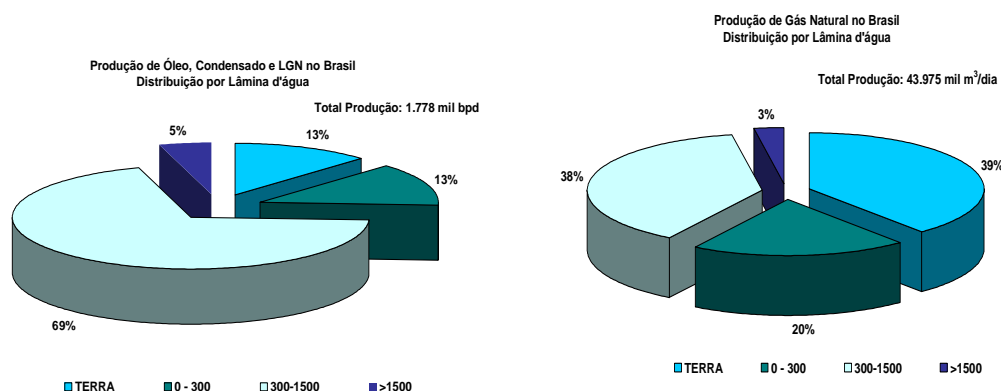
Exploração e Produção

O aumento da produção nacional de petróleo em 2006 foi mais um passo na estratégia de crescimento da Petrobras. A Companhia produziu 1 milhão 778 mil barris por dia (bpd) de óleo, líquido de gás natural (LGN) e condensado no Brasil – um aumento de 5,6% em relação ao 1 milhão 684 mil bpd de 2005.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO



Dos três grandes projetos que contribuíram para elevar a produção, dois estão na Bacia de Campos: a plataforma P-50, que opera desde 21 de abril, e o navio-plataforma FPSO P-34, desde 17 de dezembro. Na Bacia do Espírito Santo, o FPSO-Capixaba, entrou em operação em 6 de maio. Com esses projetos, a capacidade de produção da Petrobras foi acrescida de 340 mil bpd. A P-50, no campo de Albacora Leste, tem capacidade de produção de 180 mil bpd; o FPSO-Capixaba, no de Golfinho, e a P-34, no campo de Jubarte, processam 100 mil bpd e 60 mil bpd, respectivamente.

Apesar do aumento da produção em 2006, a média anual ficou 5,4% abaixo da meta estabelecida para o ano, de 1 milhão 880 mil bpd. A diferença foi causada por atrasos no início das operações da P-50 e da P-34.

Recordes de produção sinalizaram, porém, para a chegada à marca dos 2 milhões de barris por dia. Em 23 de outubro, a Companhia produziu 1 milhão 912 mil 733 bpd – 31 mil acima do recorde anterior, de 29 de maio. Além do desempenho da P-50 e das outras plataformas da Bacia de Campos, colaborou para os picos de produção o Programa de Revitalização de Campos com Alto Grau de Exploração (Recage), que minimiza o declínio das áreas maduras.

A produção de gás natural (sem LGN) também cresceu em 2006, atingindo 44 milhões de m³/dia, com aumento de 1% em relação aos 43,5 milhões de m³/dia do ano anterior. O crescimento foi mantido graças à continuidade da expansão da oferta do gás nacional, segundo a estratégia corporativa de garantir, de forma confiável, o suprimento do produto ao mercado brasileiro.

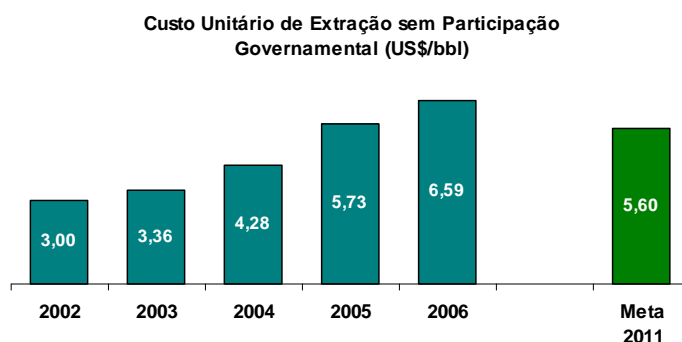
Na Bacia do Espírito Santo, um grande projeto de produção de gás entrou em operação em 22 de fevereiro: a plataforma de Peroá (cerca de 1 milhão de m³/dia). No Rio Grande do Norte, a UPGN III de Guimarães (1,5 milhão de m³/dia) deu início à produção, após fase de pré-operação iniciada em dezembro de 2005.

O custo médio de extração sem participação governamental, em 2006, foi de US\$ 6,59 por barril de óleo equivalente (boe) – um acréscimo de 15% sobre o valor apurado no ano

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

anterior. Esse acréscimo é devido, principalmente, à valorização do real frente ao dólar americano em 11%; reajustes nos contratos, em especial de sondas, devido ao aquecimento do mercado de petróleo; ao aumento na força de trabalho, com o acréscimo do efetivo compatível com o crescimento previsto no Plano de Negócios; e à entrada em produção das plataformas P-50, FPSO-Capixaba e P-34.



O Desafio do Crescimento

As metas do novo Plano de Negócios da Petrobras prevêem a entrada em operação, até 2011, de 15 grandes projetos de produção de óleo e de 10 projetos de gás natural. Para 2011, a produção média de petróleo e gás natural da Companhia no País está estimada em 2 milhões 925 mil boed.

Em 2007 entrarão em operação, na Bacia de Campos, as plataformas FPSO-Cidade do Rio de Janeiro (100 mil bpd), no campo de Espadarte; P-52 e P-54 (180 mil bpd, cada), no campo de Roncador; SSP 300 (30 mil bpd), no campo de Piranema; e FPSO-Cidade de Vitória (100 mil bpd) no módulo 2 do campo de Golfinho. Para aumentar a produção de gás natural, entra em operação em 2007, na Bahia, a plataforma de Manati (6 milhões de m³/dia).

Mais duas plataformas para a Bacia de Campos estão em construção: P-51 e P-53 (180 mil bpd, cada), com início de operação previsto para 2008 e 2009, respectivamente, nos campos de Marlim Sul e Marlim Leste. Um FPSO será afretado, também em 2008, destinado à área de Jabuti, em Marlim Leste.

Para 2009, está previsto o início da produção do Projeto Parque das Conchas com capacidade para 100 mil bpd. Em 2010, deverá entrar em operação Frade (100 mil bpd) e em 2011, a P-57 (180 mil bpd), na fase 2 do campo de Jubarte e a P-55 (180 mil bpd), no módulo III de Roncador.

A exploração e a produção de gás natural também estão sendo intensificadas, no contexto do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), fundamental para garantir o suprimento de gás natural ao mercado das regiões Sul-Sudeste. Até o fim de 2008, no Sudeste, a oferta subirá dos atuais 15,8 milhões de m³/dia para 40 milhões de m³/dia. No Plangás estão previstos, na Bacia do Espírito Santo, a ampliação do projeto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

de Peroá para 9,4 milhões de m³/dia e o desenvolvimento dos campos de Canapu e Camarupim, além da ampliação para 20 milhões de m³/dia do Pólo de Processamento de Gás de Cacimbas. A primeira fase desta ampliação (5,4 milhões de m³/dia) entrará em operação no início de 2007, com a Planta de Processamento de gás de Peroá. Na Bacia de Campos, o Plangás prioriza a produção de gás não-associado a partir de diversos reservatórios próximos à infra-estrutura existente nos campos de Albacora, Roncador e Marlim Sul, além do desenvolvimento inicial de Jabuti. Na Bacia de Santos, a Plataforma de Merluza será ampliada para 2,5 milhões de m³/dia, com o aumento de produção de Merluza e o desenvolvimento inicial do campo de Lagosta. Para 2010, o Plangás prevê o aumento da oferta de gás para 55 milhões de m³/dia no Sudeste, com a entrada dos projetos de Mexilhão (2009) e Uruguá e Tambaú (2010), ambos na Bacia de Santos, além da entrada em operação do primeiro módulo da Planta de Processamento de Gás de Caraguatatuba, em 2009, e do segundo módulo em 2010.

Descobertas

A Petrobras declarou a viabilidade comercial de 27 descobertas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2006. Dessas áreas – 18 no mar e 9 em terra –, algumas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural; outras, incorporadas a campos vizinhos. O destaque exploratório foi a descoberta de óleo leve e gás natural no bloco BM-S-11 da Bacia de Santos, em águas ultraprofundas.

Nas novas áreas com comercialidade declarada, as estimativas apontam volumes que somam cerca de 2 bilhões 440 milhões de boe. A totalização, correspondente à participação da Petrobras, depende de avaliações mais aprofundadas. Do estimado, 2 bilhões 387 milhões de boe estão em acumulações marítimas e 53 milhões de boe, em terra. Das 27 áreas, 10 estão na Bacia de Campos; 4, na de Santos; 7, na do Espírito Santo; e 6, nas bacias do Norte e Nordeste.

Na Bacia de Santos, três áreas operadas pela Petrobras foram declaradas comerciais e transformadas nos campos de óleo e gás natural de Tambuatá, Pirapitanga e Carapiá. Outra área foi anexada ao campo de Mexilhão. As estimativas de volumes somam 560 milhões de boe. A Companhia ainda detém, além das quatro áreas declaradas comerciais, 40% dos direitos sobre dois campos que também tiveram sua viabilidade comunicada à ANP.

Além das declarações à ANP, a descoberta de petróleo leve e gás no bloco BM-S-11, em que a Petrobras tem participação de 65%, abre perspectivas promissoras tanto para as atividades na Bacia de Santos quanto para as operações em águas ultraprofundas em outras regiões. Para chegar ao óleo e ao gás, a Companhia perfurou uma camada de sal com mais de 2 mil metros de espessura abaixo de lâmina d'água de 2 mil metros.

Na Bacia do Espírito Santo, quatro áreas no mar e três em terra operadas pela Petrobras tiveram a viabilidade comercial declarada. Na plataforma continental, onde as novas descobertas estão estimadas em 168 milhões de boe, foram definidos os campos de gás de Carapó e Camarupim e anexadas duas áreas de gás e óleo leve aos campos de Golfinho e Canapu. As declarações de áreas em terra resultaram em três novos campos –

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Saíra, Seriema e Tabuiaíá –, com volumes estimados em 7,4 milhões de boe, que vão contribuir para a manutenção dos níveis da produção terrestre.

Na Bacia de Campos, as declarações de comercialidade abrangem dez áreas. Sete foram classificadas como novos campos: Maromba, Carataí, Carapicu, Catuá, Caxaréu, Mangangá e Pirambu. Uma área foi anexada ao campo de Baleia Azul e outras duas, aos campos de Viola e Marlim Leste. O volume estimado soma 1 bilhão 510 milhões de boe. Outra descoberta importante foi realizada em Roncador, em reservatórios abaixo da seção produtora.

Cinco declarações de comercialidade foram feitas pela Petrobras para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste. Três originaram campos: Tangará, no Recôncavo Baiano; Pintassilgo e Jaçanã, na Bacia Potiguar. As outras áreas foram anexadas aos campos de Baixa do Juazeiro e Canto do Amaro, também na Bacia Potiguar. Além das declarações, outras três áreas em terra foram descobertas na Bacia de Sergipe–Alagoas e duas no Recôncavo. Na Bacia do Solimões, foi declarada a comercialidade do campo de Aracanga – descoberta de gás natural realizada em 1997.

No ano, foram perfurados e concluídos 331 poços para o desenvolvimento da produção – 283 em terra e 48 no mar. Para a exploração, 80 poços foram perfurados – 50 em terra e 30 no mar. O índice de sucesso exploratório foi de 48,7%, pois 39 dos 80 poços que chegaram ao objetivo geológico têm boas perspectivas de se tornarem descobridores ou produtores de óleo ou gás natural.



Novas Concessões

Na Oitava Rodada de Licitações da ANP, em novembro, a Petrobras deu seguimento à recomposição e ao alongamento do perfil de seu portfólio de áreas exploratórias. Das 22 áreas que disputou, adquiriu 21, que somam 7.841,21 km². As novas concessões integradas ao portfólio exploratório – 13 na bacia terrestre de Tucano, e 8 na Bacia de Santos – serão importantes para a Companhia atingir os níveis de produção de óleo e gás previstos no Plano de Negócios 2007-2011.

Os bônus oferecidos na oitava rodada pela Petrobras e seus parceiros totalizaram R\$ 276.924.361,00, ficando a parcela da Companhia em R\$ 248.227.933,50. Dos 21 blocos

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

adquiridos, a Petrobras tem direitos exclusivos em 7 e é operadora em 2, em parceria com outras empresas. Nos outros 12 blocos, a operação cabe a parceiros.

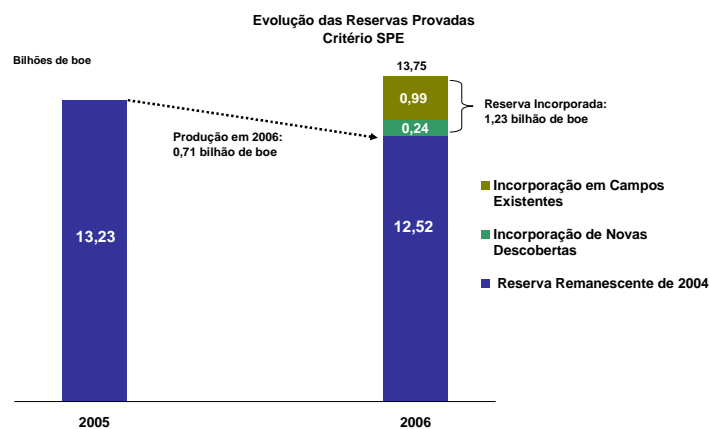
As concessões marítimas adquiridas na Bacia de Santos são consideradas de elevado potencial e abrangem 5.553,03 km². As concessões terrestres na Bacia do Tucano são áreas de nova fronteira, com potencial para descobertas de acumulações profundas de gás natural, e abrangem 2.288,15 km². Essas concessões deverão ser agrupadas em blocos pela ANP na assinatura dos contratos.

Com as aquisições e as devoluções feitas ao longo do ano, o portfólio de concessões exploratórias passou a contar com 144 blocos, que totalizam 149,2 mil km². Somadas dez áreas de planos de avaliação de descobertas (3,6 mil km²) em operação, a área exploratória atual da Petrobras abrange 152,8 mil km².

Reservas provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13 bilhões 753 milhões de boe em 2006, pelo critério ANP/SPE – um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas ao longo de 2006 foi de 1 bilhão 226 milhões de boe, contra uma produção acumulada de 705 milhões de boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 174%. Isso significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,74 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,5 anos.

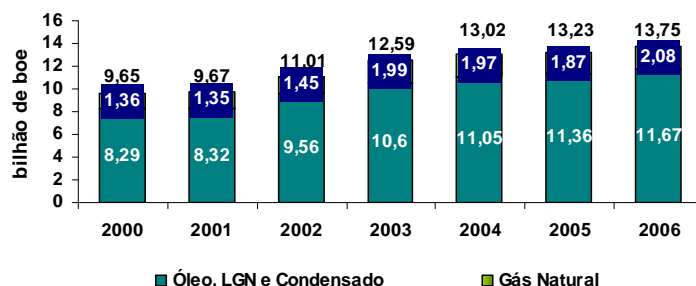
Dois fatores foram responsáveis pelo aumento das reservas provadas – um deles devido às apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade realizadas ao longo de 2006. Algumas dessas declarações foram feitas em áreas próximas a campos em fase de desenvolvimento e, portanto, incorporadas ao *ring fence* desses campos. O outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas deve-se ao gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

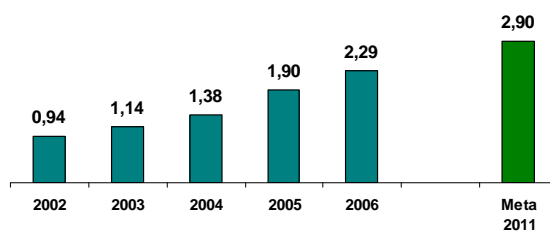
Evolução da Reserva Provas de Óleo, Condensado e Gás Natural - critério SPE



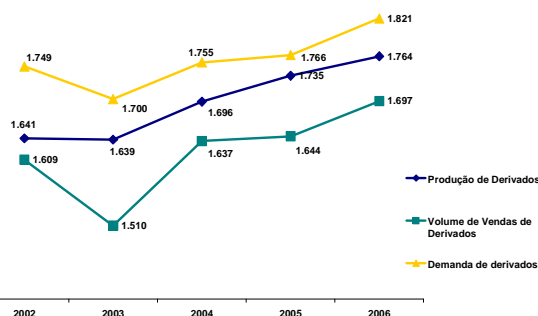
Refino

A Petrobras atingiu recordes históricos de refino e produção de derivados no Brasil. Nas 11 refinarias, foram processados (processamento primário) 1 milhão 746 mil bpd de óleo e produzidos 1 milhão 764 mil bpd de derivados – um aumento de 1% e 2%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A participação de 80 % do óleo nacional na carga processada em 2006 reflete as confiabilidades operacionais das unidades, que utilizaram, em média, 89% da capacidade de refino.

Custo Unitário de Refino (US\$/barrel)



Produção, Demanda e Venda de Derivados (mil bpd)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A Companhia deu continuidade aos investimentos para adaptação das refinarias ao processamento do petróleo pesado produzido no País. Novas unidades de craqueamento catalítico e coqueamento retardado entraram em atividade na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap); e uma de coqueamento começará a operar na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) em 2007. Com as unidades de coque, a Petrobras otimiza o rendimento em diesel do petróleo brasileiro.

Como parte da estratégia de melhoria da qualidade dos combustíveis, a Companhia deu seguimento à implantação de unidades de hidrotreatamento (HDTs) em nove refinarias. O tratamento com hidrogênio, que reduz o teor de enxofre dos derivados, atende às especificações ambientais mais rigorosas vigentes a partir de 2009. Ao mesmo tempo, abre novos mercados de exportação, como EUA e países da Europa.

O lançamento do Diesel Podium e o desenvolvimento do H-Bio foram marcos de qualidade e proteção ambiental em 2006. Como a gasolina Podium, o novo diesel oferece melhor desempenho, menos desgaste do motor e menor teor de enxofre. O H-Bio, processo pioneiro da Petrobras, associa óleo vegetal às frações do petróleo para a fabricação de diesel. A Companhia também ampliou a oferta do diesel S500 a oito regiões metropolitanas – Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Vitória, Aracaju e Porto Alegre. O produto, lançado em 2005, tem teor de enxofre quatro vezes menor do que o diesel comum.

Em linha com o crescimento da produção nacional de petróleo, a Petrobras tem em curso dois grandes projetos: a Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, para 200 mil bpd, empreendimento de US\$ 4,0 bilhões em estudo com a Petróleos de Venezuela (PDVSA); e a Refinaria Premium, para 500 mil bpd, que será a maior do País. Com entrada em operação prevista para 2011 e 2014, as novas refinarias vão fazer frente ao crescimento da demanda interna, reduzir a importação de diesel e assegurar a exportação de derivados, agregando valor aos excedentes de petróleo brasileiro.

Petroquímica

Por diversificar o portfólio de produtos e agregar valor ao petróleo e ao gás natural, em sinergia com outras operações da Petrobras, a petroquímica tem importância estratégica para a Companhia. A atuação no setor, sob a responsabilidade da subsidiária Petrobras Química S.A (Petroquisa), vem sendo expandida seletivamente, para a produção, em associação com parceiros, de insumos básicos e resinas termoplásticas.

A Petroquisa, que teve a totalidade de suas ações incorporada pela Petrobras em 2006, detém participação em todas as centrais petroquímicas do País, em indústrias de segunda geração e em outras, cujos produtos são estratégicos para a Petrobras, como o coque calcinado de petróleo e catalisador para craqueamento de petróleo. No ano, seu lucro líquido foi de R\$ 133,5 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

O destaque entre as unidades a serem construídas é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em parceria com o grupo Ultra e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os estudos técnico-econômicos para instalação do projeto, nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, foram concluídos em março, com investimento previsto de US\$ 8,3 bilhões.

O complexo vai processar até 150 mil bpd de petróleo pesado, para a produção de matérias-primas da petroquímica e derivados. Será produzido anualmente 1,3 milhão de toneladas de eteno, 880 mil toneladas de propeno, 600 mil toneladas de benzeno e 700 mil toneladas de p-xileno - e outros derivados de petróleo, principalmente coque. Além da unidade petroquímica básica (UPB), da central de utilidades e das unidades de segunda geração, o Comperj terá um centro de capacitação de empresas e trabalhadores e uma central de escoamento de produtos líquidos para terminais de carregamento na Baía de Guanabara. A entrada em operação está prevista para o início de 2012.

As unidades de segunda geração utilizarão como matéria-prima os petroquímicos básicos produzidos na UPB e fabricarão por ano 880 mil toneladas de polietilenos, 850 mil toneladas de polipropileno, 500 mil toneladas de estireno, 600 mil toneladas de etilenoglicol e 600 mil toneladas de ácido tereftálico purificado (PTA).

Outro empreendimento é a Petroquímica Paulínia S.A., associação entre a Petroquisa, com participação acionária de 40%, e a Braskem. A unidade industrial, no município de Paulínia (SP), vizinha à Refinaria de Paulínia (Replan), vai produzir 300 mil toneladas por ano de polipropileno, usando o propeno fornecido por aquela refinaria e pela Refinaria Henrique Lage (Revap). Com licença ambiental desde o fim de 2006, a instalação da planta de produção está em andamento. A unidade, orçada em US\$ 328 milhões, deverá entrar em operação em 2008.

A Petrobras deu continuidade à avaliação técnico-econômica e ambiental do complexo acrílico integrado de Minas Gerais – empreendimento de US\$ 540 milhões para a produção de 160 mil toneladas anuais de ácido acrílico cru e alguns de seus derivados. O complexo, pioneiro na América Latina, tem início de operações previsto para 2011.

A Petroquisa deu seguimento ao projeto de instalação de uma unidade de ácido tereftálico purificado (PTA) em Pernambuco, com a criação da Companhia Petroquímica de Pernambuco - PetroquímicaSuape. A unidade industrial, com investimento de US\$ 514 milhões, terá capacidade produtiva de 640 mil toneladas por ano, com início da operação previsto para 2009. A matéria-prima será o para-xileno, inicialmente importado e futuramente fornecido pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Na cadeia produtiva que será criada pelas atividades da PetroquímicaSuape, parte do PTA será a matéria-prima da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (CITEPE), empresa constituída em 2006, com participação de 40% da Petroquisa, com vistas à instalação de uma planta industrial de fios de poliéster (POY). A unidade, orçada em US\$

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

273 milhões, produzirá 215 mil toneladas anuais do produto, com entrada em operação programada para 2009.

Participações Societárias da Petroquisa

Empresa	Produto	Capital Votante (%)	Capital Total (%)
Braskem S.A.	Petroquímicos básicos, intermediários e finais	9,8	8,3
Copesul – Companhia Petroquímica do Sul	Petroquímicos básicos	15,6	15,6
Petroquímica União S.A.	Petroquímicos básicos	17,5	17,4
Riopol – Rio Polímeros S.A.	Polietilenos, eteno e propeno	16,7	16,7
Metanor S.A. – Metanol do Nordeste	Metanol e derivados	49,5	34,3
Deten Química S.A.	Linear Alquilbenzeno e Linear Alquilbenzeno Sulfonado	28,6	27,7
Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.	Catalisadores	50	50
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	Coque Calcinado de Petróleo	40	40
Petroquímica Triunfo S.A.	Polietileno de baixa densidade, copolímero de eteno e acetato de vinila (EVA)	70,5	85
Petroquímica Paulínia S.A.	Polipropileno	40	40
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PetroquímicaSuape	PTA – Ácido tereftálico purificado	50	50
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco- CITEPE	POY - Filamentos de poliéster	40	40
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	Em processo de encerramento das atividades	38,8	38,8

Fertilizantes

A Petrobras deu continuidade à modernização das plantas de produção de fertilizantes e ao desenvolvimento de novos projetos para aumentar a produção de nitrogenados, mantendo a estratégia de expandir a atuação no segmento. Em 2006, as vendas de amônia e uréia geraram receita bruta de US\$ 350 milhões para a Companhia – um acréscimo de 6% em relação ao ano anterior.

As fábricas de fertilizantes, situadas na Bahia e em Sergipe, receberam investimentos de R\$ 92 milhões em projetos de melhoria da confiabilidade operacional, logística, qualidade de produtos e Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Em Sergipe, a conclusão do novo armazém de uréia, com capacidade para 30 mil toneladas, dobrou a capacidade de armazenamento da unidade, dando maior flexibilidade às operações logísticas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

As duas fábricas comercializaram 213 mil toneladas de amônia no mercado interno, no quinto ano consecutivo de crescimento das vendas. No segmento de uréia usada como fertilizante, a Petrobras manteve a liderança no mercado nacional, com vendas de 710 mil toneladas em 2006. Como resultado dos investimentos em confiabilidade, a fábrica da Bahia teve a maior produção dos últimos sete anos: 285 mil toneladas.

A Companhia vai ativar na fábrica de Sergipe, em 2007, uma nova unidade de granulação de uréia, que produzirá 600 toneladas por dia. Com o objetivo de substituir importações de fertilizantes nitrogenados, a Petrobras deu andamento ao projeto conceitual de uma nova planta industrial – a UFN-3 –, que usará como matéria-prima o gás natural. Com investimento estimado de US\$ 822 milhões, e a unidade deverá produzir 1 milhão de toneladas de uréia e 760 mil toneladas de amônia por ano, a partir de 2012.

Outro projeto em estudo é o de uma planta industrial de ácido nítrico na fábrica da Bahia, para produção de 120 mil toneladas anuais, destinadas ao Pólo Petroquímico de Camaçari, com início previsto para 2009.

Gás Natural

O mercado de gás natural continuou em expansão, com a comercialização média de 38,7 milhões de m³/dia às distribuidoras em 2006 – um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O aumento do consumo é movido por fatores como a ampliação da infra-estrutura logística, a incorporação de novos consumidores de grande porte ao mercado e a forte expansão da frota a gás natural veicular (GNV). Esse aumento reflete o reconhecimento crescente das qualidades tecnológicas, operacionais, ambientais e econômicas do produto por parte dos consumidores.

Suprimento

Para o atendimento da demanda, em reforço à produção nacional, a Petrobras importou, em média, 24,7 milhões de m³/dia do produto – um acréscimo de 9% sobre o volume de 2005.

Seguindo sua estratégia de desenvolver e consolidar o mercado, a Petrobras deu partida no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás). A oferta de gás nacional no Sudeste será elevada em duas etapas – na primeira, até 2008, dos atuais 15,8 milhões de m³/dia para 40 milhões de m³/dia; na segunda, até 2010, o volume chegará a 55 milhões de m³/dia.

Para garantir a expansão do consumo no País de forma sustentada, a Petrobras prepara-se para entrar como importadora no mercado global de gás natural liquefeito (GNL). Para a regaseificação e a entrega na rede de transporte, a Companhia estuda a instalação de dois terminais flutuantes de regaseificação, no Ceará e no Rio de Janeiro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Transporte de Gás Natural

A implantação da Rede de Transporte de Gás Natural no Brasil (RBTGN) teve continuidade em 2006. A estruturação de um sistema flexível, seguro e competitivo de abastecimento – um conjunto de gasodutos interligados de Fortaleza a Porto Alegre e de São Paulo à Bolívia – está alinhada estrategicamente ao desenvolvimento da produção da Bacia de Campos e da exploração de blocos *offshore* da Companhia, criando condições para o escoamento imediato de novas descobertas.

Um dos principais projetos em andamento para o estabelecimento da RBTGN é o Gasoduto de Interligação Nordeste Sudeste (Gasene) – formado pelos trechos Cabiúnas–Vitória (Gascav), Cacimbas–Vitória e Cacimbas–Catu (Gascac). Em 2006, a Petrobras fechou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) duas operações de financiamento, no total de R\$ 1,36 bilhão, para a sociedade de propósito específico Transportadora Gasene S.A., responsável pelo projeto.

O trecho em território capixaba (Cacimbas–Vitória), com 131 quilômetros, vai entrar em operação no início de 2007. No trecho que liga o Rio de Janeiro e o Espírito Santo (Cabiúnas–Vitória), as obras foram iniciadas em junho, com término previsto para outubro de 2007. O trecho Cacimbas–Catu, entre o Espírito Santo e a Bahia, está na fase de licitação e deve ser concluído no segundo semestre de 2009.

Na Região Norte, a construção do Gasoduto Urucu–Manaus iniciada em junho, com 670 quilômetros, tem conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008. No Nordeste, entraram em operação os gasodutos Atalaia–Itaporanga, em Sergipe, e Dow–Aratu–Camaçari, na Bahia. Mais três – Carmópolis–Pilar, entre Sergipe e Alagoas, Itaporanga–Carmópolis (SE) e Catu–Itaporanga, ligando a Bahia a Sergipe – deverão iniciar as operações em 2008.

ENERGIA ELÉTRICA

A Petrobras ampliou a participação no segmento de termelétricidade, guiada pela estratégia de consolidar-se como empresa integrada de energia. A Companhia está presente em toda a cadeia produtiva da geração térmica, além de participar na comercialização.

No leilão de energia nova realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em outubro de 2006, a Petrobras vendeu 205 MW disponibilizados por suas usinas. O resultado final do leilão significou para a Companhia uma receita fixa, pelo prazo de 15 anos, de R\$ 103 milhões/ano a partir de 2011.

Em 2006 a Petrobras completou a aquisição das usinas tipo *merchant* com a compra da UTE Mário Lago (ex. Macaé Merchant). A aquisição das três *merchants* (MPX Termoceará, Macaé Merchant e Eletrobolt) encerra controvérsias judiciais em torno dos contratos de consórcio firmados com as usinas em 2001 e 2002. A Companhia era

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

obrigada a fazer pagamentos contingenciais referentes a impostos, taxas, tarifas, custos de operação, manutenção e investimento nas situações em que as empresas não obtivessem receitas suficientes. As aquisições tinham o objetivo de reduzir despesas e garantir o recebimento integral das receitas da geração de energia, em consonância com as diretrizes da Petrobras para a sua participação no setor elétrico.

Além da aquisição da UTE Mário Lago a Petrobras também adquiriu a UTE Bahia I (31 MW) termelétrica a óleo combustível, para servir como reserva de geração. Com o mesmo objetivo, a Petrobras firmou contrato de locação e prestação de serviço com a UEG Araucária (428 MW), que além de servir como reserva de geração permite uma alocação mais eficiente do gás natural devido ao seu ciclo combinado.

Novas usinas termelétricas estão sendo construídas, Termoaçu (RN) e Cubatão, ambos projetos de co-geração em forte sinergia com as atividades da Petrobras nessas regiões. Também estão em andamento os projetos de fechamento de ciclo e conversão de termelétricas a bi-combustível (gás natural e óleo diesel), para garantir maior eficiência e confiabilidade do suprimento de combustível para as termelétricas.

Energias Renováveis

Conquistar a liderança na produção nacional de biodiesel e expandir os negócios com o etanol tornaram-se prioridade para a Petrobras. Em linha com essa estratégia, a Companhia desenvolveu várias ações na área de energias renováveis com vistas às metas arrojadas do Plano de Negócios 2007-2011 – período em que serão investidos US\$ 700 milhões em fontes renováveis.

A geração de eletricidade através de usinas eólicas e PCH (pequenas centrais hidrelétricas) complementa o posicionamento da Petrobras em energias renováveis. Pelas metas definidas em 2006, a Companhia chegará a 2011 com produção de 850 milhões de litros de biodiesel, exportação de 3,5 bilhões de litros de etanol e geração de 240 MW de energia elétrica por fonte renovável.

Biodiesel

Para assumir a liderança nacional em biodiesel, fortalecendo-se como empresa integrada de energia, a Petrobras lançou-se à atividade de produção em 2006, dando início à construção de três usinas. As unidades, que somam investimentos de R\$ 227 milhões, em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE), terão capacidade para produzir cerca de 57 milhões de litros de biodiesel por ano e serão inauguradas até o fim de 2007.

Os empreendimentos vão ao encontro do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A partir de janeiro de 2008, será compulsória a adição do produto ao diesel de petróleo, na proporção de 2%. Para a aquisição de insumos – soja, algodão, mamona e dendê, além de gordura animal –, a Companhia firma parcerias com entidades de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

pequenos agricultores, valendo-se dos benefícios fiscais do Selo Combustível Social, concedido a indústrias de biodiesel que geram trabalho e renda na agricultura familiar.

A meta da Petrobras é produzir 850 milhões de litros de biodiesel por ano até 2011. Para alcançar essa produção a Petrobras analisa cerca de 15 outros projetos em várias regiões do País, em parceria com diferentes investidores, desde grandes grupos econômicos até cooperativas de trabalhadores rurais.

O biodiesel diminui as emissões de gases de efeito estufa, enxofre e material particulado, melhorando o desempenho dos motores. Além das vantagens ambientais e sociais, em sintonia com o uso crescente de fontes sustentáveis de energia, o produto vai apressar o fim das importações de diesel.

Etanol

Nos negócios com o etanol, a estratégia foi atuar na exportação visando à abertura de novos mercados e ao estabelecimento de relações de longo prazo com os clientes, em sinergia crescente com a área Internacional da Petrobras. Em 2006, o lucro com as vendas externas de etanol superou US\$ 14 milhões. O volume comercializado, acima de 80 milhões de litros, consolidou o corredor logístico de exportação de etanol da região Centro-Sul pelo Terminal Marítimo da Ilha d'Água, via Refinaria de Paulínia.

A preocupação com o desequilíbrio entre a oferta e a demanda crescente pelo produto no mercado, nos primeiros meses do ano, levou a Companhia, a partir de uma visão responsável e comprometida com o abastecimento nacional, a optar por exportar o etanol apenas no segundo semestre, após a estabilização do suprimento da demanda interna, o que fez com que o volume efetivamente exportado fosse inferior ao inicialmente previsto para o ano.

Para estimular a consolidação do mercado internacional de etanol, a Petrobras ingressou na diretoria da recém-criada *International Ethanol Trading Association* (IETHA) e criou a joint-venture *Brazil-Japan Ethanol* (BJE), sediada em Tóquio, voltada ao desenvolvimento do mercado japonês do produto. A Companhia também firmou entendimentos com o *Central Energy Fund* (CEF), da África do Sul, e com a Mitsui, do Japão, para a exportação de etanol.

Atuação Internacional

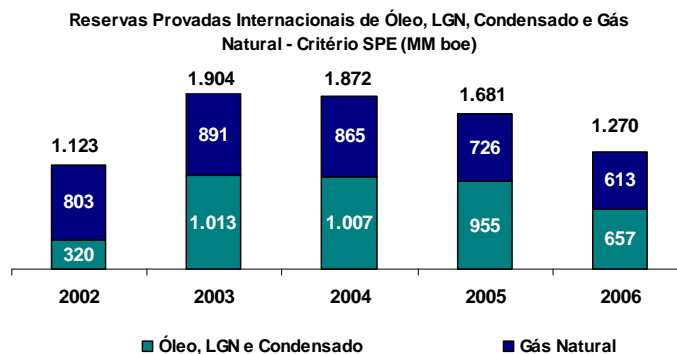
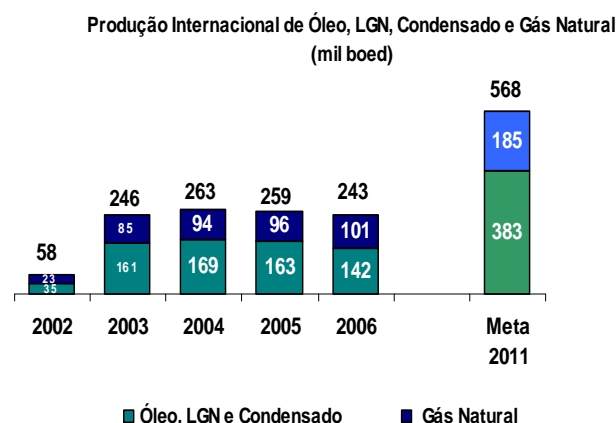
Com atuação em 19 países, a Petrobras se consolida como empresa integrada de energia com atuação internacional e liderança na América Latina. A Companhia participa de toda a cadeia de operações da indústria de petróleo, gás natural e energia elétrica no continente, ao mesmo tempo em que amplia a participação em empreendimentos na América do Norte, África e Ásia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

As atividades internacionais abrangem a exploração e produção de petróleo e gás em 14 países – Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, México, Estados Unidos, Angola, Guiné Equatorial, Nigéria, Tanzânia, Irã e Líbia.

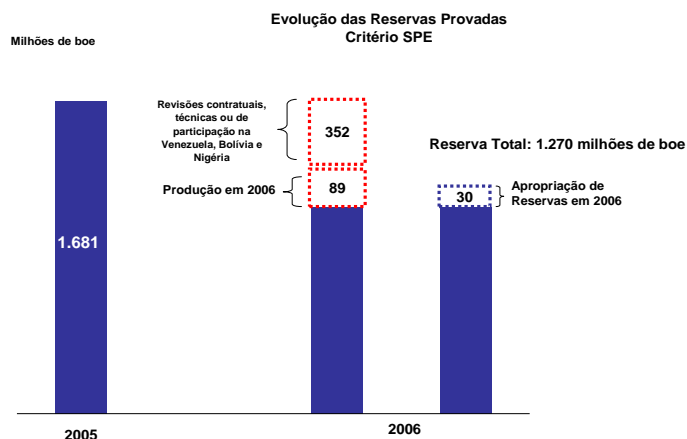
Em fevereiro de 2007, a Petrobras adquiriu participações em blocos exploratórios no Senegal e no Paquistão, marcando a entrada da Companhia nestes países.



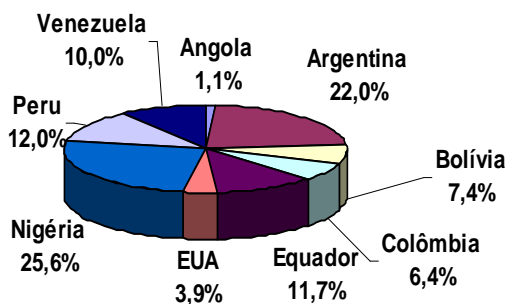
Durante 2006, a apropriação de reservas provadas foi suplantada pela produção do período aliada às revisões contratuais ocorridas preponderantemente na Venezuela, de tal forma que resultou em uma redução de reservas de 411 milhões de boe (24,4%) em relação a 2005.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

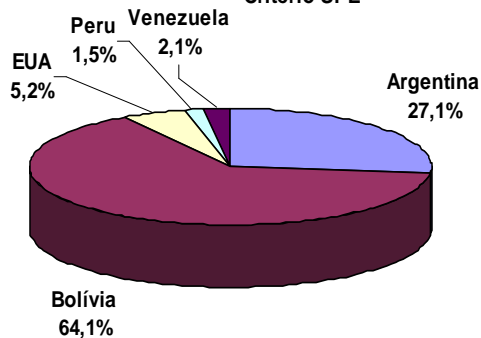
11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO



Reservas Provasdas Internacionais de Óleo e Condensado por País - Critério SPE



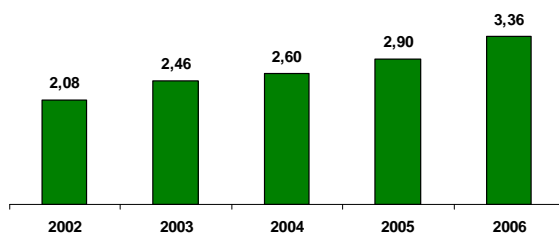
Reservas Provasdas Internacionais de Gás Natural por país
Critério SPE



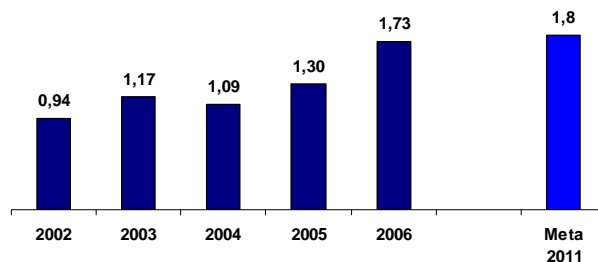
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Custo Unitário de Extração Internacional (US\$/bbl)



Custo Unitário de Refino Internacional (US\$/bbl)



A estratégia traçada com vistas ao crescimento no exterior prevê o fortalecimento das atividades da Companhia nos países onde já atua, como a Argentina, e abre frentes de negócios em outros mercados, como o de refino nos Estados Unidos. Nas áreas de exploração e produção, as regiões prioritárias são o Golfo do México e a África, onde a Petrobras se prepara para produzir petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Delta do Rio Níger, na Nigéria, e abre oportunidades em regiões de novas fronteiras exploratórias, como as águas ultraprofundas do litoral da Tanzânia.

No refino internacional, a meta é expandir a atuação com investimentos de ampliação e conversão na refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos e a prospecção de novas refinarias no exterior. O objetivo é agregar valor ao petróleo pesado produzido pela Companhia, oferecendo um *mix* de produtos mais valorizados no mercado e de melhor qualidade. Para isso, os investimentos serão concentrados na adoção de tecnologias para capacitar unidades de refino originalmente construídas para petróleo leve a processar cargas pesadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

América do Sul

Argentina

Com atuação de empresa integrada de energia, a Petrobras está presente em toda a cadeia de valor do petróleo e do gás natural e na geração de eletricidade. Sua produção em 2006 – a maior da Companhia no exterior – atingiu a média de 62,1 mil bpd de óleo e LGN e de 45,8 mil boed de gás natural, totalizando 107,9 mil boed. A Companhia operou e participou em 17 blocos em produção e em 10 na fase exploratória, e marcou sua entrada na exploração de águas profundas no mar Argentino. O custo de extração foi de US\$ 4,4 por boe.

Na petroquímica e fertilizantes, a Petrobras possui as unidades de Puerto General San Martin, Zarate e Campana, detendo também participação de 40% na Petroquímica Cuyo. As operações na Argentina se ramificam ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul, onde a Companhia controla a Innova, fabricante de produtos como estireno, poliestireno e UAN.

A Petrobras atua na distribuição de derivados com 719 estações de serviço. A rede, que comercializou 48 mil bpd de combustíveis e lubrificantes em 2006, detém participação de 13,8% no mercado de gasolinas e diesel, e 11,1% no mercado de lubrificantes. O número de estações da rede com a bandeira Petrobras foi ampliado de 457 para 492 no ano. Com o aumento da presença da marca, as vendas aumentaram, em média, 2,7%. A Companhia mantém a participação de 50% da holding controladora da Transportadora de Gás Del Sur (TGS), que possui a maior rede de gasodutos do país.

Na geração de energia elétrica, a Petrobras exerce o controle integral da Termelétrica Genelba, que utiliza gás natural e da Hidrelétrica de Pichi Picún Leufú. Participa, também, da Edesur (27,3%), distribuidora na região central de Buenos Aires. A Companhia está negociando a venda da participação acionária na Transener, a principal empresa de transmissão de eletricidade do país.

A Companhia detém 34% do capital da Cia. Mega, que opera com derivados e serviços de logística. Em 2006, a empresa comercializou 1 milhão 433 mil toneladas de etano, propano, butano e gasolina natural.

Bolívia

A produção boliviana de gás natural para exportação é fundamental para a sustentação do crescimento do consumo no Brasil. Em 2006, a Petrobras comercializou 7,27 milhões de m³/dia – 23,4% do total exportado pelo país. Das exportações da Companhia, 6,25 milhões de m³/dia foram destinados ao mercado brasileiro e 0,55 milhões de m³/dia ao mercado argentino.

Em 2006, como resultado da Lei dos Hidrocarbonetos, instituída no ano anterior, a nacionalização de ativos impôs mudanças significativas no setor, com impactos tributários, operacionais e financeiros. Mesmo após a regulamentação dos novos

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

marcos legais, criados pelo decreto de nacionalização, assinado em maio de 2006, a Petrobras continua sendo a maior empresa de petróleo e gás natural da Bolívia, tendo contribuído, no ano, com 22% da receita tributária nacional.

O decreto condicionou a permanência das empresas no país à assinatura de novos contratos. Nas negociações com o governo sobre a atividade de exploração e produção, a Petrobras alcançou os seguintes entendimentos: assinatura de contratos de produção compartilhada e não de prestação de serviço; execução de todas as operações petroleiras por sua conta e risco; pagamento dos royalties e outras participações governamentais, a ser feita pela YPFB como agregadora da produção, somando cerca de 80% da receita; e recebimento de uma retribuição da YPFB, definida em função de recuperação de custos, preços, volumes e investimentos, após o pagamento dos impostos devidos. Além disso, a Petrobras mantém a responsabilidade pelas operações dos blocos San Alberto, Rio Hondo, Ingre e Irenda, a propriedade de seus ativos e o direito às reservas a serem contabilizadas pela Companhia. Os contratos, aprovados pelo Congresso Nacional em novembro, têm validade de 30 anos.

As novas regras reduziram a 49,9% a participação da Petrobras nas refinarias Gualberto Villaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de La Sierra, que processam 39,9 mil bpd. As atividades de refino passaram a ser feitas como prestação de serviço. Ainda está em negociação com o governo boliviano o valor da indenização a ser paga à Petrobras.

Na comercialização de derivados, a YPFB tornou-se o único distribuidor atacadista, tendo a Petrobras retirado totalmente a imagem EBR (Empresa Boliviana de Refinación) e mantendo atualmente apenas 26 postos de serviço com imagem Petrobras.

Em relação ao gás natural, foi decidido, em fevereiro de 2007, que não haverá alteração de volumes ou na fórmula do preço de compra do gás natural da Bolívia prevista no atual contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobras (GSA). A Petrobras aceitou pagar à YPFB, a preços vigentes no mercado internacional, pelas frações de hidrocarbonetos líquidos (etano, butano, propano e gasolina natural) presentes no gás natural efetivamente entregue que elevam seu poder calorífico para valores acima de 8.900 quilocalorias por metro cúbico (kcal/m³), equivalentes a 1000 BTU por pé cúbico. A YPFB assegurará a manutenção do poder calorífico mínimo de 9.200 kcal/m³ e a Petrobras estudará a melhor forma de aproveitar no futuro estes componentes mais nobres do gás.

No transporte, além de participar da GTB, operadora do trecho boliviano do Gasoduto Bolívia–Brasil, a Petrobras mantém a participação no gasoduto Yacuiba–Rio Grande (Transierra), como operadora, e no gasoduto San Marcos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Colômbia

Na área de exploração e produção, a Petrobras tem participação em 16 contratos – 7 de produção e 9 de exploração –, sendo operadora em 10. Em 2006, a produção média de óleo e LGN foi de 16.843 bpd, e a de gás natural, 6,25 mil m³/dia, totalizando 16.880 boed. Destaca-se a presença da Companhia como operadora do bloco Tayrona, único *offshore* do país, em associação com Exxon e a estatal Ecopetrol. Após devolução contratual de 50%, o bloco ainda conta com uma área superior a 22 mil km². Deverá ser perfurado o primeiro poço pioneiro em 2007.

A Petrobras consorciou-se, ainda, à Ecopetrol, para a revitalização do campo de Tibu. O investimento, que elevará a produção de 2 mil bpd para 15 mil bpd, é estimado em US\$ 500 milhões nos próximos seis anos, sendo que os associados têm a opção de sair do contrato ao final de 1 e 2 anos, com um investimento, respectivamente, de US\$ 20 milhões e US\$ 40 milhões.

Chile

A Petrobras prossegue na prospecção de oportunidades de negócios no país, por meio do escritório de representação aberto em Santiago em 2005. A Companhia comercializa no país o lubrificante Lubrax, com vendas de 848 m³ em 2006.

Equador

A Petrobras, que opera em dois blocos, produziu 11,9 mil boed de petróleo e LGN no país. No início de 2007, a Companhia recebeu aprovação do governo para a venda de 40% da participação no bloco 18, em produção, e no bloco 31, em fase exploratória, à empresa Teikoku, do Japão. A Petrobras também negocia com o governo a aprovação do EIA para desenvolvimento do bloco 31.

Paraguai

Em 2006, a Petrobras entrou no segmento de distribuição de derivados. Atualmente, possui 131 estações de serviço e 45 lojas de conveniência. A rede tem vendas anuais de 317 mil m³ de produtos. Entre os ativos adquiridos, estão instalações para a venda de GLP e comercialização de produtos para aviação.

Peru

A Companhia tem participação em seis blocos – um em produção (Lote X), e os demais, em fase exploratória. Em 2006, a produção média de petróleo foi de 12,7 mil bpd e a de gás, 1,8 mil boed, totalizando 14,6 mil boed.

Uruguai

A Petrobras ingressou na distribuição de derivados, assumindo o controle de 89 estações de serviços, com vendas anuais de 330 mil m³ de derivados, comercialização de produtos marítimos, asfalto e produtos de aviação. A Companhia atua também na distribuição de gás natural na Província de Montevidéu e no interior do país, com a comercialização total de 120 mil m³/dia de gás.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Venezuela

O novo marco legal da indústria de petróleo no país instituiu um novo modelo contratual para as atividades das empresas que operavam campos maduros na modalidade de contratos de serviços. Assim, a partir de abril de 2006, os campos operados por empresas privadas, nacionais e internacionais, naquele país, nesta modalidade de contratos, passaram a ser operados por empresas mistas controladas pela Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), com 60% de participação. A Petrobras, que operava os campos de Oritupano–Leona, Acema, Mata e La Concepción, passou a integrar as correspondentes empresas mistas, com participações entre 22% e 36 %.

A Companhia ainda opera o bloco Moruy II, de exploração de gás natural, no Golfo da Venezuela. Além disso, estuda a associação à PDVSA para a produção de petróleo extrapesado em Carabobo I, na Faixa do Orinoco; e produção de gás natural em Mariscal Sucre, no Caribe venezuelano. Os acordos incluem, também, estudos para a criação de uma empresa mista para a produção de petróleo em cinco campos maduros, em terra, nas bacias de Oriente e Maracaibo.

América do Norte

Estados Unidos

A Companhia detém participações em 302 blocos no setor americano do Golfo do México, sendo a operadora em 149 deles. No leilão de blocos promovido em setembro, foi a que arrematou o maior número de blocos – 34 –, com pagamento de bônus de US\$ 45 milhões.

A Petrobras iniciou, no extremo oeste do Golfo do México, o trabalho exploratório para teste de novos conceitos geológicos. O primeiro poço perfurado indicou a presença de gás natural, mas a pequena espessura do reservatório não foi suficiente para viabilizar a comercialidade. O resultado demonstrou, porém, a potencialidade da área, onde será perfurado pelo menos um poço em 2007.

A produção média da Petrobras no golfo foi de 4,0 mil boed, abaixo da previsão para o ano basicamente devido aos efeitos da temporada de furacões no final de 2005, com a produção retornando ao nível normal apenas em agosto de 2006.

No segmento de águas ultraprofundas, a Companhia obteve participação adicional nas descobertas de Cascade e Chinook, passando a ser a operadora dos dois projetos. A produção, com início previsto para 2009, vai utilizar um navio-plataforma *Floating Production, Storage and Offloading* (FPSO). A aplicação de um projeto deste tipo que abrange novas tecnologias é um marco na indústria do petróleo americana.

Em águas profundas, no Quadrante Garden Banks, a Petrobras prosseguiu no desenvolvimento do campo de Cottonwood, no qual assumiu o controle total, com a compra dos 20% de participação da associada. O início da produção está previsto para 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Na Refinaria de Pasadena, no Texas, em que a Companhia detém 50% do controle acionário, seguem os estudos para a duplicação da capacidade de processamento, de 100 mil bpd, e a instalação de unidades para o processamento de petróleos pesados. O investimento está estimado em US\$ 2 bilhões.

México

A Petrobras participa, em associação com a empresa japonesa Teikoku e a mexicana Diasvaz, de dois contratos de serviços múltiplos junto à Pemex, nos blocos Cuervito e Fronterizo. Os serviços prestados incluem as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção. A participação da Companhia em cada um desses contratos é de 45%.

Em 2006, foram perfurados 12 poços e foi obtida a certificação do processo "desenvolvimento, infra-estrutura e manutenção nas operações de campos de produção de gás não-associado" segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

Europa

Turquia

A Petrobras está associada à estatal turca TPAO para a exploração e produção em dois blocos com potencial de grandes reservas no Mar Negro – o bloco Kirklarelli, na parte oeste do setor turco do Mar Negro, em lâmina d'água de 1.200 metros; e o Sinop, a leste, a 2.200 metros de profundidade.

África

Nigéria

Os projetos de Agbami e Akpo – campos gigantes no Delta do Níger – seguem em implantação, com início de atividades previsto para 2008. Em Agbami, a produção deverá atingir 250 mil bpd, cabendo 37 mil bpd à Companhia. Akpo produzirá 185 mil bpd, sendo a parcela da Petrobras de 36 mil bpd. A Companhia já investiu nos projetos US\$ 930 milhões do total de US\$ 1,9 bilhão.

No bloco OML 130, em que detém participação de 16%, a Petrobras foi ressarcida em US\$ 354 milhões pela nigeriana *South Atlantic Petroleum* (Sapetro), que vendeu sua parte (45%) à *China National Offshore Oil Company* (CNOOC). O ressarcimento, previsto em contrato, corresponde a 50% dos investimentos feitos pela Companhia, que passou a ser responsável por 20% dos investimentos futuros.

A existência de acumulações significativas de petróleo no bloco foi comprovada após a perfuração de quatro poços no pólo de Egina. Os testes de viabilidade comercial do campo serão feitos em 2007. Operadora do bloco OPL 324, no Golfo da Guiné, a Petrobras perfurou um poço de 6.091 metros em profundidade de água de 2.670 metros – novo recorde no Golfo da Guiné –, sem, entretanto, descoberta de hidrocarbonetos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A Companhia ampliou a atuação no Golfo da Guiné, fortalecendo a presença em águas profundas do oeste africano. Tendo como sócios a norueguesa Statoil e a nigeriana Ask Petroleum, a Petrobras é operadora do bloco OPL 315, com 45% de participação. Estão em andamento os estudos para situar o bloco no contexto geológico regional, com vistas às primeiras perfurações exploratórias.

Em apoio à utilização do álcool combustível (etanol) no país, a Petrobras deu continuidade às negociações com a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) para o fornecimento do produto. Os entendimentos incluem a prestação de assistência técnica para a adição do produto à gasolina.

Angola

Com a participação em mais quatro contratos, a Petrobras passou a deter seis ativos no país em 2006 – entre eles, o bloco 2 da Bacia do Baixo Congo, em que a Companhia produziu 5,4 mil bpd. No bloco 34, apesar da ausência de petróleo em dois poços perfurados, análises técnicas concluíram que há boas perspectivas para horizontes geológicos mais profundos, o que resultou na prorrogação do prazo exploratório, e no planejamento da perfuração de mais um poço em 2007. A Petrobras é operadora nos novos blocos exploratórios 6, 18/06 e 26, assumindo essa condição pela primeira vez em Angola, e é associada no bloco 15/06.

Guiné Equatorial

A Petrobras estendeu por mais dois anos, em negociação com o governo, o contrato de exploração no bloco L, sem obrigação de perfuração de poço exploratório.

Líbia

A Companhia prosseguiu nas atividades de exploração na Área 18 do setor líbio no Mar Mediterrâneo. Associada à Oil Search Limited, de Papua Nova Guiné, a Petrobras é operadora, com participação de 70% e possui contrato de partilha de produção com a estatal National Oil Company (NOC). Em caso de sucesso exploratório, a NOC assumirá 51% dos investimentos.

Tanzânia

A Petrobras concluiu o processamento sísmico dos blocos 5 e 6 em águas ultraprofundas da Bacia de Máfia, após ter assinado, em dezembro, o contrato do bloco 6. A Companhia detém direitos integrais sobre os blocos e, dependendo da interpretação sísmica e da avaliação técnico-econômica, poderá associar-se a parceiro, atuando como operadora. A presença da Companhia naquele país reforça o posicionamento na fronteira exploratória da costa leste da África. A Petrobras tem 20,2 mil km² sob concessão e operação integral no país.

Moçambique

A Petrobras adquiriu 17% da participação no bloco Zambezi Delta, na área offshore de Moçambique, na primeira oportunidade de investimento naquele país africano. Os compromissos assumidos prevêm aquisição sísmica 2D e perfuração de um poço em

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

2007. A efetiva entrada da Companhia no consórcio ainda aguarda autorização do governo local, que deverá ser concedida em 2007.

Ásia

Irã

A Petrobras iniciou, em novembro, a perfuração do primeiro de dois poços exploratórios no bloco Tusan, em águas rasas do sul do Golfo Pérsico. A Companhia é operadora com 100% de participação, de acordo com contrato firmado em 2004 com a iraniana National Iranian Oil Company (Nioc).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Comercialização

A Petrobras comercializou, em média, 1 milhão 697 mil bpd de derivados no mercado brasileiro – um aumento de 3% em relação a 2005. Os principais produtos em volume de vendas foram gasolina, nafta petroquímica, óleo combustível, diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.

A gasolina registrou o maior crescimento de vendas, 7%. A principal causa foi a redução do percentual de álcool anidro misturado na gasolina vendida nos postos, que passou de 25% para 20% em março e subiu para 23% em novembro. Outro fator foi a expansão da frota de veículos que utilizam gasolina, incluindo os usuários de veículos *flex fuel* que optaram por utilizar este combustível. A inibir o consumo, atuaram o aumento de 5,1% no preço real ao consumidor e o uso crescente de GNV.

Na comercialização de nafta petroquímica, a expansão foi de 5%. Diante do aumento da demanda das centrais petroquímicas, a Petrobras elevou a produção e substituiu parte das importações, garantindo a ampliação dos negócios.

No segmento de óleos combustíveis, após alguns anos de retração, as vendas subiram 1%, beneficiadas pelo ganho de mercado em relação à concorrência e pelo atendimento de novos consumidores. Entre os setores que aqueceram a demanda, estão a indústria de transformação do Pará e as novas termelétricas do Amazonas.

As vendas de diesel aumentaram 1%, ficando abaixo do crescimento do PIB. A principal causa do resultado foi o baixo desempenho do agronegócio, ainda sob o impacto da crise de 2005/2006 e da valorização do real frente a outras moedas.

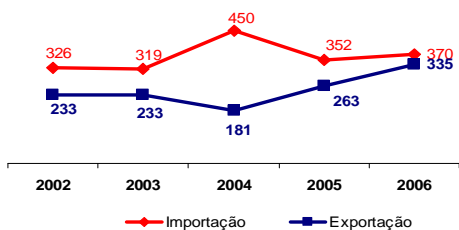
O GLP teve acréscimo de 1,5% na comercialização, respondendo ao crescimento demográfico e à melhoria do poder aquisitivo da população, decorrente do aumento do salário mínimo e da abrangência de mecanismos governamentais de garantia de renda. As vendas de querosene de aviação mantiveram-se estáveis em relação a 2005.

O aumento da produção nacional de petróleo, a otimização da estrutura logística e a abertura de novas oportunidades comerciais permitiram à Companhia bater recordes também nas vendas externas, consolidando-se como a maior exportadora do País. A exportação de petróleo atingiu o recorde de 484 mil bpd no mês de novembro, fechando o ano com média de 335 mil bpd um acréscimo de 27% em relação ao ano anterior. Quanto aos derivados, houve redução de 5,4% em comparação com 2005, com exportação de 246 mil bpd. As importações foram de 370 mil bpd de óleo e 118 mil bpd de derivados. Em termos financeiros, a Petrobras registrou déficit de US\$ 23 milhões.

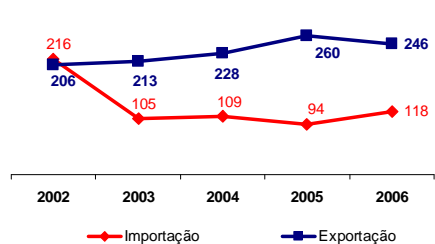
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

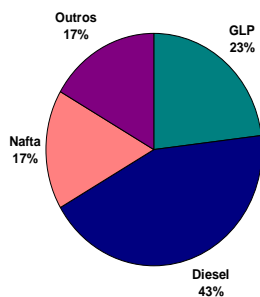
Exportação e Importação de Petróleo (Mil bpd)



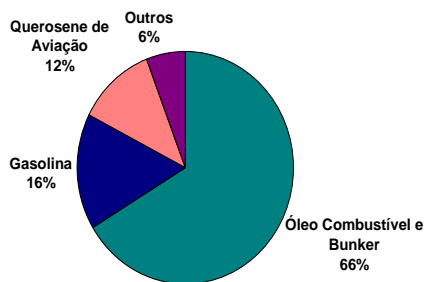
Exportação e Importação de Derivados (Mil bpd)



Importação de Derivados por Produto

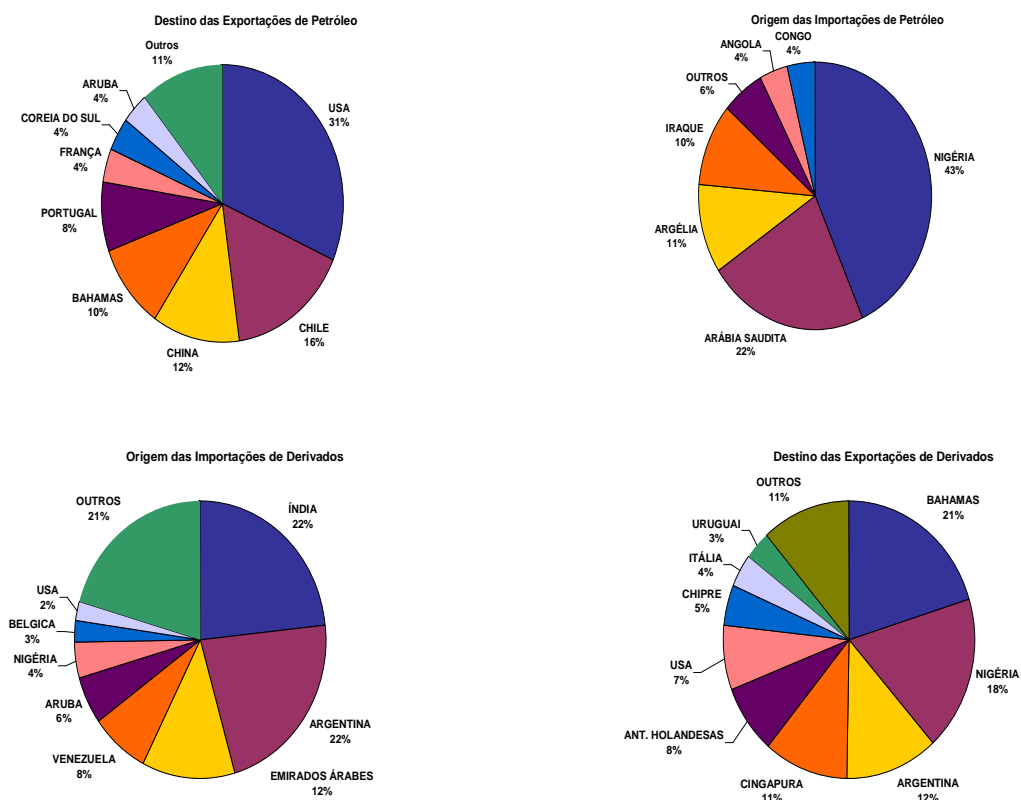


Exportação de Derivados por Produto



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO



Transporte

No transporte e armazenamento de petróleo, derivados, álcool e gás natural, a Petrobras atua por meio da subsidiária integral Petrobras Transporte S. A. (Transpetro), que opera 53 navios, 44 terminais e 9.958 quilômetros de dutos. A empresa desempenha papel estratégico, pois dispõe de soluções integradas de logística e de flexibilidade operacional que proporcionam vantagens competitivas à Companhia.

Frota

Maior armador da América do Sul, com 2,6 milhões de toneladas de porte bruto (tpb), a Transpetro possui frota de 46 petroleiros e afreta os demais de terceiros, a casco nu. Em 2006, nessa modalidade, foram contratados o Navion Stavanger (Suezmax) e mais duas embarcações, que serão recebidas em 2007. Uma unidade flutuante de transferência e estocagem (FSO) e um navio de apoio do tipo AHTS também fazem parte da frota.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

As atividades da Transpetro possuem elevada confiabilidade, unindo qualidade, preços competitivos e excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). As embarcações são inspecionadas periodicamente pelo Programa Navio 1000, que avalia a gestão, as condições operacionais e a segurança da frota, de acordo com normas internacionais.

Como parte da estratégia de ampliar a prestação de serviços à Petrobras, em linha com o aumento da produção nacional de petróleo, a Transpetro deu continuidade ao Programa de Modernização e Expansão da Frota em 2006. Na primeira fase, vencida a etapa de licitação, 26 navios estão encomendados a estaleiros com atividades no País. Na segunda fase do programa, serão construídos mais 16 petroleiros.

Os primeiros 26 navios, em cinco lotes de licitações, somam investimento de US\$ 2,5 bilhões. São 10 navios do tipo Suezmax; 5 Aframax; 4 Panamax; 4 de produtos e 3 gaseiros. Nas negociações com os estaleiros, a empresa conseguiu reduzir em 14% o valor inicial e obteve preço médio semelhante ao que teria pago no exterior. A construção no Brasil contribui para a retomada da indústria naval de grande porte, desenvolvendo um novo pólo de fornecedores para a Petrobras.

Terminais e oleodutos

Como operadora da maioria dos oleodutos, terminais terrestres e aquaviários da Petrobras, a Transpetro movimentou 654 milhões de m³ de petróleo, derivados e álcool em 2006. Nos terminais aquaviários, a média mensal foi de 350 navios em operação.

A rede operada pela Transpetro é composta por 7 mil quilômetros de oleodutos e polidutos. Os 44 terminais, sendo 24 aquaviários e 20 terrestres, têm capacidade para armazenar 65 milhões de barris (10,3 milhões de m³).

Para modernizar e ampliar a rede, ajustando-a às necessidades futuras da Petrobras e do Brasil, a empresa está empreendendo uma série de iniciativas, tais como:

- Plano Diretor de Dutos em São Paulo; que abrange 27 municípios e prevê novo desenho para a malha, afastando-a das regiões de alta densidade populacional, com aumento da segurança das operações. A nova infra-estrutura logística estará integrada à expansão da petroquímica, da geração termelétrica, da capacidade de refino e da oferta de gás natural no estado. Com investimentos previstos em mais de R\$ 2 bilhões, o plano inclui a implantação de novas faixas de dutos e a ampliação das existentes, a construção de 500 quilômetros de dutos e a desativação de 110 quilômetros de faixas e de 280 quilômetros de dutos na Grande São Paulo. O terminal de Guararema será ampliado, e um novo será erguido em Mauá. Nas obras, serão abertos 28 mil postos de trabalho diretos e indiretos.
- O Corredor de Exportação de Etanol, que elevará o potencial de movimentação de álcool do atual 1,2 milhão de m³/ano para 4 milhões de m³/ano em 2010 e oito milhões de m³/ano em 2011. Com um plano de investimento de US\$ 600 milhões em seis anos, que interligará por dutos a Replan a Guararema e ao Triângulo Mineiro, passando por Ribeirão Preto, além de estabelecer a integração com a Hidrovia Tietê-Paraná, ligando o Centro-Oeste a São Paulo e Guararema a São

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Sebastião. O Programa Transpetro Etanol vem despertando em outros países o interesse pela experiência brasileira com transporte de álcool, o que abre oportunidade para o desenvolvimento de parcerias na América Latina, Estados Unidos, Europa, África e Ásia. Em 2006, mais de 80 mil m³ foram exportados para a Venezuela, em cumprimento a acordo bilateral;

- O Programa de Tratamento de Água de Formação se apresenta como uma resposta logística ao aumento da quantidade de água produzida pelos campos da Petrobras, provocada pelo aumento da produção associado ao amadurecimento dos reservatórios e aos métodos utilizados de recuperação de petróleo.
- A implantação do Programa de Tancagem, que visa a eliminação de gargalos logísticos através do acréscimo de 500.000 m³ de capacidade de armazenamento à atual infra-estrutura.

Gás natural

No segmento de gás natural, a Transpetro movimentou a média diária de 34 milhões de m³ em 2006. Além de ampliar o sistema, com a incorporação de dois novos pontos de entrega e um novo gasoduto (Dow-Camaçari), a empresa transferiu a operação das malhas Espírito Santo e Bahia para o Centro Nacional de Controle Operacional (CNCO), que passou a controlar todos os gasodutos de forma remota.

A empresa se prepara para incorporar ao sistema, em 2007, 1,8 mil quilômetros de gasodutos, em fase de construção. Mais 1,6 mil quilômetros, em projeto, deveram entrar em operação entre 2008 e 2011, quando a movimentação de gás natural da Transpetro chegará à marca dos 100 milhões de m³ por dia, incluído o gás natural liquefeito (GNL) importado.

O Terminal de Cabiúnas (RJ), o maior pólo de processamento de gás natural do Brasil, também terá sua capacidade expandida em 2007, passando dos atuais 14,9 milhões de m³ dia para 17 milhões de m³. Dois novos projetos em andamento no pólo vão elevar a capacidade de processamento para 22,4 milhões de m³ diários.

Distribuição

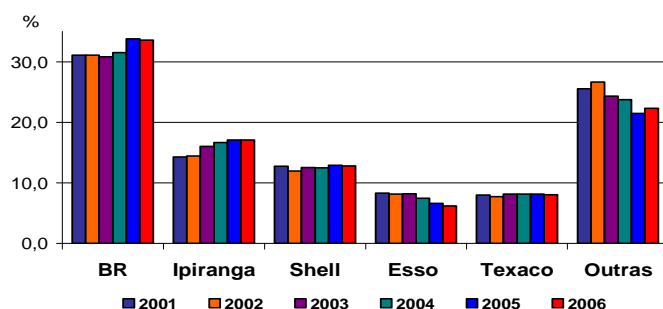
A Companhia atua na distribuição de combustíveis por meio da subsidiária Petrobras Distribuidora, líder de mercado, com a maior rede de postos de serviços do País. Dos 5.870 postos BR localizados em todas as regiões do território brasileiro, 638 pertencem à empresa e 5.232 são de revendedores que operam com a marca Petrobras.

A receita da BR com produtos e serviços, em 2006, foi de R\$ 47,1 bilhões em 2006 – um aumento de 8,0% em relação ao ano anterior –, decorrente da expansão das vendas, que obtiveram recorde histórico em outubro. A participação no mercado de distribuição alcançou 33,6% - 0,2 pontos percentuais abaixo do registrado em 2005, decorrente da forte concorrência verificada no setor ao longo de 2006. No segundo semestre, a BR conseguiu recuperar mercado e apresentou no mês de dezembro uma participação global de 34,9%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Participação das Companhias Distribuidoras de Combustíveis no Brasil



A BR detém a liderança também na venda de gás natural veicular (GNV). Sua participação no mercado foi de 23,7% em 2006, com oferta do produto em 355 postos. No mercado de gás liquefeito de petróleo (GLP), atuando por meio da Liqigás Distribuidora, a Petrobras tem participação de 21,7% – uma queda de 0,1% em relação a 2005.

Rede de Postos Ativos	Unidades
Postos BR	5.870
Urbanos	4.560
Rodoviários	1.282
Marítimos	28
Postos Próprios	638
Postos Terceiros	5.232
Lojas de Conveniência	740
Postos com GNV	355

A ampliação da oferta do biodiesel foi um dos diferenciais da rede em 2006. Em linha com a estratégia de manter-se como bandeira preferida dos consumidores, agregando valor ao Sistema Petrobras, a distribuidora levou o produto a 3.740 postos em todo o País. Até junho de 2007, o biodiesel deverá ser oferecido em toda a rede.

A chegada do biodiesel às bombas reforçou a associação da BR a valores como inovação, qualidade e responsabilidade socioambiental. Em 2006, foram lançados também o Diesel Podium, com baixo teor de enxofre; a linha Evolua, de produtos para limpeza e conservação; e novos lubrificantes. A distribuidora investiu na ampliação e modernização dos postos, adequando-os aos requisitos de segurança e proteção do meio ambiente.

Para aumentar a satisfação dos consumidores, a BR expandiu projetos como o Cartão Petrobras, realizou promoções e qualificou frentistas, com o programa Capacidade

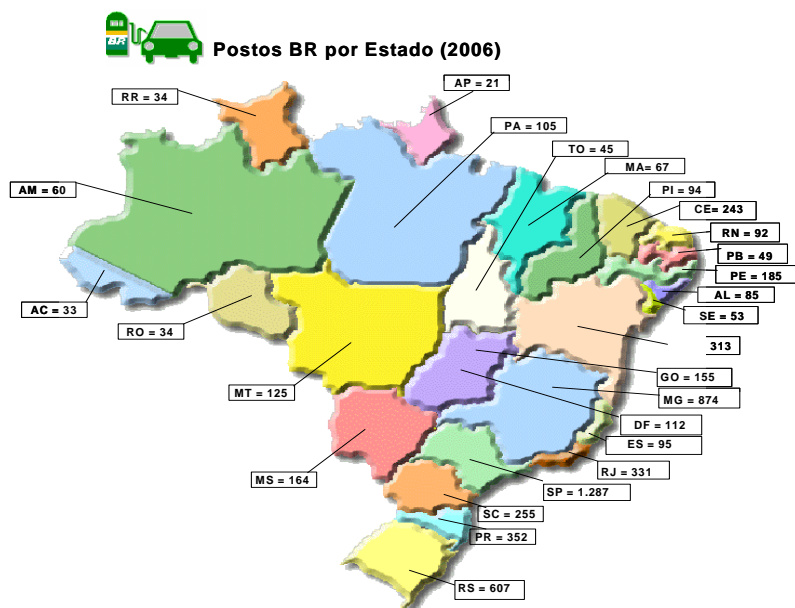
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Máxima. No relacionamento com revendedores e consumidores finais, a empresa promoveu visitas regulares de assessores comerciais e encontros periódicos para apresentação de estratégias e planos, além de manter em circulação o Jornal do Revendedor.

No mercado de consumidores diretos, a participação global da Petrobras Distribuidora é de 45,5%, com destaque para a presença nos ramos de produtos de aviação (53,5%), de asfalto (29,4%) e de transporte rodoviário retalhista (40,4%). A empresa desenvolveu, em 2006, novos serviços para a fidelização de clientes do ramo de transportes.

A BR vem investindo, desde 2005, em adaptação das instalações da rede de distribuição – a maior do Brasil – para as operações com o biodiesel. As 56 bases e terminais estrategicamente localizados asseguram ampla capilaridade para a colocação dos produtos Petrobras. A rede também permite integrar soluções de transporte e estocagem com qualidade de serviços, proporcionando vantagens em relação à concorrência.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Conforme descrito na seção 9.02, de acordo com a Lei nº 9.990, a partir de 1º de janeiro de 2002, o Governo Federal eliminou o controle de preços para o petróleo bruto e seus derivados, exceto pelo gás natural vendido a certas usinas termelétricas. Isso levou ao aumento da competição e ajustes de preços, em virtude de outras companhias passarem a participar do mercado brasileiro e importar e exportar petróleo bruto, derivados de petróleo e gás natural.

VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui diversas vantagens competitivas em relação a seus atuais ou futuros concorrentes, dentre as quais se destacam:

- Posição de mercado dominante na produção, refino e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil;
- Base de reservas significativa e crescente;
- Avançado conhecimento tecnológico para exploração em águas profundas;
- Custos reduzidos em decorrência de suas operações serem realizadas em larga escala e da integração de seus segmentos de atuação;
- Sólida posição nos crescentes mercados de gás natural do Brasil; e
- Provado sucesso em atrair parceiros internacionais para todos os ramos de atividade.

Posição de mercado dominante na produção, refino e transporte de petróleo seus derivados no Brasil.

A experiência da Companhia como única exploradora de petróleo e seus derivados possibilitou a criação de uma rede extensa de operações e larga base de reserva. A longa história, recursos e o estabelecimento de bases no Brasil garantem à Companhia vantagens competitivas frente aos atuais e futuros participantes dos setores de petróleo e gás natural no Brasil. Atuamos em todos os principais campos de desenvolvimento do Brasil e operamos quase a totalidade da capacidade de refino do país. A média de produção doméstica diária de óleo e gás natural da Companhia, cresceu 5% em 2006, cresceu 12,8% em 2005, diminuiu 3,1% em 2004 e cresceu 2,7% em 2003.

Base de reservas forte.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2006, Reservas Provadas estimadas em 13,75 bilhões de boe no Brasil, perfazendo um total de 15,02 bilhões de boe se somada às reservas no exterior. Adicionalmente, a Companhia possui uma substancial base de áreas de exploração, tanto no Brasil como no exterior, que estão sendo continuamente

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

avaliadas pela Companhia e por seus parceiros da indústria de modo a aumentar suas reservas.

Em 31 de dezembro de 2006, nosso Índice de Reservas Provadas/Produção era de 19,5 anos.

A Companhia acredita que suas Reservas Provadas possibilitarão oportunidades para:

- crescimento de produção duradouro e sustentável;
- Substituindo o petróleo bruto leve importado pela produção de reservas de petróleo bruto mais leve recém-descobertas; e
- controlar suas despesas no futuro, permitindo economias de escala.

Avançado conhecimento tecnológico para exploração em águas profundas.

Nos últimos 36 anos, ao desenvolver operações em alto-mar, a Companhia adquiriu reconhecido conhecimento em técnicas e tecnologia de perfuração, desenvolvimento e produção em águas profundas. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo tecnologia que permitirá a exploração de poços em profundidades superiores a 3.000 metros.

O conhecimento da Companhia em perfuração, exploração, desenvolvimento e produção em águas profundas possibilitou altas taxas de sucesso e de produção e, ao mesmo tempo, redução nos custos de extração.

Custos reduzidos em decorrência de suas operações serem realizadas em larga escala e da integração de seus segmentos de atuação.

Como empresa dominante nos segmentos de petróleo e gás natural, a Petrobras atingiu significativa redução em seus custos em virtude:

- da localização de aproximadamente 80% das Reservas Provadas nos campos da Bacia de Campos, o que permite a concentração da infra-estrutura necessária para dar suporte às atividades da Companhia, reduzindo seus custos de exploração, desenvolvimento e produção;
- da localização da maior parte das refinarias pertencentes à Companhia na região sudeste, próxima à Bacia de Campos e aos mercados mais densamente industrializados e povoados do País; e
- O equilíbrio relativo entre a nossa produção atual, o nosso rendimento de refino e a demanda total de produtos hidrocarbonetos do mercado brasileiro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A Companhia acredita que tais eficiências de custos decorrentes de sua integração, infraestrutura existente e equilíbrio permitem competir de modo eficaz com outras empresas do setor e de produtos importados.

Posição estratégica no mercado brasileiro de gás natural.

A Companhia atua na maioria dos segmentos do mercado de gás natural brasileiro. Em virtude de sua ampla gama de operações no mercado de gás natural, a Companhia acredita estar bem posicionada para se beneficiar do potencial crescimento da demanda no Brasil por este produto, pretendendo, ainda, atender essa demanda por meio das seguintes iniciativas:

- desenvolvimento de Reservas Provadas de gás natural na Bolívia e o gasoduto de 1.969 milhas (3.150 quilômetros) da Bolívia ao Brasil;
- produção crescente de gás natural não associado e gás natural associado com nossa produção nacional de petróleo bruto, combinado com os investimentos necessários para processar tal gás a partir das recentes descobertas de reservas de gás não-associado, principalmente na Bacia de Santos, no Brasil;
- investimentos planejados na expansão de uma rede de transporte de gás natural no Brasil; e
- aumento da participação no mercado distribuidor de gás natural através de investimentos. Hoje, a Petrobras tem participação em 20 das 24 empresas distribuidoras de gás natural no Brasil; e
- Investimentos em usinas termelétricas, que servem de fonte de demanda para nosso gás natural.

Provado sucesso em atrair parceiros internacionais para todos os ramos de atividade.

Como resultado de sua significativa experiência, conhecimento e extensa infra-estrutura no Brasil, a Companhia atraiu importantes parceiros nas atividades de exploração, desenvolvimento, refino e energia, como Repsol – YPF, ExxonMobil, Shell, British Petroleum, Chevron – Texaco e Total. A parceria com outras empresas permite que a Companhia divida seus riscos, necessidades de capital e tecnologia ao mesmo tempo em que promove seu desenvolvimento e expansão.

CONCORRÊNCIA

Como conseqüência da gradual abertura do setor de petróleo e gás natural no Brasil, a Companhia espera enfrentar competição em todos os segmentos de suas operações.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

No segmento de exploração e produção, os procedimentos licitatórios realizados pelo Governo Federal para exploração de novas áreas permitiram que diversas empresas regionais e multinacionais iniciassem a exploração de petróleo bruto no Brasil. Caso estas empresas venham a descobrir quantidades negociáveis de petróleo bruto e se tornem capazes de processá-lo de forma economicamente viável, aumentará a competição com a produção da Companhia.

No segmento de fornecimento, tem-se enfrentado pouca concorrência em decorrência das leis que quando em vigor lhe concediam monopólio deste segmento. Com o fim do monopólio e desregulamento do setor, outras empresas poderão transportar e distribuir produtos derivados do petróleo no Brasil. Conseqüentemente, a Companhia acredita que estas empresas passarão a importar produtos refinados, os quais competirão com os produzidos pelas refinarias nacionais bem como com os produtos atualmente importados pela Petrobras. A Companhia precisará competir a partir de agora com as importações globais, a preços internacionais. Acredita-se que esta concorrência adicional afetará os preços cobrados pela Companhia por seus produtos, o que conseqüentemente afetará as receitas auferidas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia espera um crescimento na concorrência enfrentada em seu segmento de distribuição. Dentre todos os segmentos de operação da Companhia, este é o segmento que atualmente enfrenta a maior concorrência. A Companhia compete, em especial, com pequenos distribuidores, muitos dos quais têm evitado e poderão continuar a evitar o pagamento de certos tributos sobre suas vendas. Além disso, alguns destes distribuidores misturam gasolina com solventes mais baratos, o que lhes possibilita oferecer gasolina a preços mais baixos do que os cobrados pela Companhia.

No segmento de gás natural e energia, a Companhia espera ter de concorrer com outros participantes do setor, que vêm adquirindo participações em empresas distribuidoras de gás e em geradoras de energia termelétrica ou expandindo suas operações no Brasil.

No segmento internacional, a Companhia planeja expandir suas operações, não obstante espere continuar enfrentando concorrência em regiões nas quais já atua, incluindo o Golfo do México, África e Cone Sul.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

TIPO	DESCRIÇÃO	Nº REGISTRO
MARCAS	PETROBRAS	810520621
MARCAS	MARCAS COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	885560
MARCAS	MARCAS COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	881162
MARCAS	MARCAS COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	881162
PATENTES	PATENTES UCEP	885301
PATENTES	PATENTE ABAST/REFINO	885311
PATENTES	PROCESSO CRAQ CATALÍTICO EM RISER KE-LOGG	
PATENTES	UNIDADE 2200-PROC.CRAQUEAMENTO CATALÍTICO RISER	
PATENTES	PHILIPS PETROLEUM	
PATENTES	PROCESSO CRAQ CATALÍTICO MEROX UOP	

MARCAS e PATENTES

A Petrobras tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A Companhia possui 230 marcas com pedidos e/ou registros concedidos no Brasil, em diversas classes de produtos e serviços e 45 marcas no exterior, em 95 países. No total, considerando suas subsidiárias e coligadas, a Petrobras possui cerca de 275 diferentes marcas depositadas no Brasil e no exterior, tendo por objetivo principal a proteção de suas marcas corporativas e a denominação comercial de seus produtos.

A Petrobras promove renovação dos certificados de registro de marcas de acordo com os seus vencimentos cujo período de vigência é de 10 anos. Adicionalmente, a Companhia procura obter registros de novas marcas para manter a fidelidade à imagem corporativa da empresa.

As principais tecnologias desenvolvidas pela Petrobras são protegidas no Brasil e no exterior por meio de patentes. No período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2006, a Companhia obteve 215 patentes no Brasil e no exterior, para um número significativo das tecnologias produzidas por meio de atividades de pesquisa e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

desenvolvimento. A Petrobras notabiliza-se pelos seus investimentos no desenvolvimento de tecnologias que permitam a obtenção de vantagens competitivas em seu setor de atuação.

A Companhia possui hoje 713 patentes em vigor incluindo as que encontram-se em fase de análise junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI. No exterior, possui 196 tecnologias protegidas em 59 países, num total de 1096 patentes pedidas e/ou concedidas. Ao longo dos últimos 3 anos foram depositadas anualmente, aproximadamente 80 novas patentes junto ao INPI, e algumas dessas são também depositadas no exterior. As principais patentes da Petrobras referem-se a tecnologias estratégicas, tais como sistemas de produção submarina, sistemas de ancoragem, equipamentos de refino, catalisadores, e, mais recentemente, bio-combustíveis.

Foram depositadas em 2006, 79 patentes no Brasil e 73 no exterior e obtidas 14 patentes no Brasil e 69 no exterior.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE					3 - ENDEREÇO					
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO		
14 - OBSERVAÇÃO											

01	Termoelétrica Três Lagoas					Av. Mabel s/n Distrito Industrial					
Três Lagoas	MS	230,717	80,000	2	SIM	NÃO	NÃO				

02	REPLAN -Unidade de tratamento					Rodovia SP - 332, km 132					
Paulínia	SP	23,975	1,025	2	SIM	NÃO	NÃO				

03	RLAM - Unidade de craqueamento					Rodovia BA 523, km4					
Mataripe	BA	16,687	14,801	3	SIM	NÃO	NÃO				

04	Termoelétricas - Gás Natural Canoas					auto frete Uzin					
Canoas	RS	98,600	2,712	2	SIM	NÃO	NÃO				

05	REPAR-Unidade de Tratamento					Rodovia do Xisto BR 476 - Km 16					
Araucária	PR	20,240	19,228	1	SIM	NÃO	NÃO				

06	Termoeletrica Nova Piratininga					Av Nossa Senhora do Sabará 4900					
São Paulo	SP	2,754	1,275	1	SIM	NÃO	NÃO				

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Plano Estratégico Petrobras 2020 e Plano de Negócios 2008 - 2012

Em seu Plano Estratégico 2020 e no Plano de Negócios 2008-2012, a Companhia mantém as metas agressivas de crescimento e reforça os desafios nos mercados de gás natural e biocombustíveis.

O Plano Estratégico 2020, que estabelece a missão, a visão, as estratégias e objetivos corporativos da companhia para o futuro ampliou a visão da Petrobras de uma empresa líder na América Latina para uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo. O Plano mantém a estratégia de expandir a atuação nos mercados de petróleo, derivados, petroquímico, gás, energia, biocombustíveis e distribuição com rentabilidade, responsabilidade social e ambiental e crescimento integrado.

O Plano destaca também a atuação com excelência operacional, em gestão, recursos humanos e tecnologia de acordo com as seguintes estratégias:

- **Exploração e Produção:** crescer produção e reservas de petróleo e gás, de forma sustentável, e ser reconhecida pela excelência na atuação em E&P;
- **Downstream e distribuição:** expandir, no Brasil e exterior, a atuação integrada em refino, comercialização, logística e distribuição com foco na Bacia do Atlântico;
- **Petroquímica:** ampliar a atuação em petroquímica no Brasil e na América do Sul, de forma integrada com os demais negócios do Sistema Petrobras;
- **Gás e Energia:** desenvolver e liderar o mercado brasileiro de gás natural e atuar de forma integrada nos mercados de gás e energia elétrica com foco na América do Sul;
- **Biocombustíveis:** atuar, globalmente, na comercialização e logística de biocombustíveis, liderando a produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio de etanol.

O novo Plano apresenta novos desafios de gestão, que incluem:

- **Disciplina de Capital:** Busca de maior eficiência na implantação de projetos (prazos e custos); Gestão de Estoques; Redução de Custos Operacionais e Administrativos e Gestão de Portfólio;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

- **Recursos Humanos:** ser referência internacional, no segmento de energia, em gestão de pessoas, tendo seus empregados como seu maior valor;
- **Responsabilidade Social:** ser referência internacional em responsabilidade social na gestão dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- **Mudança Climática:** atingir patamares de excelência, na indústria de energia, quanto à redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa nos processos e produtos, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e para a mitigação da mudança climática global;
- **Tecnologia:** ser referência mundial em tecnologias que contribuam para o crescimento sustentável da Companhia nas indústrias de petróleo, de gás natural, petroquímica e de biocombustíveis.

O Plano de Negócios 2008-2012 estabelece as metas de produção de petróleo e gás natural no Brasil: serão 3.058.000 barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2012 e 3.455.000 boed em 2015. No refino, mantendo o equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade das refinarias no País, a carga fresca processada no Brasil em 2012 será de 2.061.000 barris por dia (bpd), com 90% de participação do petróleo nacional.

As metas internacionais também refletem o crescimento integrado da Companhia com estimativas de produção de 436.000 boed de óleo e gás em 2012 e processamento de 348.000 bpd nas refinarias no exterior.

A estimativa de produção total da Petrobras (Brasil e exterior) para 2012 foi revisada para 3.494.000 barris diários e a meta para 2015 fixada em 4.153.000 boed.

A integração se estende também à petroquímica, onde a Companhia prevê a ampliação da atuação no Brasil e na América Latina, capturando sinergias com os demais negócios do Sistema Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Metas Corporativas

Indicadores	Realizado 2006	Meta 2012	Previsão 2015
Produção de óleo e gás natural – Brasil (Mil boe/dia)	2.055	3.058	3.455
Produção de óleo e gás natural – Total (Mil boe/dia)	2.298	3.494	4.153
Carga fresca processada – Brasil (Mil bbl/dia)	1.746	2.061	2.659
Carga fresca processada- Total (Mil bbl/dia)	1.872	2.409	3.007
Processamento de petróleo nacional (Mil bbl/dia)	1.388	1.853	2.445

O plano prevê investimentos de US\$ 112,4 bilhões, até 2012, representando uma média de US\$ 22,5 bilhões por ano, sendo 87% (US\$ 97,4 bilhões) no Brasil e 13% (US\$ 15,0 bilhões) no exterior. Este montante representa um aumento de 29% em relação ao Plano anterior.

Dos investimentos no Brasil, destaca-se o crescimento nos segmentos de Exploração e Produção (aumento de 32%), Downstream (aumento de 35%) e Petroquímica (aumento de 30%), além da ênfase nos biocombustíveis que receberão US\$ 1,5 bilhão.

Na atividade internacional, os investimentos serão aplicados principalmente na área de Exploração e Produção, com foco na América Latina, Oeste da África e Golfo do México.

O crescimento dos investimentos deve-se a: US\$ 13,3 bilhões referentes a novos projetos, US\$ 10,9 bilhões referentes a aumento de custos devido ao aquecimento do mercado de equipamentos e serviços do setor, US\$ 4,2 bilhões em razão da valorização cambial e o restante referente a outros fatores tais como mudança no escopo dos projetos, no modelo de negócio, etc.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Investimentos (US\$ bilhões)

Segmento de Negócio	Petrobras 2007-11	Petrobras 2008-12	Diferença (%)
E&P	49,3	65,1	32
RTC	21,9*	29,6	35
G&E	7,3*	6,7	-8
Petroquímica	3,3	4,3	30
Distribuição	2,3	2,6	13
Biocombustível	1,2	1,5	25
Corporativo	1,8	2,5	39
Total	87,1	112,4	29

*No Plano 2007-2011 contemplava os investimentos em biocombustíveis

Nos investimentos acima estão incluídos US\$ 18,2 bilhões a serem aplicados, pelas diferentes áreas, na cadeia brasileira de gás natural, visando desenvolver, liderar e garantir o suprimento confiável de gás natural ao mercado brasileiro. Os parceiros da Petrobras no setor deverão investir US\$ 1,0 bilhão adicional no mesmo período.

A revisão do plano incorpora, de forma realista, os aumentos do preço do petróleo no mercado internacional. Este aumento gerou reflexos em toda a cadeia produtiva, principalmente no que concerne aos custos de serviços, manutenção, equipamentos e operações especializadas do setor petrolífero, com impactos nos custos de extração e de refino de todas as empresas do setor. O aquecimento da economia mundial também teve reflexo direto em diversos segmentos industriais que compõem a cadeia de fornecedores de insumos e materiais básicos para a indústria.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Custos

Indicadores	Realizado 2006	Meta 2012
Custo de extração – Brasil (*) (US\$/boe)	6,59	6,13
Custo operacional de refino - Brasil (US\$/bbl)	2,29	3,69
Custo de extração – Internacional (*) (US\$/boe)	3,36	3,52
Custo operacional de refino - Internacional (US\$/bbl)	1,73	2,24

* sem participação governamental

A Companhia está mantendo, em seu Plano de Negócios 2008-2012, uma política de preços alinhada ao mercado internacional. A Petrobras estima obter uma geração própria de caixa de US\$ 104,4 bilhões no período (líquido do pagamento de dividendos), recurso suficiente para cobrir 93% do Plano de Investimentos. As captações no mercado financeiro serão de US\$ 19,4 bilhões e a amortização das dívidas de US\$ 11,4 bilhões.

Financiabilidade do plano de investimentos (US\$ bilhões)

Fontes e Usos	Fontes	Usos
Recursos de terceiros	19,4	-
Geração própria de caixa livre de dividendos	104,4	-
Amortização de dívidas	-	11,4
Investimentos	-	112,4

A Petrobras continuará com sua política de alongamento do prazo da dívida e redução da alavancagem de forma que, apesar do aumento dos investimentos, o índice de alavancagem financeira média será inferior ao do plano anterior.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Indicadores de retorno e alavancagem financeira

Indicadores	Média PN 2007-2011	Média PN 2008-2012
Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE) (%)	16	14
Dívida Líq. / Dívida Líq. + Patrimônio (Alavancagem Financeira) (%)	25	20

Algumas premissas quantitativas relacionadas ao crescimento da economia mundial, à taxa de câmbio e aos preços e margens do petróleo e derivados, foram reavaliados para estarem alinhados ao cenário econômico atual.

Premissas macroeconômicas

Indicadores	2007-2011	2008-2012
PIB – Mundo (% ao ano) – PPP*	4,2	4,3
PIB – América Latina (% ao ano) – PPP*	3,7	3,9
PIB – Brasil (% ao ano)	4,0	4,0
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,50	2,18
Brent para financiabilidade (US\$/bbl)	2008 – 40,00 2009~2011 – 35,00	2008 – 55,00 2009 – 50,00 2010 – 45,00 2011~2012 – 35,00
Preços de Derivados	Parametrizados pelos preços do mercado internacional, sem alteração nos preços relativos	Parametrizados pelos preços do mercado internacional, sem alteração nos preços relativos

* PPP – Paridade do poder de compra

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Reservas Provasdas da Petrobras em 2006

As reservas provadas de petróleo e gás natural no Brasil e no Exterior segundo os critérios da *Society of Petroleum Engineers* – SPE e da *Security and Exchange Commission* – SEC em 2006.

Reservas Provasdas no Brasil:

Em 31 de dezembro de 2006 as Reservas Provasdas de óleo, condensado e gás natural nos campos sob concessão da Petrobras no Brasil atingiram 13,753 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), segundo o **critério ANP/SPE**, representando um aumento de 3,9%.

Reserva Provasda - SPE	Volume	%
Óleo + Condensado (bilhões de bbl)	11,671	85
Gás Natural (bilhões de m ³)	331,026	15
Óleo Equivalente (bilhões de boe)	13,753	100

Durante o ano de 2006, foram apropriados 1,226 bilhão de boe às Reservas Provasdas, contra uma produção acumulada de 705 milhões de boe, conforme desdobramento mostrado a seguir:

Composição da Reserva Provasda - SPE	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provasda em dezembro / 2005	13,232
B) Apropriações de Reserva Provasda em 2006	1,226
C) Produção Acumulada em 2006	0,705
D) Variação Anual (B - C)	0,521
E) Reserva Provasda em dezembro /2006 (A + D)	13,753

Para cada barril de óleo equivalente extraído no ano de 2006, foi apropriado 1,739 barris de óleo equivalente, resultando em um Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 173,9%. Por este mesmo critério a relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 19,5 anos.

Os destaques, em termos de apropriação de Reserva Provasda foram:

- **Descobertas em blocos exploratórios** – Maromba, na Bacia de Campos; Camarupim, Catuá, na Bacia do Espírito Santo Mar; Araracanga na Bacia do Solimões; Jaçaná e Pintassilgo na Bacia do R.G. Norte; Tangará na Bacia do Recôncavo; e Saíra, Seriema e Tabuiaia na Bacia do Espírito Santo Terra.
- **Descobertas em blocos exploratórios incorporados a campos de produção já existentes** – Mexilhão na Unidade de Negócio de Exploração e Produção do Rio de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Janeiro - UN-RIO; e Baleia Azul e Golfinho na Unidade de Negócio de Exploração e Produção do Espírito Santo - UN-ES .

- **Revisões em campos existentes em 2006** - principalmente em Marlim e Albacora na Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Campos - UN-BC.
- Roncador e Marlim Sul na Unidade de Negócio de Exploração e Produção do Rio de Janeiro - UN-RIO.

Segundo o **critério SEC**, as Reservas Provadas no Brasil, em 31 de dezembro de 2006, foram de 10,573 bilhões de boe, que representa praticamente a manutenção da estimativa do ano anterior (10,578 bilhões de boe).

Reserva Provada - SEC	Volume	%
Óleo + Condensado (bilhões de bbl)	9,002	85
Gás Natural (bilhões de m ³)	249,783	15
Óleo Equivalente (bilhões de boe)	10,573	100

Durante o ano de 2006, segundo este critério, foram apropriados 700 milhões de boe de Reservas Provadas contra uma produção de 705 milhões de boe, o que corresponde a um Índice de Reposição de Reservas – IRR de 99 %, ou seja, para cada barril de óleo equivalente produzido, apropriamos 0,99 barril. Por este mesmo critério a relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 14,9 anos.

Composição da Reserva Provada - SEC	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provada em dezembro / 2005	10,578
B) Apropriações de Reserva Provada em 2006	0,700
C) Produção Acumulada em 2006	0,705
D) Variação Anual (B - C)	-0,005
E) Reserva Provada em dezembro /2006 (A + D)	10,573

As principais diferenças entre as estimativas SEC e ANP/SPE, são devidas as diferenças entre os critérios utilizados (prazo de concessão e reservas de gás com contratos não formalizados), e a não contabilização de projetos em estágio inicial de concepção para desenvolvimento da produção.

Reservas Provadas Internacionais:

Em 31 de dezembro de 2006, segundo o **critério SPE**, as Reservas Provadas de óleo, condensado e gás natural nos campos sob concessão da Petrobras, no exterior, atingiram 1,270 bilhão de barris de óleo equivalente (boe), representando um decréscimo de 24,4%.

Reserva Provada - SPE	Volume	%
Óleo + Condensado (bilhões de bbl)	0,657	52
Gás Natural (bilhões de m ³)	104,168	48
Óleo Equivalente (bilhões de boe)	1,270	100

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Durante o ano de 2006, a apropriação de reservas provadas foi suplantada pela produção do período aliada às revisões contratuais ocorridas, preponderantemente na Venezuela, de tal forma que resultou em uma redução de reservas de 411 milhões de boe, conforme desdobramento mostrado a seguir:

Composição da Reserva Provada - SPE	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provada em dezembro / 2005	1,681
B) Apropriações de Reserva Provada em 2006	(0,322)
C) Produção Acumulada em 2006	0,089
D) Variação Anual (B - C)	(0,411)
E) Reserva Provada em dezembro /2006 (A + D)	1,270

De acordo com o critério SPE a relação Reserva/Produção (R/P) na área internacional ficou em 14,3 anos.

Segundo o **critério SEC**, as Reservas Provadas no exterior, em 31 de dezembro de 2006, foram de 885 milhões de boe, que representa uma redução de 26,1% em relação à estimativa do ano anterior (1,197 bilhão de boe).

Reserva Provada - SEC	Volume	%
Óleo + Condensado (bilhões de bbl)	0,482	54
Gás Natural (bilhões de m ³)	68,425	46
Óleo Equivalente (bilhões de boe)	0,885	100

Durante o ano de 2006, a apropriação de reservas provadas foi suplantada pela produção do período aliada às revisões contratuais ocorridas, preponderantemente na Venezuela, de tal forma que resultou em uma redução de reservas de 312 milhões de boe, conforme desdobramento mostrado a seguir:

Composição da Reserva Provada - SEC	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provada em dezembro / 2005	1,197
B) Apropriações de Reserva Provada em 2006	(0,225)
C) Produção Acumulada em 2006	0,087
D) Variação Anual (B - C)	(0,312)
E) Reserva Provada em dezembro /2006 (A + D)	0,885

Por este mesmo critério a relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 10,2 anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

As principais razões para a diferença entre as reservas SPE e SEC são:

- Pelo critério SEC apenas os volumes de gás cobertos por contratos comerciais vigentes podem ser declarados como reservas provadas, e na Bolívia parte do volume de gás descoberto não está ainda comercializado.
- Na Nigéria, por causa do estágio de desenvolvimento dos campos descobertos, apenas uma pequena parcela dos volumes pode ser declarado como reserva pelo critério SEC.

Reservas Provadas da Petrobras em 2006 (Brasil e Internacional):

Em 31 de dezembro de 2006, as Reservas Provadas de óleo, condensado e gás natural atingiram 15,023 bilhões de boe, um acréscimo de 0,74% em relação ao ano anterior, segundo o **critério SPE**, assim distribuídos:

Reserva Provada - SPE	Volume (bilhões de boe)	%
Brasil	13,753	92
Internacional	1,270	8
Total	15,023	100

Segundo o critério SPE, durante o ano de 2006 foram apropriados 904 milhões de boe às Reservas Provadas e produzidos 794 milhões de boe o que resultou em um acréscimo de 110 milhões de boe em relação às reservas de 2005 (14,913 bilhões de boe). Assim, para cada barril de óleo equivalente produzido em 2006 foi apropriado 1,139 barril de óleo equivalente, resultando num Índice de Reposição de Reservas – IRR de 113,9%. A relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 18,9 anos.

Composição da Reserva Provada - SPE	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provada em dezembro / 2005	14,913
B) Apropriações de Reserva Provada em 2006	0,904
C) Produção Acumulada em 2006	0,794
D) Variação Anual (B - C)	0,110
E) Reserva Provada em dezembro /2006 (A + D)	15,023

As Reservas Provadas segundo o **critério da SEC**, em 31 de dezembro de 2006, atingiram 11,458 bilhões de boe assim distribuídos:

Reserva Provada - SEC	Volume (bilhões de boe)	%
Brasil	10,573	92
Internacional	0,885	8
Total	11,458	100

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

As Reservas Provasdas, em 2006, apresentaram uma redução de 2,7% em relação ao ano anterior.

Composição da Reserva Provasda - SEC	Volume (bilhões de boe)
A) Reserva Provasda em dezembro / 2005	11,775
B) Apropriações de Reserva Provasda em 2006	0,475
C) Produção Acumulada em 2006	0,792
D) Variação Anual (B - C)	(0,317)
E) Reserva Provasda em dezembro /2006 (A + D)	11,458

Segundo o critério SEC, durante o ano de 2006 foram apropriados 475 milhões de boe às Reservas Provasdas, contra uma produção de 792 milhões de boe, o que resultou numa redução de 317 milhões de boe em relação às reservas de 2005 (11,775 bilhões de boe), correspondendo a um Índice de Reposição de Reservas – IRR de 60,0%, ou seja, para cada barril de óleo equivalente produzido, apropriamos 0,6 barril. A relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 14,5 anos.

A Petrobras esclarece que as propriedades das reservas de hidrocarbonetos pertencem aos seus respectivos Estados Nacionais.

Petrobras é classificada como *Investment Grade* pela S&P

A empresa Standard & Poor's Ratings Services (S&P) atribuiu à Petrobras o *rating* grau de investimento "BBB-" para crédito corporativo de longo prazo em moeda local e estrangeira, com perspectiva estável.

De acordo com a S&P, os *ratings* independentes atribuídos à Petrobras refletem o seu perfil de risco de negócios satisfatório, caracterizado pela qualidade de suas atividades de Exploração e Produção (qualidade, vida útil e índice de reposição de reservas) e uma posição dominante no mercado em todos os aspectos da indústria brasileira de hidrocarbonetos. Adicionalmente, os *ratings* são suportados pela contínua melhoria do perfil de risco financeiro da Petrobras, que, entretanto, continua classificado como "agressivo a moderado".

Embora a Petrobras possa ser afetada pelo risco Brasil no caso de um cenário de *stress* econômico, a S&P entende que suas operações e seu perfil financeiro são fortes o suficiente para mitigar parte deste risco e, apesar do controle acionário exercido pelo governo brasileiro, acredita que a Petrobras conduz suas operações vastamente como uma empresa privada.

De acordo com a avaliação da S&P, os fatores positivos são contra-balanceados pela dispersão geográfica limitada da empresa, uma vez que a maioria de seus ativos e vendas estão concentrados no Brasil; pelas receitas com exportações líquidas marginais (devido em parte à necessidade de importação de óleo leve para a operação de suas refinarias), e pela expectativa de geração marginal de fluxo de caixa operacional livre ao

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

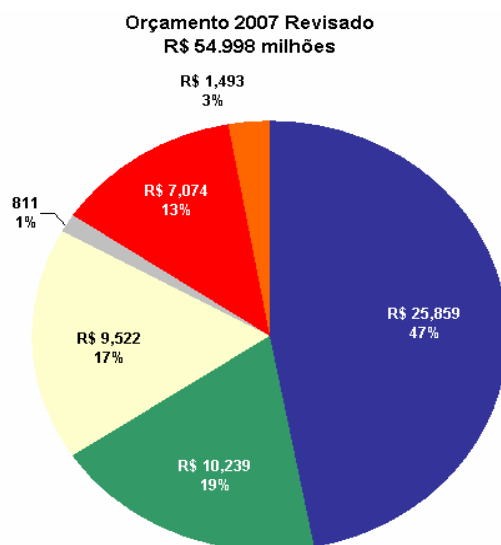
longo dos anos seguintes, dado o agressivo plano de investimentos que deve consumir uma grande parcela do caixa gerado pelas operações, conforme as projeções da companhia.

Conselho de Administração aprova alteração do Orçamento de Investimentos do Sistema Petrobras para 2007

O Conselho de Administração aprovou a atualização do Plano Anual de Negócios para 2007.

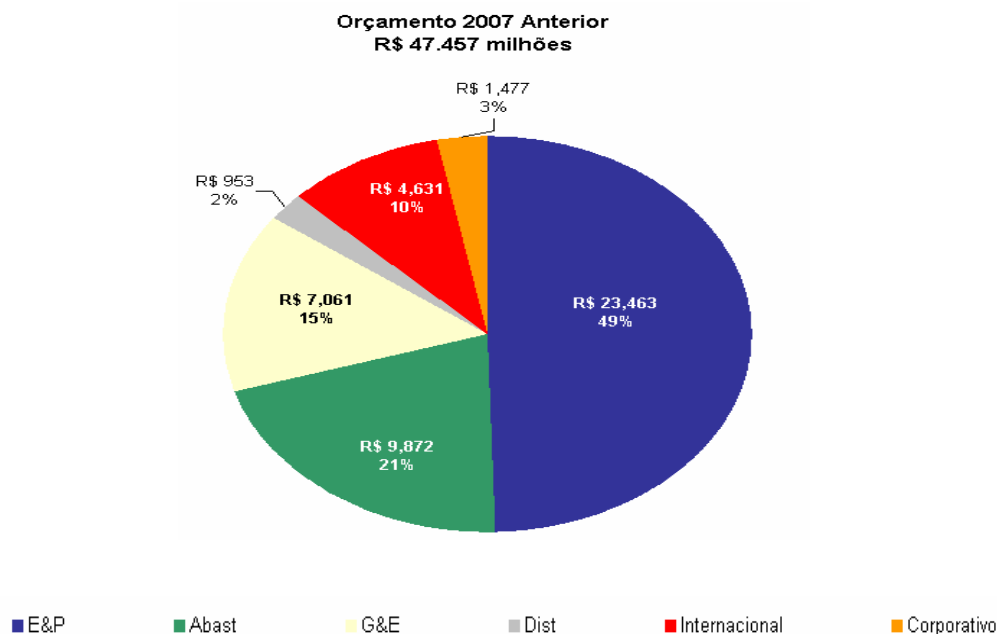
O processo de detalhamento do Orçamento de Investimento para a formulação do Plano Anual de Negócios 2007, indicou a necessidade de se ajustar o orçamento incorporando: a inclusão de novos projetos, a antecipação de projetos prioritários, a mudança de escopo, ajustes nos custos e em práticas contábeis mais atuais.

Esta atualização resultou em um acréscimo de R\$ 7.542 milhões no orçamento, perfazendo um investimento total estimado de R\$ 54.998 milhões para 2007 (contra uma estimativa anterior de R\$ 47.456 milhões).



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

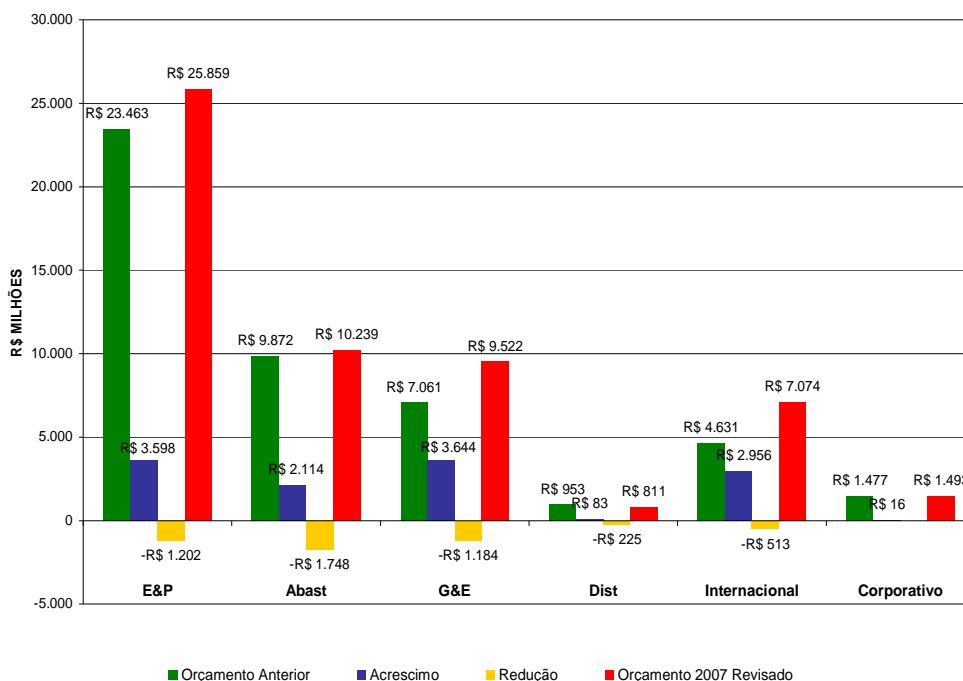


Este incremento de R\$ 7.542 milhões no orçamento, tem como fundamento a priorização da carteira de projetos, a otimização do portfólio de investimentos, buscando atualizar e adequar as metas estabelecidas no Plano de negócios 2007-2011. As atualizações propostas são provenientes principalmente de:

- R\$ 3.328 milhões, relativos a projetos vinculados ao PLANGAS (Plano de Antecipação da Produção de Gás), que visa aumentar rapidamente a oferta de gás natural no mercado brasileiro;
- R\$ 2.046 milhões, resultantes da inclusão (R\$ 3.108 milhões) e exclusão (R\$ 1.062 milhões) de projetos da carteira de 2007;
- R\$ 1.175 milhões, decorrentes do aumento de custos para a execução de projetos;
- R\$ 908 milhões, em função de postergações e antecipações de projetos;
- R\$ 711 milhões, decorrentes da alteração da regra contábil que exigiu a classificação como investimentos dos gastos em paradas programadas nas unidades, e;
- Redução de R\$ 626 milhões em função de mudanças no escopo de projetos, no modelo de negócio e outros fatores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS



E&P:

Acréscimos relevantes – investimentos no PLANGAS, destacando a inclusão da unidade de tratamento de gás de Cacimbas e Caraguatatuba, antecipação do projeto de Jabuti, antecipação do desenvolvimento de Marlim Sul, planta piloto de produção do Campo de Bonito, e novos projetos com destaque para o desenvolvimento do Parque das Conchas.

Reduções relevantes – postergação de projetos, incluindo Albacora Complementar, o desenvolvimento de Marlim Leste / P-53, perfurações de poços em Golfinho, e alteração de escopo de investimentos para novas descobertas.

Abastecimento:

Acréscimos relevantes – investimento no PLANGAS e antecipação do COMPERJ.

Reduções relevantes – postergação de projetos, incluindo modernização de algumas unidades do refino, sistema de escoamento de álcool, e outros projetos de infra-estrutura.

Gás & Energia

Acréscimos relevantes – investimentos no PLANGAS com foco em gasodutos, investimentos em biocombustíveis e energia elétrica de fontes renováveis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Reduções relevantes – exclusão de projetos, alteração do modelo de negócio (Nova Transportadora do Sudeste – NTS), e alteração de escopo.

Internacional:

Acréscimos relevantes – refinaria de Pasadena e novos projetos de E&P na América Latina, Turquia e Angola e outros.

Reduções relevantes – exclusão de projetos, Nigéria, Estados Unidos, Argentina e outros.

A alteração do orçamento de 2007 trata de forma realista a priorização de projetos estratégicos, visando a otimização do portfólio e incorporando os aumentos nos custos que compõem a cadeia de fornecedores de insumos e materiais básicos para a indústria, buscando executar as metas traçadas no Plano de Negócios de forma rentável e maximizando o valor da empresa.

Petrobras e YPFB fecham acordo sobre gás boliviano

Em reunião em Brasília da qual participaram os Ministros de Hidrocarburetos da Bolívia Carlos Villegas, de Minas e Energia do Brasil Silas Rondeau Cavalcanti Silva, e dos Presidentes da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos Manuel Morales Olivera e da Petrobras José Sergio Gabrielli, ficou decidido o que segue:

- Não haverá alteração de volumes ou na fórmula do preço de compra do gás natural da Bolívia prevista no atual contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobras (GSA).
- A Petrobras aceitou pagar à YPFB, a preços vigentes no mercado internacional, pelas frações de hidrocarbonetos líquidos presentes no gás natural efetivamente entregue que elevam seu poder calorífico para valores acima de 8900 quilocalorias (kcal) por metro cúbico (m³), equivalentes a 1000 BTU por pé cúbico.

Atualmente, pelos termos do GSA, o gás natural entregue pela YPFB à Petrobras tem poder calorífico de no mínimo 9200 kcal/m³ (1034 BTU/pé cúbico), refletindo a presença de líquidos de gás natural (etano, butano, propano e gasolina natural) de maior valor no mercado internacional do que o metano, componente básico do gás natural para uso térmico.

Reconhecendo este benefício de qualidade, a Petrobras aceitou remunerar a YPFB pelo valor calorífico que exceder 8900 kcal/m³ (1000 BTU/pé cúbico), de acordo com fórmula a ser negociada com base em cotações internacionais que deverá constar de um aditivo ao contrato GSA. A YPFB assegurará a manutenção do poder calorífico mínimo de 9200 kcal/m³. A Petrobras estudará a melhor forma de aproveitar no futuro estes componentes mais nobres do gás.

A YPFB assumiu o compromisso de registrar em cartório até o dia 15 de março os contratos de operação assinados com a Petrobras em 28/10/2006, e com a utilização de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contratos de troca de gás (*swap*), por parte da Petrobras, para adequar sua disponibilidade de gás para exportação com as exigências do mercado interno Boliviano.

A Petrobras informa que os contratos de venda de gás já firmados entre a estatal e as distribuidoras no Brasil não sofrerão alterações. Somente os novos contratos levarão em conta a nova realidade de mercado.

Resultado da Oferta para Troca de Títulos

O resultado da operação de troca de títulos lançada pela sua subsidiária integral Petrobras International Finance Company (PIFCo) no dia 04 de janeiro de 2007 foi encerrada no dia 02 de fevereiro de 2007. A Companhia recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$ 399.053.000 (valor de face) das cinco séries de títulos antigos oferecidos para troca. A liquidação da operação ocorreu nesta data e a tabela abaixo resume o resultado alcançado.

Títulos	Principal após Liquidação	Vencimento	Total Aceito para Troca	Título do Tesouro Americano de Referência	Rendimento do Título do Tesouro Americano calculado na data da Precificação	Spread Fixo (em pontos bases) adicionado ao Rendimento do Título do Tesouro para Precificação
12.375% Global Step-Up Notes venc. 2008 ("Step-Up Notes")	US\$ 126.868.000	1 de Abril de 2008	US\$ 7.754.000	4.625% venc. 31/3/08	5,046%	10
9.875% Senior Notes venc. 2008 ("2008 Notes")	US\$ 224.212.000	9 de Maio de 2008	US\$ 14.034.000	2.625% venc. 15/5/08	4,989%	10
9.75% Senior Notes venc. 2011 ("2011 Notes")	US\$ 235.350.000	6 de Julho de 2011	US\$ 51.006.000	5.125% venc. 30/06/11	4,768%	35
9.125% Global Notes venc. 2013 ("2013 Notes")	US\$ 374.211.000	2 de Julho de 2013	US\$ 124.124.000	4.250% venc. 15/8/13	4,751%	95
7.750% Global Notes venc. 2014 ("2014 Notes")	US\$ 397.865.000	15 de Setembro de 2014	US\$ 202.135.000	4.250% venc. 15/08/14	4,765%	120

Como resultado, a PIFCo emitirá, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$ 399.053.000, os quais constituirão uma emissão única e fungível com os US\$ 500.000.000 lançados em 06 de outubro de 2006. No total, haverá US\$ 899.053.000 em títulos da emissão com vencimento em 2016, elevando a liquidez desse papel que é uma importante referência de custo de captação para a Companhia, pois reflete as atuais condições de financiamento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Resultado da Repactuação do Plano Petros

A meta de 2/3 de adesão à repactuação do regulamento do Plano Petros de Previdência Complementar foi atingida no dia 28 de fevereiro de 2007 com a adesão de cerca de 70% dos participantes. O plano conta com 80.118 integrantes, entre ativos, aposentados e pensionistas das seguintes empresas: Petrobras, Refap S.A., Petroquisa, Petrobras Distribuidora e Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros. A implementação da repactuação aumentará a transparência das obrigações da Companhia em relação à PETROS.

A repactuação consiste na alteração do regulamento do plano, principalmente nos artigos relacionados à forma de correção dos benefícios, desvinculando o reajuste dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas dos aumentos salariais concedidos ao pessoal da ativa e do INSS. Os benefícios do Plano Petros, desvinculados dos salários da ativa e das aposentadorias e pensões do INSS, passariam a ser reajustados pelo IPCA.

Desde de 2003, a Petrobras tem negociado com as entidades representantes dos empregados, aposentados e pensionistas o seu modelo de previdência complementar. Em maio de 2006, a empresa firmou Acordo de Obrigações Recíprocas com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e 12 sindicatos em que as partes se comprometiam com uma proposta de adequação do modelo de previdência complementar da Companhia.

O incentivo financeiro aos participantes, empregados e assistidos, negociado pelas representações sindicais em contrapartida à aceitação da repactuação do Plano estimado em R\$ 900 milhões será creditada no início do mês de março.

A aprovação da proposta viabiliza também a conclusão de acordos com as Representações Sindicais visando a liquidação e extinção de objetos presentes nas ações judiciais, em particular na Ação Civil Pública sobre as questões de previdência complementar do Sistema Petrobras. As demandas referentes aos objetos a serem extintos das ações judiciais serão atendidas via cálculo de seu valor atuarial e custeadas pela Petrobras, em 20 anos, respeitadas as condições de liquidez do Plano. Sendo firmado o acordo judicial nos autos, a Petrobras e entidades sindicais irão solucionar pendências históricas do Plano Petros e torná-lo sustentável para o futuro.

Descoberta no Campo de Caxaréu

O poço 4-ESS-172-ES (sigla ANP: 4-BRSA-446-ESS), encontrou reservatórios saturados com óleo leve (em torno de 30° API) posicionados ab aixo de uma espessa camada de sal que mostraram excelente produtividade em teste de formação realizado em poço revestido, numa profundidade d'água de 1011 metros e final de 4862 metros. Este teste indicou um potencial de produção da ordem de 10.000 barris de óleo por dia. Estudos geológicos preliminares indicam volumes potenciais in place de cerca de 570 milhões de barris.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Esta acumulação localiza-se no antigo bloco BC-60, no litoral do estado do Espírito Santo, a cerca de 120 km a sul da cidade de Vitória e 13 km a sudoeste do campo de óleo de Jubarte, e apresenta-se como um novo horizonte integrante do campo de óleo denominado de CAXARÉU, na porção norte da Bacia de Campos, cuja Declaração de Comercialidade foi entregue à Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2006 (comunicado ao mercado naquela oportunidade).

A descoberta foi constatada durante os trabalhos desenvolvidos no Plano de Avaliação de Descoberta do poço 1-ESS-121-ESS, em área operada pela Petrobras, que possui 100% da concessão.

Estudos adicionais deverão ser efetuados a fim de melhor avaliar as reservas disponíveis neste novo campo.

Aquisição do Grupo Ipiranga

A Ultrapar celebrou, com a interveniência da Petrobras e Braskem, contrato, irrevogável e irretroatável com os acionistas controladores ("Acionistas Controladores Ipiranga") da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. ("RPI") e da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. ("DPPI") por si, para a aquisição da totalidade das ações detidas pelos Acionistas Controladores Ipiranga na RPI, DPPI e na Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI") ("Contrato de Compra e Venda") e na qualidade de comissária por conta e ordem da Braskem e da Petrobras para aquisição dos ativos petroquímicos, e no caso da Petrobras de determinados ativos de distribuição.

Após a conclusão da aquisição, os negócios do Grupo Ipiranga passarão a ser geridos por Petrobras, Ultrapar e Braskem. A Ultrapar deterá os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste ("Ativos de Distribuição Sul"), a Petrobras deterá os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ("Ativos de Distribuição Norte"), a Braskem e a Petrobras deterão os ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A. ("IPQ") e pela participação desta na Copesul – Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"), na proporção de 60% para a Braskem e 40% para a Petrobras ("Ativos Petroquímicos"). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela RPI serão compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

I – MOTIVAÇÕES

Com esta aquisição Petrobras, Ultrapar e Braskem dão um importante passo rumo à reorganização e consolidação de setores fundamentais para o crescimento da economia brasileira, criando condições diferenciadas de investimento.

O Grupo Ipiranga, um dos maiores e mais tradicionais conglomerados empresariais do país, atua nos mesmos segmentos da Petrobras, Ultrapar e Braskem. É o segundo maior

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

distribuidor de combustíveis no Brasil, com uma rede de 4.240 postos. Possui também destacada participação no setor petroquímico, com produção de cerca de 650 mil toneladas de resinas petroquímicas através da IPQ, além de compartilhar, com a Braskem, o controle da Copesul – segunda maior central de matérias-primas petroquímicas do Brasil. Em 2006, a receita líquida consolidada do Grupo Ipiranga totalizou R\$ 31 bilhões, com R\$ 1,0 bilhão de EBITDA e R\$ 534 milhões de lucro líquido.

Em linha com o seu Plano Estratégico, a Petrobras vem investindo seletivamente no setor petroquímico brasileiro e do Cone Sul, em projetos que agregam valor ao petróleo, ao gás natural e a correntes de refino, atuando de forma integrada. A aquisição desses ativos irá propiciar a valorização da carteira de participações em petroquímica na medida em que contribui para a consolidação do Pólo Petroquímico do Sul.

No setor de distribuição, a Petrobras pretende consolidar sua posição no setor, fortalecendo seu posicionamento nas regiões Norte/Nordeste e Centro-Oeste, autorizada a utilizar a marca Ipiranga por até 5 anos. Atualmente a Companhia detém 33,8% de *market-share* global na distribuição, com 6.200 postos ativos no Brasil, mais de 1.000 postos no exterior, sendo a maior e única rede de postos presente em todo o território nacional. No segmento de grandes consumidores detém carteira com mais de 12.000 clientes nos setores industrial, aviação, transporte, geração de energia, dentre outros. T tamanha diversidade decorre de sua extensa rede de logística e larga experiência, onde atua há 35 anos. A Companhia vê nessa operação uma oportunidade de geração de valor.

A Ultrapar, a maior distribuidora de GLP do país, tornar-se-á a segunda maior companhia de distribuição de combustíveis do Brasil, detendo 15% deste mercado. A Ultrapar acredita que, com seus comprovados métodos de gestão de revenda e administração de logística, aplicados com disciplina e determinação, irá otimizar os processos de distribuição da Ipiranga. Com a era do álcool que se aproxima, está convicta de que, a partir de sua entrada na distribuição de combustíveis no Brasil, terá grandes oportunidades de investimento. As duas marcas de grande valor ULTRAGAZ e IPIRANGA se somam e reforçam este objetivo.

Para a Braskem, empresa líder na produção e comercialização de resinas termoplásticas na América Latina, a aquisição dos Ativos Petroquímicos do Grupo Ipiranga, é um passo importante para a consolidação e fortalecimento da indústria petroquímica brasileira e está em perfeito alinhamento com a sua estratégia de crescimento com criação de valor. Com a conclusão dessa operação, a Braskem fortalecerá ainda mais a sua liderança no mercado de resinas termoplásticas, contribuindo para o aumento da competitividade da cadeia petroquímica brasileira através do aumento da sua capacidade de produção e da disponibilização de produtos e serviços de alto valor agregado a partir de uma estrutura diferenciada de inovação e tecnologia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

II. SUMÁRIO DA OPERAÇÃO

A operação está dividida em 5 etapas: (1) Aquisição das ações dos Acionistas Controladores Ipiranga pela Ultrapar; (2) Oferta Pública de *Tag Along* para aquisição das ações ordinárias de emissão da RPI, DPPI, CBPI e IPQ; (3) Oferta Pública para Cancelamento do Registro de Companhia Aberta da Copesul; (4) Incorporação pela Ultrapar das ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI; e (5) segregação dos Ativos de Distribuição Sul, Ativos de Distribuição Norte e Ativos Petroquímicos, e a conseqüente transferência dos Ativos Petroquímicos para a Braskem e Petrobras e dos Ativos de Distribuição Norte para a Petrobras.

2.1. Aquisição das ações dos Acionistas Controladores Ipiranga: A Ultrapar adquirirá dos Controladores do Grupo Ipiranga pelo preço certo e ajustado de R\$ 2 bilhões, ações de emissão de RPI, DPPI e CBPI representativas das seguintes participações societárias: (a) 61,6% das ações ordinárias de emissão de RPI, (b) 13,8% das ações preferenciais de emissão da RPI, (c) 65,5% das ações ordinárias de emissão de DPPI, (d) 12,6% das ações preferenciais de emissão da DPPI, (e) 3,6% das ações ordinárias de emissão de CBPI, e (f) 0,4% das ações preferenciais de emissão da CBPI. A estimativa é que esta etapa da operação estará concluída em aproximadamente 30 dias contados da presente data ("Fechamento"). O quadro abaixo indica o valor por ação que foi pago aos Controladores do Grupo Ipiranga:

Companhia	Ação	Preço de Compra (R\$/ação)
RPI	Ordinária Vinculada	132,85184
	Ordinária não Vinculada	106,28147
	Preferencial	38,93000
DPPI	Ordinária Vinculada	140,08671
	Ordinária não Vinculada	112,06937
	Preferencial	29,57000
CBPI	Ordinária não Vinculada	58,10000
	Preferencial	20,55000

2.2 Oferta Pública de Tag Along RPI, DPPI e CBPI. Em função da alienação, direta e indireta, do controle das sociedades abertas RPI, DPPI e CBPI, a Ultrapar, nos termos do Art. 254-A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361, encaminhará à CVM, em até 30 dias após a data do Fechamento, o pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações ordinárias detidas pelos respectivos acionistas minoritários da RPI, DPPI e CBPI ("OPAs Tag Along") por um preço equivalente à

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

80% do preço por ação pago aos Acionistas Controladores Ipiranga pelas ações ordinárias vinculadas dessas companhias por eles detidas:

Companhia	Ação	Preço de Compra (R\$/ação)
RPI	Ordinária	106,28147
DPPI	Ordinária	112,06937
CBPI	Ordinária	58,10000

2.2.1 Oferta Pública de Tag Along IPQ. A Braskem e a Petrobras, nos termos do Art. 254-A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361, encaminharão à CVM, em até 30 dias após a data do Fechamento, o pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações ordinárias detidas pelos acionistas minoritários da IPQ.

2.3 Oferta Pública de Cancelamento de Registro da Copesul. Será encaminhado à CVM, em até 30 dias do Fechamento, pedido de registro de oferta pública para o cancelamento do registro de companhia aberta da Copesul, nos termos do Art. 4º, § 4º, da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361. A oferta será feita pelo preço de R\$37,60 por ação ordinária, calculado com base em avaliação elaborada utilizando método de fluxo de caixa descontado.

2.4. Reorganização Societária da Ultrapar. Após a conclusão das OPAs *Tag Along*, a Ultrapar irá implementar reorganização societária com vistas a (i) simplificar a estrutura societária do Grupo Ipiranga, concentrando todos os acionistas em uma única empresa listada em bolsa, permitindo redução de custos e aumento de liquidez, e (ii) permitir a segregação e transferência dos Ativos Petroquímicos, Ativos de Distribuição Norte e Ativos de Distribuição Sul ("Reorganização Societária"). Neste contexto, a Ultrapar irá incorporar, nos termos do Art. 252 da Lei 6.404/76, as ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI ("Incorporações de Ações"). Como resultado das Incorporações de Ações, RPI, DPPI e CBPI passarão a ser subsidiárias integrais da Ultrapar. Os acionistas detentores de ações preferenciais e eventuais ações ordinárias da RPI, DPPI e CBPI receberão ações preferenciais da Ultrapar.

- (a) Relação de troca na Incorporação de Ações. Para fins de estabelecimento das relações de troca de ações, a Ultrapar, RPI, DPPI e CBPI foram avaliadas com base no critério do valor econômico conforme avaliação elaborada utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. A relação de substituição de cada uma das ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI, independente da classe ou espécie, por ações preferenciais da Ultrapar será a seguinte:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Incorporada	Tipo	Ações Preferenciais de Ultrapar
RPI	ON	0,79850
	PN	0,79850
DPPI	ON	0,64048
	PN	0,64048
CBPI	ON	0,41846
	PN	0,41846

(b) Avaliações e Demais Informações das Incorporações de Ações. Após a conclusão das OPAs *Tag Along*, a Ultrapar irá publicar novo fato relevante na forma requerida pela Instrução CVM nº 319, apresentando informações detalhadas sobre as pretendidas Incorporações de Ações.

O Deutsche Bank S.A – Banco Alemão foi contratado para preparar o laudo de avaliação relacionado às Incorporações de Ações.

(c) Ações Ultrapar. O estatuto social da Ultrapar será alterado a fim de refletir o aumento no capital social e a emissão de novas ações. As novas ações preferenciais a serem emitidas conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e privilégios das ações preferenciais da Ultrapar já existentes. As ações preferenciais da Ultrapar conferem o direito de receber o mesmo preço pago aos controladores no caso de alienação do controle (*tag along* de 100%).

(d) Direito de Recesso Ultrapar. Nos termos do disposto no Art. 252, §2º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Ultrapar que dissentirem da Incorporação de Ações terão o direito de se retirar da Ultrapar. Os valores do reembolso serão oportunamente comunicados aos acionistas no momento da publicação do fato relevante referente às Incorporações de Ações.

(e) Direito de Recesso Grupo Ipiranga. Nos termos do disposto nos Arts. 252, §2º e 264, §3º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da RPI, DPPI e CBPI que dissentirem das Incorporações de Ações terão o direito de retirar-se dessas Companhias. Os valores do reembolso serão oportunamente comunicados aos acionistas no momento da publicação do fato relevante referente às Incorporações de Ações.

2.5. Segregação dos Ativos. Após a conclusão das Incorporações por Ações, a Ultrapar irá promover (i) redução de capital da RPI e da CBPI, a fim de transferir os Ativos Petroquímicos diretamente para a Ultrapar, para posterior entrega à Braskem e à Petrobras, nos termos da comissão, e (ii) a Ultrapar irá promover a cisão da CBPI para transferir os Ativos de Distribuição Norte para uma sociedade controlada pela Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

III - RELACIONAMENTO ENTRE PETROBRAS, ULTRAPAR E BRASKEM

Comissão. A Ultrapar está atuando como comissária, nos termos dos artigos 693 a 709 do Código Civil, da Braskem e da Petrobras para fins de aquisição dos Ativos Petroquímicos, e exclusivamente da Petrobras para a aquisição dos Ativos de Distribuição Norte. Estes ativos serão entregues aos respectivos comitentes imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária. A Petrobras e Braskem farão pagamentos parcelados a Ultrapar das quantias pactuadas para fins de cumprimento do contrato de comissão.

IV. ACORDO DE ACIONISTAS

Acordo de Acionistas. As Partes celebraram um Acordo de Acionistas, de forma que (i) os Ativos de Distribuição Sul sejam controlados e administrados pela Ultrapar, (ii) os Ativos Petroquímicos sejam controlados pela Braskem e administrados pela Braskem e pela Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, (iii) os Ativos de Distribuição Norte sejam controlados e administrados pela Petrobras, e (iv) os ativos relacionados a operação de refino de petróleo da RPI sejam controlados e administrados em conjunto por Petrobras, Ultrapar e Braskem.

V - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. CADE. A operação será apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Secretaria de Direito Econômico – SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE), no prazo e forma assinalados pela legislação em vigor.

5.2. Local de Disponibilização dos Documentos. Maiores informações podem ser obtidas junto ao departamento de relação com investidores da Petrobras, Ultrapar, e Braskem, nos endereços abaixo:

Petrobras	Ultrapar	Braskem
Av. Republica do Chile, 65 sala 2202 A – Centro Rio de Janeiro – RJ – 20031-912 www.petrobras.com.br	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 8º. andar. ALA C - São Paulo – SP 01317-910 www.ultra.com.br	Av. Nações Unidas, 4777, 1º andar São Paulo – SP 05477-400 www.braskem.com.br

Em 18 de abril, em cumprimento ao despacho proferido na medida cautelar nº 087000.001707/2007-80 (“Medida Cautelar”), que estava em curso perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (“CADE”), no âmbito dos atos de concentração que analisavam a aquisição pela Petrobras, Ultrapar e Braskem das empresas integrantes do Grupo Ipiranga, conforme informação divulgada acima, as empresas comunicaram:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

As empresas entendem o zelo que motivou a Medida Cautelar, e já iniciaram avaliações e coleta de informações a serem submetidas ao CADE, demonstrando que a operação beneficiará o setor petroquímico brasileiro em sua competitividade e consolidará o mercado de distribuição de combustíveis sem prejuízo ao consumidor.

A Medida Cautelar não afeta o processo de fechamento da operação de aquisição do grupo Ipiranga, descrita no Fato Relevante divulgado em 19 de março do corrente, cuja liquidação foi concluída nesta data.

As empresas respeitarão as determinações estabelecidas pelo CADE, quais sejam:

- “(i) vedar à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, ou à qualquer uma de suas controladas e coligadas, participar da deliberação, negociação, discussão e reunião, a qualquer pretexto, que tratem de aspectos comerciais e estratégicos da Copesul – Companhia Petroquímica do Sul, bem como requerer, na qualidade de acionista, documentos, papéis e informações que tratem, ainda que de forma indireta, das decisões tomadas nessa esfera;*
- (ii) vedar à Braskem S.A., ou à qualquer uma de suas controladas e coligadas, participar da deliberação, negociação, discussão e reunião, a qualquer pretexto, que tratem de aspectos comerciais e do desenvolvimento dos negócios da Ipiranga Química S.A. e da Ipiranga Petroquímica S.A. adquiridos – exceto dos ativos de que trata o item i – bem como requerer, na qualidade de acionista, documentos, papéis e informações que tratem, ainda que de forma indireta, das decisões tomadas nessas esferas;*
- (iii) que os ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga – exceto dos ativos de que trata o item i e os relacionados – e os ativos Petrobras referidos no item (b) acima permaneçam em unidade juridicamente independente, incluindo a manutenção da linha de produtos, marca e de rede própria de distribuição;*
- (iv) que as decisões relativas ao desenvolvimento de negócios da Copesul – Companhia Petroquímica do Sul preservem o valor econômico dos ativos petroquímicos de que trata o item ii;*
- (v) vedar à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, ou à qualquer uma de suas controladas e coligadas, participar da deliberação, negociação, discussão e reunião, a qualquer pretexto, que tratem de aspectos comerciais e estratégicos relacionados ao negócio de distribuição de combustíveis adquirido;*
- (vi) com relação aos itens (i), (ii), (v) que o gestor independente que vier a ser constituído, o faça de modo a preservar as relações concorrenciais previamente existentes à operação;*
- (vii) que as Requerentes façam publicar FATO RELEVANTE, nos termos da legislação aplicável, com o propósito de informar ao mercado as condições*

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

estabelecidas pelo CADE em sede de medida cautelar para preservar as condições concorrenciais nos setores afetados pela operação, bem como para preservar a sua reversibilidade;

- (viii) *a presente medida cautelar poderá ser revista a qualquer tempo, por iniciativa do CADE ou a pedido das requerentes, se estas, a critério do Plenário do CADE, comprovarem que não subsistem os requisitos que motivaram sua celebração, ou que as medidas adotadas se revelarem insuficientes para a garantia da preservação das condições de reversibilidade do ato de concentração;*
- (ix) *o descumprimento de quaisquer das obrigações ora estabelecidas, declarado pelo Plenário do CADE, será punido com multa diária, que será inscrita em dívida ativa, de 100.000 (cem mil) UFIRs, por item desrespeitado, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais cabíveis, além da execução judicial da presente decisão, que constitui título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.”*

A operação foi consumada naquela data (18 de abril) mediante a aquisição, na forma acordada no contrato de compra e venda celebrado em 18 de março de 2007, das seguintes quantidades de ações ordinárias e ações preferenciais de cada sociedade adquiridas dos Acionistas Controladores:

	RPI	DPPI	CBPI
Ações Ordinárias Vinculadas ao Acordo de Acionistas	5.746.232	5.447.868	n.a.
% do Capital Total	19,41%	17,02%	n.a.
Ações Ordinárias Não Vinculadas ao Acordo de Acionistas	860.599	1.959.258	1.341.319
% do Capital Total	2,91%	6,12%	1,27%
Ações Preferenciais	2.276.295	2.239.771	402
% do Capital Total	7,69%	7,00%	0,00%

A liquidação financeira totalizou R\$ 2,1 bilhões.

Em 19 de abril, em cumprimento ao OFÍCIO/CVM/SEP/GEA 2/ nº 131/07 datado de 18 de abril de 2007 (“Ofício”), a Petrobras, Ultrapar e Braskem, comunicaram ao mercado as condições gerais do contrato de comissão constantes do Acordo de Investimentos celebrado entre os Adquirentes em 19 de março de 2007, que regula o relacionamento entre os mesmos no processo de aquisição do Grupo Ipiranga em complementação às informações acima:

- (i) Comissão. A Ultrapar atua como comissária da Petrobras e Braskem, nos termos dos artigos 693 e seguintes do Código Civil. O objeto da comissão é (A) a aquisição pela Ultrapar por conta da Petrobras, dos negócios de distribuição de combustíveis e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (“Ativos de Distribuição Norte”), bem como a aquisição por conta da Braskem e da Petrobras, dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A. (“ICQ”), Ipiranga Petroquímica S.A. (“IPQ”) e pela participação desta na Copesul – Companhia Petroquímica do Sul (“Ativos Petroquímicos”); e (B) a transferência à Braskem e à Petrobras dos Ativos Petroquímicos e à Petrobras dos Ativos de Distribuição Norte.

(ii) Preço dos Ativos Petroquímicos. O preço dos Ativos Petroquímicos é de R\$2,5 bilhões, e deverá ser entregue por Braskem e Petrobras à Ultrapar em 3 (três) parcelas, da seguinte forma (a) a primeira parcela no valor de R\$652 milhões devida pela Braskem e R\$429 milhões pela Petrobras, (b) a segunda parcela no valor de R\$256 milhões, devida pela Braskem e R\$169 milhões pela Petrobras, e (c) a terceira parcela no valor de R\$596 milhões, a ser pagos pela Braskem e R\$394 milhões pela Petrobras.

(iii) Preço dos Ativos de Distribuição Norte. O preço dos Ativos de Distribuição Norte é de R\$1,1 bilhão, e deverá ser entregue pela Petrobras à Ultrapar em 3 (três) parcelas, da seguinte forma (a) a primeira parcela no valor de R\$ 313 milhões, (b) a segunda parcela no valor de R\$95 milhões e (c) a terceira parcela no valor de R\$ 706 milhões.

(iv) Data da Transferência dos Ativos. Os Ativos de Distribuição Norte e os Ativos Petroquímicos serão entregues após o recebimento pela Ultrapar das três parcelas indicadas no item (iii) acima, que deverão ocorrer após o disposto nos itens (viii) ou (ix) abaixo.

(v) Datas de Entrega dos Recursos. A Braskem e a Petrobras deverão entregar à Ultrapar cada parcela do preço dos Ativos de Distribuição Norte e os Ativos Petroquímicos nas seguintes datas: (a) a primeira parcela já foi paga em 18 de abril de 2007, (b) a segunda parcela na data da liquidação financeira pela Ultrapar das Ofertas Públicas obrigatórias (“OPAs”) decorrentes da alienação de controle de Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (“RPI”), Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. (“DPPI”) e Companhia Brasileira de Produtos de Petróleo Ipiranga (“CBPI”), e (c) a terceira parcela na data da efetiva transferência dos Ativos de Distribuição Norte à Petrobras e os Ativos Petroquímicos à Braskem/Petrobras, conforme o caso.

(vi) Garantias. A Ultrapar alienou fiduciariamente (A) em favor da Braskem e da Petrobras, na proporção de 60% e 40%, respectivamente, a totalidade das ações ordinárias e 50% (cinquenta por cento) das ações preferenciais de emissão de RPI adquiridas dos antigos controladores. As ações da RPI adquiridas nas OPAs também serão alienadas fiduciariamente, em favor de Braskem e Petrobras na mesma proporção. Após as incorporações de ações da RPI, a Ultrapar deverá fazer com que a alienação fiduciária das ações de RPI seja substituída pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão de ICQ, e (B) em favor da Petrobras, 31% das ações ordinárias de emissão de DPPI e 78% das ações preferenciais de emissão de DPPI adquiridas dos antigos controladores, bem como, 100% das ações ordinárias de CBPI adquiridas dos antigos controladores. Após as OPAs, a Ultrapar alienará fiduciariamente, em substituição a 1.482.751 ações ordinárias de emissão de DPPI, 3.013.903 ações ordinárias de emissão de CBPI então adquiridas, presumindo que todas as ações ordinárias de emissão de CBPI em circulação serão adquiridas na OPA respectiva.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

(vii) Comissão. A Braskem e a Petrobras deverão pagar à Ultrapar, a título de comissão, na data da transferência dos Ativos de Distribuição Norte e os Ativos Petroquímicos, a quantia de R\$ 5.000.000,00.

(viii) Transferência dos Ativos. Após a conclusão da segregação dos ativos, operação composta pela incorporação de ações da RPI, DPPI e CBPI e pela redução de capital de CBPI e RPI e da cisão parcial de CBPI, a Ultrapar deverá transferir (A) os Ativos Petroquímicos à Braskem, mediante a transferência de ações ordinárias representativas de 60% do capital social de ICQ, e à Petrobras mediante a transferência de ações ordinárias representativas de 40% do capital social de ICQ e, (B) os Ativos de Distribuição Norte, mediante a transferência à Petrobras da totalidade das ações da empresa que foi cindida de CBPI e concentra a totalidade dos Ativos de Distribuição Norte.

(ix) Atrasos ou Impedimentos Justificados Para a Transferência dos Ativos. A comissão é irrevogável e irretroatável, portanto, caso a transferência ou entrega dos Ativos de Distribuição Norte e/ou os Ativos Petroquímicos (A) seja, de qualquer forma, restringida ou suspensa, em razão de lei, ordem judicial ou administrativa, que persistam por um prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, ou (B) não tenha ocorrido até 18 de abril de 2008, será implementada uma reorganização alternativa, compreendendo, entre outros, a cisão de CBPI, DPPI e RPI, de forma segregar os Ativos de Distribuição Norte e os Ativos Petroquímicos nas sociedades cindidas, sendo que as ações destas sociedades cindidas serão entregues à Petrobras e a Braskem, conforme aplicável.

Em 18 de abril de 2007 também foram celebrados entre os Adquirentes acordos de acionistas de RPI, DPPI, CBPI, IPQ e ICQ, que foram devidamente arquivados junto às respectivas sociedades, juntamente com o memorando de entendimentos celebrado entre Braskem e Petrobras com relação aos Ativos Petroquímicos, que passou a produzir efeitos a partir de ontem em função do fechamento do contrato de compra e venda de ações celebrado com os antigos controladores do Grupo Ipiranga.

Em 25 de abril, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aceitou os argumentos da Companhia e alterou nesta data alguns itens da Medida Cautelar no dia 17 de abril com relação à compra dos ativos do Grupo Ipiranga.

Por unanimidade do plenário, o CADE reconheceu a manutenção da participação minoritária da Petrobras na Central Petroquímica do Sul (Copesul) após a aquisição e revogou a vedação à participação da Petrobras em discussões ou decisões estratégicas e de política comercial da Copesul. No lugar desta vedação, passarão a vigorar as próprias regras do Acordo de Acionistas firmado entre Petrobras e Braskem em decorrência da aquisição.

Os conselheiros do CADE levaram em conta os esclarecimentos da Petrobras sobre a participação da companhia como acionista minoritária na Copesul antes mesmo da aquisição dos ativos do Grupo Ipiranga. Em sua argumentação, a Petrobras demonstrou que a aquisição do controle do Grupo não lhe confere influência relevante do ponto de vista concorrencial sobre a Copesul, tendo em vista que a Petrobras continuará

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

minoritária naquela central petroquímica e manterá presença minoritária em seu Conselho de Administração.

Com relação ao mercado de distribuição de combustíveis, o CADE esclareceu que os termos da Medida Cautelar não impedem Petrobras e Ultrapar - as adquirentes dos negócios de distribuição do Grupo Ipiranga - de manterem entendimentos com o objetivo de formular desenho de governança corporativa que afaste qualquer risco à concorrência. O CADE concedeu dez dias à Petrobras e à Ultrapar para apresentação da proposta, autorizando a realização de reuniões entre as partes com esta finalidade.

Pagamento da Antecipação de Juros Sobre Capital Próprio

A Petrobras pagou em 30 de março de 2007 a antecipação dos Juros sobre o Capital Próprio, aos detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Petrobras, na data base de 28 de dezembro de 2006, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 15 de dezembro de 2006, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores em Reais por ação ON e PN
Juros sobre o Capital Próprio	0,4500
Atualização pela Taxa Selic	0,0137
	0,4637

Sobre o valor de R\$ 0,45 dos juros sobre o capital próprio incidirá 15% de imposto de renda, e sobre o valor de R\$ 0,0137, correspondente à atualização pela taxa Selic, de 31/12/2006 até 30/03/2007, terá incidência de imposto de renda à alíquota de 22,5%. As retenções de Imposto de Renda, mencionadas acima, NÃO serão aplicadas aos acionistas imunes e isentos.

Essa antecipação de juros sobre o capital próprio será descontada da remuneração a ser distribuída relativa ao encerramento do exercício social de 2006.

Deliberações das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária

As Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas no dia 2 de abril de 2007, às 15 horas, no auditório do Edifício-Sede da Companhia, na avenida República do Chile nº 65 - 1º andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), deliberaram e aprovaram o seguinte:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- I. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis com Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 2006;
- II. Orçamento de Capital, relativo ao exercício de 2007, conforme proposta da administração, na forma que se segue, em R\$ 35.760.426.974:

	(em R\$)
Investimentos diretos	31.751.753.234
Investimentos sob outras modalidades de financiamentos	147.258.747
Aportes de capital às subsidiárias e a outras empresas	3.861.414.993
Orçamento de capital para 2007	35.760.426.974
Investimentos diretos	29.431.753.234
Aportes de capital	3.861.414.993
Recursos próprios	33.293.168.227
Investimentos diretos	2.320.000.000
<i>Project finance</i>	147.258.747
Recursos de terceiros	2.467.258.747

Do total de investimentos, 58% destinam-se à Área de Exploração & Produção, 25% à Área de Abastecimento, 13% à Área de Gás & Energia e 4% às outras áreas de negócio.

- III. A destinação do resultado do exercício de 2006, no montante de R\$ 26,06 bilhões, conforme proposta da administração e Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, na forma que se segue:

Destinação	2006 (em mil R\$)
Resultado antes das participações	27.056.173
(-) Participação de empregados	(993.000)
Lucro líquido do exercício	26.063.173
(-) Reserva legal (5%)	(1.303.159)
(+) Reversões / Adições	489.947
(=) Lucro líquido ajustado	25.249.961
Dividendos propostos – 31,27% - (31,49% em 2005)	7.896.669
Juros sobre o Capital Próprio	6.361.205
Dividendos	1.535.464
Reserva de retenção de lucros	16.622.026
Reserva estatutária	241.320

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

IV. Eleição dos Membros do Conselho de Administração, como segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representantes do Acionista Controlador

Sr^a. DILMA VANA ROUSSEFF

Sr. SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA

Sr. GUIDO MANTEGA

Sr. JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Sr. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE

Sr. ARTHUR ANTONIO SENDAS

Sr. ROGER AGNELLI

Representante dos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias

Sr. FABIO COLLETTI BARBOSA

Representante dos Acionistas Detentores de Ações Preferenciais

Sr. JORGE GERDAU JOHANNPETER

V. Eleição da Sr^a. DILMA VANA ROUSSEFF como Presidente do Conselho de Administração, nos termos do art. 18 do Estatuto Social da Companhia;

VI. Pela eleição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, como segue:

CONSELHO FISCAL

Representantes da União

Sr. MARCUS PEREIRA AUCÉLIO – titular e Sr. EDUARDO COUTINHO GUERRA como suplente.

Sr. TÚLIO LUIZ ZAMIN – titular e o Sr. MARCELO CRUZ como suplente.

Sr^a. ERENICE ALVES GUERRA – titular e o Sr. EDSON FREITAS DE OLIVEIRA como suplente.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Representante dos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias

Sr. NELSON ROCHA AUGUSTO – titular e a Sra. MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA como suplente.

Representante dos Acionistas Detentores de Ações Preferenciais

Sra. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN – titular e o Sr. CELSO BARRETO NETO como suplente.

- VII.** Pela fixação da remuneração global dos administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal em R\$ 7.461.000,00 (sete milhões e quatrocentos e sessenta e um mil reais), no período compreendido entre abril de 2006 e março de 2007, aí incluídos, no caso da Diretoria Executiva, honorários mensais, gratificação de férias, gratificação de natal (13º salário) bem como de participação nos lucros, na forma dos artigos 41 e 56 do Estatuto Social.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aumento do Capital Social por incorporação de parte de reservas de lucros, no montante de R\$ 4.380.477.401,75, aumentando o capital social de R\$48.263.983.038,25 para R\$ 52.644.460.440,00 sem modificação do número de ações ordinárias e preferenciais, na forma do artigo 40, inciso III, do Estatuto da Companhia, e a conseqüente alteração na redação do artigo 4º do mencionado Estatuto.

AVISO AOS ACIONISTAS I

Informamos que a data de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio será definida pela Diretoria Financeira. Conforme disposto na Lei 6.404/76 - Art. 205 - parágrafo 3º, “o dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de sessenta dias da data em que for declarado”, sendo o prazo máximo para pagamento, neste caso, o dia 01/06/2007.

Adicionalmente, informamos que os cotistas de fundos FMP-FGTS não recebem os dividendos diretamente. Eles serão pagos pela Companhia aos fundos de investimento, aumentando o valor patrimonial do fundo e, como conseqüência, o valor das cotas. Os cotistas recebem indiretamente o valor dos dividendos pela valorização de suas cotas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Afretamento para regaseificação de gás natural

A Diretoria Executiva aprovou a contratação da empresa Golar LNG Ltd para o afretamento das embarcações para os terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, e de Pecém, no Ceará. São duas Unidades Flutuantes de Regaseificação e Armazenamento que podem também ser usadas no transporte de GNL. Uma das unidades terá capacidade de regaseificar até 14 milhões de metros cúbicos de gás por dia, e a outra até 7 milhões de m³/dia. Ambas poderão operar em qualquer um dos terminais. A primeira delas deverá entrar em operação no primeiro semestre de 2008. O custo do afretamento dos dois navios totalizará cerca de US\$ 90 milhões por ano, incluindo as despesas de operação.

O Projeto GNL constitui a melhor solução técnica e econômica encontrada pela Petrobras para viabilizar o suprimento flexível de gás tanto no curto quanto no longo prazo, disponibilizando gás natural nas regiões Sudeste e Nordeste do país e garantindo a confiabilidade das Usinas Termelétricas. O Projeto GNL permite modular a compra do insumo de acordo com a evolução da demanda, já que a tendência de maior uso em termelétricas na estação seca brasileira (maio a outubro) é concomitante aos períodos de menor procura do GNL no mercado internacional.

As embarcações serão atracadas em um píer do tipo ilha (Baía de Guanabara) e em um píer existente (Pecém). Ambas serão instaladas em águas abrigadas, próximo à rede de transporte e aos mercados consumidores. Um duto ligará o píer ao continente, onde o transporte do gás natural estará integrado ao sistema de gasodutos da Companhia, e serão abastecidas por navios supridores.

Essencialmente voltado para a demanda flexível das termelétricas, o Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara ficará próximo a três grandes usinas (Barbosa Lima Sobrinho, Leonel Brizola e Mário Lago). Já o Terminal de Pecém, além do suprimento a usinas termelétricas (TermoFortaleza, TermoCeará e Jesus Soares Pereira), atenderá também parte do mercado industrial da região Nordeste.

O projeto marca a inserção do Brasil e a entrada da Companhia no mercado de GNL e atende aos objetivos estratégicos da empresa: aumentar a flexibilidade do mercado brasileiro de gás natural para atendimento às necessidades de geração termelétrica, diversificar as fontes de suprimento do insumo e antecipar o desenvolvimento deste mercado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Petrobras firma acordo para aumentar oferta de energia elétrica ao País

A Petrobras firmará Termo de Compromisso com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), visando agregar maior disponibilidade de geração em 24 usinas termelétricas para atendimento, inclusive, aos seus contratos atuais.

O Termo de Compromisso está alinhado com a estratégia da empresa de desenvolver o mercado brasileiro de gás natural, atuando como uma empresa integrada de energia com vistas a rentabilizar sua carteira de ativos de geração termelétrica, cujo saneamento se concluiu recentemente com o arrendamento da Usina de Piratininga.

Os esforços empreendidos pela Petrobras, assumidos no Termo de Compromisso, refletem o Plano de Negócios da Companhia para o período 2007-2011, no qual estão previstos investimentos totais da ordem de US\$ 22,1 bilhões para permitir uma oferta de cerca de 70 milhões de metros cúbicos por dia de gás nacional até 2010, a importação de 20 milhões de metros cúbicos por dia de GNL (Gás Natural Liquefeito) até 2009, além da manutenção dos volumes atualmente contratados da Bolívia, de 30 milhões de metros cúbicos por dia.

As ações a serem empreendidas proporcionarão, até 2011, uma disponibilidade adicional de energia elétrica de aproximadamente 4 GW, o que será alcançado não apenas com uma maior oferta de gás, mas também com a conversão de usinas para operação bicombustível e a disponibilização de usinas a óleo combustível. Estas ações, que em um primeiro momento aumentam a capacidade de geração, posteriormente garantirão ao parque térmico da Petrobras maior flexibilidade e confiabilidade operacional.

A Petrobras entende que as suas ações, associadas a outras, como a contratação prévia da demanda prevista e de um parque de reserva de capacidade de geração de energia, irão conferir ao sistema elétrico maior segurança operacional.

Petrobras descobre mais gás no litoral do Espírito Santo

O poço 6-ESS-168 (sigla ANP: 6-BRSA-486-ESS), que ainda se encontra em perfuração, alcançou, na profundidade de 3.378 metros, reservatórios arenosos saturados com gás, com cerca de 130 metros de espessura. A importância do resultado deste poço, situado a norte do Campo de Camarupim, provém da confirmação das grandes espessuras de reservatórios portadores de gás e que devem resultar no aumento dos volumes recuperáveis esperados na área.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Localizado na Bacia do Espírito Santo, na concessão exploratória BM-ES-5, o poço está sendo perfurado a cerca de 37 km do litoral capixaba, numa profundidade d'água de 763 metros.

Esta concessão é operada pela Petrobras, com 65% de participação, em parceria com a El Paso, que detém os 35% restantes de participação.

Este resultado preliminar confirma a extensão para norte do Campo de Camarupim, cuja comercialidade foi declarada no final do ano de 2006. Este campo foi descoberto com a perfuração do poço 4-ESS-164A (sigla ANP 4-BRSA-406A-ESS), que constatou cerca de 112 metros de reservatórios com gás.

Bolívia aceita proposta de venda das refinarias da Petrobras

O governo da Bolívia e a YPFB aceitaram a proposta da Petrobras de venda das refinarias Guillermo Elder Bell e Gualberto Villaroel, ambas naquele país.

O Ministro de Hidrocarbonetos Y Energia da Bolívia, Carlos Villegas, encaminhou à Petrobras carta em que concorda com os termos gerais apresentados pela Petrobras para venda da totalidade da participação acionária da companhia nessas refinarias pelo valor de US\$ 112 milhões de dólares. Os procedimentos para a transferência do controle das refinarias e forma de pagamento serão formalizados nos próximos dias.

O valor proposto pela Petrobras foi calculado com base no fluxo de caixa futuro, produzido por instituição financeira internacional independente, conforme práticas usuais dos negócios. Durante o período em que as refinarias estiveram com a Petrobras, elas geraram fluxo de caixa positivo, incluindo a remessa de dividendos.

Esta avaliação do valor das refinarias não levou em consideração as implicações do Decreto Supremo que afeta as exportações de cru reconstituído e gasolinas brancas.

A Petrobras reafirma que não foi alterada a proposta encaminhada à YPFB pela Companhia. Reafirma também que a negociação foi conduzida pela Petrobras.

A Petrobras, em linha com a sua estratégia de internacionalização e integração de seus ativos, investiu e modernizou o parque industrial adaptando ao perfil do mercado boliviano, sempre atuando com foco na rentabilidade e na responsabilidade social e ambiental.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Durante todo o período em que esteve de posse das refinarias, a Petrobras pautou sua atuação pelo respeito às leis bolivianas, e pelo compromisso com o suprimento de combustíveis de qualidade, nos volumes necessários para abastecer continuamente seus clientes em todo o território boliviano.

Alteração da relação entre Ações e ADR's

O Conselho de Administração aprovou a alteração da relação entre as ações de sua emissão e os *American Depositary Receipts* – ADRs das atuais 4 (quatro) ações para 1 (um) ADR para 2 (duas) ações para 1 (um) ADR.

O objetivo dessa alteração na relação entre Ação e ADR é facilitar ao pequeno investidor a compra de ADR's na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE) e conseqüentemente ampliar a base de acionistas. Demonstra também a confiança da Companhia em seus resultados futuros.

A alteração passa a valer a partir de 02 de julho de 2007.

FATO RELEVANTE - Pagamento dos Dividendos

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2007 – PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, [Bovespa: PETR3/PETR4, NYSE: PBR/PBRA, Latibex: XPBR/XPBRA, BCBA: APBR/APBRA], uma companhia brasileira de energia com atuação internacional, comunica aos senhores acionistas que efetuará em 17 de Maio de 2007 o pagamento dos dividendos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, com posição acionária na data base de 02/04/2007, de acordo com o valor deliberado pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, realizada em 02/04/2007, conforme segue:

	Valores em Reais por ação ON e PN
Dividendos	0,3500
Atualização pela Taxa SELIC	0,0161
	<hr/>
	0,3661

Incidirá sobre o valor de R\$ 0,0161 correspondente à variação da taxa SELIC, desde 31/12/2006 até 17/05/2007, imposto de renda à alíquota de 22,5%. A retenção de Imposto de Renda, mencionada acima, NÃO será aplicada aos acionistas imunes e isentos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

1. INSTRUÇÕES QUANTO AO CRÉDITO

O pagamento será efetuado pelo Banco do Brasil S.A., Instituição depositária das ações escriturais.

- 1.1 Os acionistas correntistas do Banco do Brasil S.A., ou de outros bancos, que comunicaram essa condição, terão seus direitos creditados automaticamente na data de início do pagamento.
- 1.2 Para os acionistas cujo cadastro não contenha a inscrição de "Banco/Agência/Conta Corrente", os direitos somente serão creditados na data da atualização cadastral nos arquivos eletrônicos do Banco do Brasil S.A., por intermédio de suas Agências.

Acordo para exploração no Mar de Portugal

A Petrobras assinou com as empresas portuguesas Galp Energia e Partex, em Lisboa, acordo para exploração e produção de petróleo em quatro blocos na Bacia de Lusitaniana, situada na costa portuguesa, ao norte de Lisboa. A Petrobras será a operadora, com 50% de participação, ficando a Galp Energia com 30% e a Partex com 20%. Será a primeira atividade de exploração e produção a ser desenvolvida na costa portuguesa. O acordo é resultado do memorando de entendimento assinado em agosto de 2006.

A participação da Petrobras nesse acordo é significativa porque inaugura uma nova fronteira exploratória para a Companhia e demonstra a expectativa de bons resultados em Portugal.

Os blocos, chamados Camarão, Amêijoa, Mexilhão e Ostra, estão situados nas profundidades de água entre 200 e 3.000 metros, em área total de 12 mil quilômetros quadrados. O consórcio formado pelas três empresas deverá se concentrar na prospecção de hidrocarbonetos em regiões de águas profundas.

O contrato prevê um período de oito anos para a exploração, envolvendo a aquisição sísmica e a perfuração de poços exploratórios. Na primeira etapa, os investimentos previstos são da ordem de US\$ 20 a US\$ 30 milhões. Os recursos poderão ser maiores, dependendo das avaliações técnicas no decorrer dos estudos.

As negociações entre Petrobras, Galp e Partex ocorreram em curto espaço de tempo devido ao grande interesse por parte das três empresas. Os primeiros

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contatos com o governo português aconteceram em março do ano passado. Galp e Partex já atuam em parceria com a Petrobras em contratos de E&P no Brasil.

O acordo se enquadra na estratégia da Petrobras de ampliar internacionalmente sua atuação exploratória em águas profundas onde possui reconhecida capacidade tecnológica.

Petrobras assina contrato de parceria para exploração e produção com estatal da Índia

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, assinou, em Nova Delhi, acordo de parceria com a companhia ONGC, maior empresa indiana de petróleo e gás. O acordo, que também envolve a ONGC Videsh Limited (OVL), braço internacional daquela companhia, foi assinado pelos executivos indianos Radhey Shyam Sharma e R. S. Butola. Serão operados seis blocos exploratórios em águas profundas, dos quais três no Brasil e três na Costa Leste da Índia.

No Brasil, os blocos estão localizados no Maranhão, na Bacia de Sergipe-Alagoas, e na Bacia de Santos. Na Índia, os blocos a serem explorados ficam nas bacias de Krishna Godavari, Mahanadi e Cauvery. Todos são em águas profundas e será perfurado pelo menos um poço em cada bloco.

Cooperação tecnológica

A cerimônia contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh. Também participaram da solenidade os diretores da Petrobras Nestor Cerveró, da Área Internacional (ANI), e Guilherme Estrella, de Exploração e Produção (E&P), os gerentes executivos Francisco Nepomuceno, de Exploração e Produção, e Samir Passos Awad, da Área Internacional (América, África e Eurásia),

O acordo prevê, também, ações de cooperação em várias atividades da indústria do petróleo, com destaque para exploração e produção no mar na Índia, no Brasil e em outros países.

A ONGC produz cerca de 600 mil barris ao dia de petróleo e 70 milhões de m³ de gás por dia e tem procurado diversificar sua atuação com investimentos em outros países. Recentemente, adquiriu 15% de participação nos campos de Ostra, Abalone, Argonauta e Nautilus, na Bacia de Campos, operados pela Shell, nos quais a Petrobras participa com 35%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Poço 4-ESS-175-ES

O poço 4-ESS-175-ES (sigla ANP: 4-BRSA-449-ESS), perfurado no Campo de Pirambu, encontrou reservatórios mais profundos saturados com óleo leve (em torno de 29° API) posicionados na seção pré-sal, com espessura total de 60 metros, os quais mostraram uma produção de cerca de 1250 barris por dia em teste de formação realizado em poço vertical revestido, numa profundidade de água de 1270 metros e final de 4751 metros. Este resultado confirma a potencialidade deste intervalo produtor.

Este poço localiza-se no antigo bloco BC-60, no litoral do estado do Espírito Santo, a cerca de 125 km a sul da cidade de Vitória, e integra o campo de PIRAMBU, onde já havia descoberta de óleo em reservatórios do Terciário e situa-se na porção norte da Bacia de Campos. A descoberta foi constatada durante os trabalhos desenvolvidos no Plano de Avaliação de Descoberta do poço 1-ESS-121-ESS, em área operada pela Petrobras, que possui 100% desta concessão. A Declaração de Comercialidade deste campo foi enviada à Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2006.

Estudos adicionais deverão ser efetuados a fim de melhor avaliar as reservas disponíveis neste novo campo.

Lançamento da Plataforma P-52

Foi realizada a cerimônia de lançamento da plataforma P-52, no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis (RJ).

Ao entrar em capacidade máxima de operação, a unidade do tipo semi-submersível poderá processar 180 mil barris de petróleo e comprimir 7,5 milhões de m³ de gás natural, havendo ainda um compressor de 1,8 milhões de m³ em "stand-by" para assegurar o fluxo contínuo de gás.

Integrante da Fase 2 do Módulo 1 do programa de desenvolvimento do Campo de Roncador, na Bacia de Campos, a P-52 ficará ancorada em profundidade de 1.800 metros e será interligada a 29 poços (18 produtores e 11 injetores de água). O escoamento da produção de petróleo e gás natural será feito por dutos submarinos.

Terminada a obra, a P-52 passará pela etapa de testes e ajustes e será levada para a Bacia de Campos para ancoragem e interligação de poços. O início das operações no Campo de Roncador está previsto para setembro deste ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

O contrato principal de construção do casco da P-52 foi assinado em dezembro de 2003, as obras se iniciaram em Maio de 2004, e a plataforma chegou ao Brasil em março de 2006 para integração com todos os módulos a partir de julho de 2006, resultando num prazo de construção de 26 meses.

Arquivamento do 20F - 2006

A Petrobras arquivou seu relatório anual no Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 ("Relatório Anual de 2006") junto à U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"). O Relatório Anual de 2006 pode ser acessado pela Internet no site da SEC: www.sec.gov ou da Companhia: www.petrobras.com.br. Os acionistas também poderão receber, sem ônus, uma cópia impressa da gerência de Relacionamento com Investidores da Petrobras, pelo telefone 55 21 3224 1510 ou e-mail: petroinvest@petrobras.com.br.

Para obter outras informações ou esclarecer dúvidas com relação ao Relatório Anual no Form 20-F de 2006, entrar em contato com a gerência de Relacionamento com Investidores da Petrobras.

Petrobras conclui transferência de refinarias para a YPFB

A Petrobras concluiu, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, a transferência para a YPFB da totalidade das ações da empresa Petrobras Bolivia Refinación S.A. (PBR), proprietária das refinarias de Santa Cruz e Cochabamba. A YPFB torna-se proprietária da totalidade das ações da Petrobras Bolivia Refinación S.A., que terá seu nome alterado para refletir a presença do novo controlador, responsável por todos seus ativos e passivos, incluindo o suprimento de derivados de petróleo na Bolívia.

A PBR foi constituída em 1999, com o nome de Empresa Boliviana de Refinación S.A., para operar as refinarias Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, e Gualberto Villaroel, em Cochabamba, compradas por US\$ 102 milhões pelo consórcio formado pela Petrobras e Perez Companc, esta última posteriormente adquirida pela Petrobras.

A partir da decisão do governo boliviano, em 1º de maio de 2006, de nacionalizar 50% mais uma das ações da PBR, a companhia passou a negociar uma indenização prévia e justa com as autoridades daquele país. A Petrobras condicionou sua permanência na sociedade à manutenção das suas políticas de segurança, saúde, meio-ambiente e recursos humanos na operação das refinarias.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Ao mesmo tempo, a Petrobras contratou um banco de investimentos para realizar uma avaliação independente do valor das ações, sob os critérios comumente adotados neste tipo de transação empresarial, especialmente o fluxo de caixa descontado, o mais usado e conhecido deles.

À medida que as negociações avançaram tornou-se claro que a venda da totalidade das ações à YPFB seria a solução que melhor atenderia ao interesse das partes envolvidas, Petrobras e YPFB.

Com este objetivo, a Petrobras apresentou, em 11 de maio de 2007, uma proposta final, no valor de US\$ 112 milhões, para a venda das ações. Este valor é compatível com a avaliação independente realizada utilizando-se o critério do fluxo de caixa descontado. Nesta avaliação não foram considerados os efeitos da medida adotada pelas autoridades bolivianas que proibia exportações de hidrocarbonetos pela PBR.

Informações adicionais sobre a participação especial do campo de Marlim

Esclarecimentos sobre a metodologia referendada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em relação aos cálculos efetuados pela Companhia para o pagamento da participação especial (PE). Essa participação governamental foi estabelecida pela Lei do Petróleo, e é recolhida aos cofres públicos como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes.

No caso da metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da participação especial devida para o Campo de Marlim, a Petrobras reforça que sempre se baseou em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada ainda pela própria ANP.

A partir de 2002, iniciaram-se inúmeras trocas de correspondência entre a ANP e a Petrobras, estabelecendo a divergência de posição quanto à metodologia adotada acerca das deduções possíveis da base de cálculo da PE. A Agência passou a interpretar os termos da citada Portaria de forma diversa da que anteriormente adotava. A controvérsia cingia-se à possibilidade de dedução, da base de cálculo da PE, de determinadas despesas associadas às atividades de produção.

Em razão do surgimento dessa controvérsia, a Diretoria da ANP determinou, em 06 de setembro de 2005, a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de demonstrar, através de critérios técnicos, a metodologia a ser aplicada ao cálculo da PE de Marlim e deduções pertinentes, bem como certificar os valores pagos pela Petrobras a título da citada participação. A Petrobras forneceu todas

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

as informações e documentos solicitados pela ANP no curso dos estudos do Grupo de Trabalho, de modo a subsidiar da melhor forma o desenvolvimento da análise técnica efetuada pela ANP.

O Grupo de Trabalho produziu o Relatório de Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim, aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP, através da Resolução de Diretoria 267/2006 de 16 de agosto de 2006, e veiculado à Petrobras em 18 de agosto de 2006. A metodologia adotada pela Petrobras é a mesma constante no relatório aprovado pela ANP.

Em síntese, o Relatório estabeleceu a metodologia que deveria ser observada com relação à PE de Marlim, bem como determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional no valor de R\$ 400 milhões, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor pela Petrobras, em função da utilização da metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.

Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio

Consoante disposições estatutárias, o Conselho de Administração, reunido nesta data, aprovou a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/95 e Decretos nº 2.673/98 e 3.381/00.

O valor a ser distribuído, no montante de R\$ 2.194 milhões, correspondente a um valor bruto de R\$ 0,50 por ação ordinária e preferencial, está sendo provisionado nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2007 e deverá ser desembolsado até 31 de janeiro de 2008, com base na posição acionária de 17 de agosto de 2007. A partir de 20 de agosto de 2007, as ações passarão a ser negociadas ex-juros sobre capital próprio. Nos termos dos decretos nº 2.673/98 e 3.381/00, caso o pagamento ocorra após 31 de dezembro de 2007, serão aplicadas as variações da taxa SELIC, desde 31 de dezembro de 2007 até a data do efetivo pagamento. Esses juros sobre o capital próprio deverão ser descontados da remuneração que vier a ser distribuída no encerramento do exercício social de 2007, e estão sujeitos à incidência de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que declararem ser imunes ou isentos.

Aquisição da Suzano Petroquímica

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei n.º 6.404/76 e na Instrução CVM n.º 358/02, comunica que celebrou, nesta data, contrato de compra e venda de ações, que prevê a aquisição pela Petrobras da totalidade das ações

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

representativas do capital social da Suzano Petroquímica S.A. ("SZPQ"), detidas, direta ou indiretamente, pelos controladores da Suzano Holding S.A. ("SH"), pelo preço total de R\$ 2,1 bilhões, a ser ratificado pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Petrobras a ser oportunamente convocada conforme determina o artigo 256 da Lei n.º 6.404/76.

Como resultado, entre outros, desta aquisição, a Petrobras passará a controlar, direta ou indiretamente:

Empresa	Participação Petrobras		
	Atual	Após Compra ⁽¹⁾	Após Compra de 100% ⁽²⁾
Suzano Petroquímica Operacional	-	76%	100%
Rio Polímeros S.A. ⁽³⁾	17%	23% - 42%	25% - 50%
Petroquímica União S.A.	17%	23%	24%
Petroflex S.A.	-	15%	20%

⁽¹⁾ Considera apenas a compra do controle, não refletindo o resultado das ofertas públicas subseqüentes

⁽²⁾ Assume compra de 100% das ações da SZPQ.

⁽³⁾ Participação final variará em função do exercício do direito de preferência dos demais acionistas.

Esta operação está sujeita ao processo de *due diligence*, à conclusão dos atos societários para a estruturação da transação, à todos os procedimentos previstos nos acordos de acionistas dos quais a SZPQ faz parte, e à anuência da alteração do controle da Companhia pelos credores da SZPQ, nos termos dos contratos de financiamento pactuados, dentre outros.

Com esta aquisição a Petrobras contribui para a reorganização e consolidação de setores fundamentais para o crescimento da economia brasileira, criando condições diferenciadas de investimento. Em linha com o seu Plano Estratégico, a Petrobras vem investindo seletivamente no setor petroquímico brasileiro e do Cone Sul, em projetos que agregam valor ao petróleo, ao gás natural e às correntes de refino, atuando de forma integrada. A aquisição desses ativos irá propiciar a valorização da carteira de participações em petroquímica na medida em que contribui para a consolidação do Pólo Petroquímico do Sudeste.

Esclarecimentos adicionais da aquisição da Suzano Petroquímica

Em decorrência da aquisição da Suzano Petroquímica, a PETROBRAS, em observância ao artigo 256 da Lei n.º 6.404/76, convocará Assembléia Geral de Acionistas para ratificação do Contrato de Compra de Ações, firmado entre as Companhias no último dia 03 de agosto.

Ainda de acordo com a legislação vigente, o acionista detentor de ações ordinárias da PETROBRAS poderá manifestar sua dissidência na referida AGE, e, em tal hipótese, fará jus ao reembolso do valor de suas ações nos termos do artigo 137,

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

II da Lei nº 6.404/76. O valor correspondente a ser eventualmente pago ao acionista dissidente será divulgado pela PETROBRAS quando da publicação da convocação da AGE em questão, sempre em consonância com o estabelecido no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. A Petrobras informa que poderão exercer o seu direito a dissidência na deliberação da AGE aqueles acionistas que comprovadamente, eram titulares das ações ordinárias na data da comunicação do fato relevante objeto da deliberação, ou seja, em 3 de agosto de 2007.

A título de referência a Petrobras informa que o valor patrimonial de suas ações divulgado até o momento foi de R\$ 23,64 na data base 31 março de 2007.

Plano Estratégico Petrobras 2020 e Plano de Negócios 2008 - 2012

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2020 e o Plano de Negócios 2008-2012, que mantém as metas agressivas de crescimento da Companhia e reforça os desafios nos mercados de gás natural e biocombustíveis.

O Plano Estratégico 2020, que estabelece a missão, a visão, as estratégias e objetivos corporativos da companhia para o futuro ampliou a visão da Petrobras de uma empresa líder na América Latina para uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo. O Plano mantém a estratégia de expandir a atuação nos mercados de petróleo, derivados, petroquímico, gás, energia, biocombustíveis e distribuição com rentabilidade, responsabilidade social e ambiental e crescimento integrado.

O Plano destaca também a atuação com excelência operacional, em gestão, recursos humanos e tecnologia de acordo com as seguintes estratégias:

- **Exploração e Produção:** crescer produção e reservas de petróleo e gás, de forma sustentável, e ser reconhecida pela excelência na atuação em E&P;
- **Downstream e distribuição:** expandir, no Brasil e exterior, a atuação integrada em refino, comercialização, logística e distribuição com foco na Bacia do Atlântico;
- **Petroquímica:** ampliar a atuação em petroquímica no Brasil e na América do Sul, de forma integrada com os demais negócios do Sistema Petrobras;
- **Gás e Energia:** desenvolver e liderar o mercado brasileiro de gás natural e atuar de forma integrada nos mercados de gás e energia elétrica com foco na América do Sul;
- **Biocombustíveis:** atuar, globalmente, na comercialização e logística de biocombustíveis, liderando a produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio de etanol.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Plano de Previdência Complementar

Avançando na conclusão do processo de repactuação sobre o Plano de Previdência Complementar, conforme amplamente divulgado ao mercado em 19 de abril de 2006, a Diretoria Executiva aprovou mudanças no regulamento do Plano Petros, ainda sujeitas à aprovação da Secretaria de Previdência Complementar, assim como as bases do acordo que será submetido à homologação judicial, relativamente a objetos em ações judiciais sobre as questões de previdência complementar do Sistema Petrobras.

O novo regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras, resultante das mudanças aprovadas, desvincula os reajustes dos benefícios da tabela salarial das patrocinadoras, bem como torna os valores dos benefícios pagos pela Petros independentes daqueles pagos pela Previdência Oficial. Os benefícios dos participantes serão reajustados pelo indexador inflacionário adotado pela Petros, atualmente o IPCA, o que melhorará consideravelmente a previsibilidade do Plano.

Adicionalmente à implementação do novo regulamento do Plano Petros, conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR, a transação judicial entre Petrobras, demais patrocinadoras (Sistema Petrobras), Petros, FUP e sindicatos signatários, liquidará e extinguirá objetos de ações judiciais contra a empresa sobre questões de previdência complementar.

A transação judicial, obedecidos os termos e condições do AOR, prevê o pagamento pela Petrobras do montante de R\$ 4.766 milhões, a ser desembolsado ao longo de 20 anos, respeitando as condições de liquidez do Plano. Esse pagamento atende às necessidades de solvência e liquidez do Modelo de Previdência Complementar patrocinado pela empresa - Plano Petros. Esse valor foi calculado por consultoria atuarial para a data base de 31/12/2006.

Os compromissos assumidos acarretarão aumento das despesas no exercício de 2007 em torno de R\$ 700 milhões, em decorrência do acréscimo dos benefícios a serem concedidos aos assistidos.

Ressaltamos, mais uma vez, que a Transação Judicial, aliada às mudanças no regulamento e à implantação do Novo Plano Petros-2, são frutos de um amplo processo de negociação entre Petrobras e representações sindicais, contando com a participação dos empregados e assistidos, em prol do fortalecimento do Modelo de Previdência Complementar da Companhia, tornando-o mais atrativo, sustentável e um importante benefício aos seus empregados, mantendo a sua estratégia de excelência na gestão de recursos humanos.

Petrobras arremata 34 blocos no Golfo do México Americano

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A Petrobras apresentou nos Estados Unidos, no último dia 20, o terceiro maior número de propostas vencedoras no leilão (*Lease Sale 204*) promovido pelo órgão regulador norte-americano para atividades no mar, o *Minerals Management Service* (MMS).

O leilão teve como foco a região oeste do Golfo do México, onde a companhia apresentou ofertas para 40 blocos, sendo a maior proponente em 34 blocos, pelo valor total de US\$ 29,3 milhões. Com esse resultado a Petrobras assegurou 100% de participação e a condição de operadora em 20 blocos. Nos demais 14 blocos, arrematados em parceria com a americana Devon Energy, que será a operadora, a participação da Petrobras é 50%.

Todos os blocos estão localizados nas áreas-foco de atuação da companhia no Golfo do México: 13 em águas rasas, para a exploração de reservatórios profundos para gás natural; e 21, em águas profundas e ultraprofundas, nos quadrantes *East Breaks*, *Alaminos Canyon* e *Keathley Canyon*, visando os reservatórios portadores de óleo. Tão logo esses blocos recebam a confirmação do MMS, serão incorporados à carteira de projetos exploratórios, totalizando 313 blocos, dos quais 177 operados pela Petrobras.

O sucesso no atual leilão atende às prioridades fixadas pela Petrobras em seu Plano Estratégico, que inclui o setor americano do Golfo do México entre as áreas prioritárias para investimentos fora do Brasil. Assim, a Companhia amplia a sua carteira nas atividades de exploração e produção nas águas profundas e ultraprofundas do Golfo do México americano, onde está associada a outras empresas petrolífera, com participações em três das maiores descobertas já realizadas naquela região. Dessas, a Petrobras é a operadora nos campos de Cascade e Chinook, com participações de 50% e 66,7%, respectivamente. Nesses campos, será utilizada pela primeira vez em águas ultraprofundas americanas, uma embarcação de produção, armazenagem, e transferência (*Floating, Production, Storage and Offloading – FPSO*), cujo início da produção está previsto para 2009. O restante desses dois campos tem a participação da Devon Energy e da Total E&P USA, Inc.

No momento, a Petrobras está avaliando os dados geológicos e geofísicos, objetivando a sua participação, no próximo dia 3 de outubro, no leilão (*Lease Sale 205*), que ofertará os blocos localizados na região central e leste do Golfo do México.

Moody's eleva classificação de risco da Petrobras

A agência de classificação Moody's Investor Services anunciou a elevação do rating da dívida em moeda estrangeira da Petrobras e PFiCo de Baa2 para Baa1 com perspectiva estável.

Esta elevação reflete a melhoria da avaliação do Brasil que teve sua dívida em moeda local e estrangeira elevada de Ba2 para Ba1 e ao mesmo tempo, a

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

elevação do teto do país de Ba1 para Baa3 (*investment grade*), refletindo moderado risco de default num evento de moratória de governamental.

O título em moeda estrangeira da Pesa (US\$300 milhões) de séries S também sofreu elevação de Baa2 para Baa1.

A classificação global em moeda local (A2) e em escala nacional (Aaa), não foram alteradas.

Nova descoberta de óleo Leve na Bacia de Santos

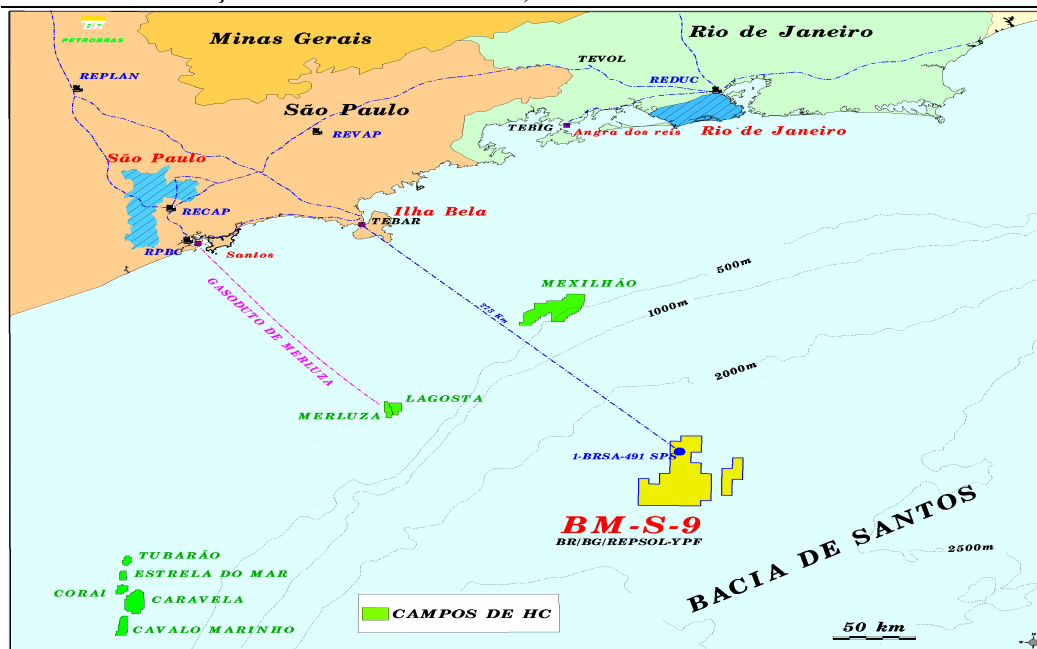
O consórcio formado pela Petrobras (45% - Operadora), *British Gas* - BG (30%) e REPSOL YPF Brasil (25%), descobriu petróleo de 27º API no poço exploratório 1-BRSA-491-SPS (1-SPS-50), situado em águas de 2.140m de profundidade, a 273 km de distância da costa, na Bacia de Santos, no Bloco BM-S-9 (Figura abaixo).

A partir deste novo resultado positivo confirma-se, mais uma vez, o momento histórico da exploração de petróleo no Brasil, e, particularmente, nesta área de águas profundas da Bacia de Santos.

O teste de formação realizado no poço vertical indica produção de 2.900 barris de óleo e 57 mil m3 de gás por dia, com vazão limitada pelas instalações operacionais e de segurança do teste. Avaliações por teste de formação e novos estudos geológicos estão sendo feitos para comprovar se os reservatórios encontrados têm boas características de produtividade e volumes economicamente viáveis em tais condições geográficas.

Novos investimentos serão feitos, os quais contemplarão a perfuração de novos poços e o desenvolvimento de novas tecnologias, que permitirão o avanço exploratório nas águas profundas da Bacia de Santos. Para tal, cumprindo normas da agência reguladora, o Consórcio deverá protocolar na ANP um Plano de Avaliação para a área desta descoberta, o qual deverá balizar os prazos dos futuros investimentos em Exploração.

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS



Descoberta no Campo de Xerelete

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2007 – PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, [Bovespa: PETR3/PETR4, NYSE: PBR/PBRA, Latibex: XPBR/XPBRA, BCBA: APBR/APBRA], uma companhia brasileira de energia com atuação internacional, comunica que declarou junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP) a comercialidade do campo de óleo denominado XERELETE, na porção sul da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Este novo campo localiza-se parte no antigo BC-2 e parte no BM-C-14, a cerca de 155 km a sudeste da cidade de Cabo Frio e a 42 km a leste do campo de Papa Terra.

Os estudos geológicos preliminares indicam que a área total da acumulação pode atingir mais de 26 km², contendo um volume *in place* estimado de cerca de 1,4 bilhão de barris de óleo equivalente. Estudos adicionais estão sendo realizados para melhor definição do projeto de desenvolvimento da produção deste novo campo.

O poço descobridor de Xerelete, 1-EPB-1-RJS, perfurado em uma lâmina d'água de 2483 metros, atingiu, a 3478 metros de profundidade, reservatórios arenosos portadores de óleo de 17,5° API. A produtividade de sta acumulação foi confirmada através do poço de delimitação 3-RJS-648 (3-BRSA-481-RJS), onde foram

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

registradas vazões de até 2500 barris de óleo por dia. Neste poço foi alcançado um novo recorde mundial pela utilização de Bomba Centrífuga Submarina Submersa em lâmina d'água dessa ordem (2460 m).

Esta acumulação foi descoberta em área operada pela PETROBRAS, em parceria com as companhias TOTAL e DEVON.

Petrobras obtém quatro blocos em leilão na Colômbia

A Petrobras obteve propostas vencedoras em quatro blocos dos 13 oferecidos no leilão Ronda Caribe 2007, promovido nesta terça-feira (18/09) pela Agência Nacional de Hidrocarburos (ANH), da Colômbia.

A Companhia será operadora nos blocos RC-06 e RC-07, em ambos com participação de 40%. As demais empresas participantes do consórcio são a Ecopetrol (30%) e a Hess Corporation (30%).

Além disso, a Petrobras atuará como sócia não-operadora nos blocos RC-04 (com participação de 30%) e RC-08 (20%). O RC-04 será operado pela British Petroleum (35%) e também terá participação da Ecopetrol (35%). O RC-08 será operado pela ONGC (40%), também com a participação da Ecopetrol (40%).

Não houve dispêndio financeiro inicial no leilão, uma vez que as propostas foram avaliadas de acordo com o percentual adicional de participação na produção oferecida à ANH no caso de haver descobertas comerciais. As empresas vencedoras se comprometeram com um programa exploratório mínimo, equivalente a cerca de US\$ 5 milhões em cada bloco durante três anos.

Localizados no mar caribenho colombiano – próximos ao bloco Tayrona, que já é operado pela Petrobras –, os quatro blocos totalizam uma área de aproximadamente 12 mil quilômetros quadrados em águas rasas e profundas (com lâmina d'água de até dois mil metros).

A destacada participação da Petrobras no leilão demonstra seu interesse e confiança na Colômbia, país onde amplia seu portfólio exploratório visando a aumentar suas reservas e produção.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Testes confirmam descoberta de óleo leve na Bacia de Santos

Os testes de formação do segundo poço da área de Tupi, o 3-BRSA-496-RJS (3-RJS-646), foram concluídos, comprovando a extensão, para o Sul, da descoberta de petróleo leve (28º API) pelo poço pioneiro 1-BRSA-369A-RJS (1-RJS-628ª), em águas profundas na Bacia de Santos.

Esses testes confirmam a descoberta de petróleo leve pelo poço pioneiro comunicada ao mercado em 11 de julho de 2006. A área de Tupi está localizada no Bloco BM-S-11 que é operado pela Petrobras (65%) em consórcio, tendo a – BG Group (25%) e a Petrogal – GALP ENERGIA (10%) como sócias.

Em esclarecimento divulgado ao mercado no dia 29 de agosto último, a Petrobras informou que esse segundo poço teve sua perfuração concluída em 24 de junho, mas que somente após a conclusão dos testes, o que ocorreu agora, teria outras informações.

O segundo poço está localizado a 9,5 km a Sudoeste do pioneiro descobridor, em lâmina d'água de 2.166 metros, distante 286 quilômetros da costa Sul da cidade do Rio de Janeiro (Figura abaixo).

O teste realizado no poço indica a produção de cerca de 2.000 barris de petróleo e 65.000 metros cúbicos de gás natural por dia, com vazão limitada pelas instalações operacionais e de segurança durante o teste.

O Consórcio dará continuidade às atividades e aos investimentos previstos no Plano de Avaliação da jazida de óleo leve, aprovado pela ANP em 27 de fevereiro de 2007. A principal finalidade dessas atividades é a verificação das dimensões e de características mais detalhadas do reservatório de óleo e gás, objetivando obter dados que garantam a viabilidade econômica do desenvolvimento do projeto de produção. Dados mais conclusivos sobre a potencialidade da descoberta somente serão conhecidos após a conclusão das demais fases do processo de avaliação.

Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio

Consoante disposições estatutárias, o Conselho de Administração, reunido nesta data, aprovou a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/95 e Decretos nº 2.673/98 e nº 3.381/00.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

O valor a ser distribuído, no montante de R\$ 2.194 milhões, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,50 por ação ordinária e preferencial, será provisionado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2007 e deverá ser desembolsado até 31 de março de 2008, com base na posição acionária de 05 de outubro de 2007. A partir de 08 de outubro de 2007, as ações passarão a ser negociadas ex-juros sobre capital próprio. Nos termos dos decretos nº 2.673/98 e 3.381/00, caso o pagamento ocorra após 31 de dezembro de 2007, serão aplicadas as variações da taxa SELIC, desde 31 de dezembro de 2007 até a data do efetivo pagamento. Esses juros sobre o capital próprio deverão ser descontados da remuneração que vier a ser distribuída no encerramento do exercício social de 2007, e estão sujeitos à incidência de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que declararem ser imunes ou isentos.

Mudanças no Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Nos termos do Art. 20 do seu Estatuto Social o Conselho de Administração nomeou a Sra. Maria das Graças Silva Foster como Diretora de Gás e Energia, que está se desligando da Presidência da BR Distribuidora, em substituição ao Sr. Ildo Luís Sauer.

O Conselho de Administração aceitou, nesta data, a renúncia do Conselheiro Sr. Roger Agnelli.

A Sra. Graça é do quadro de profissionais de carreira da Petrobras, graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e com MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Ela ocupava, desde maio de 2006, a Presidência da Petrobras Distribuidora S.A.. Anteriormente, esteve na Presidência da Petroquisa, cargo que assumiu em setembro de 2005 tendo acumulado, neste período, a Diretoria de Relações com Investidores da mesma Companhia. Simultaneamente, desempenhou ainda a função de Gerente Executiva de Petroquímica e Fertilizantes, ligada à Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

De janeiro de 2003 a maio de 2006, Graça exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Neste período, Graça ainda exerceu, por Decretos Presidenciais, as funções de Coordenadora Interministerial do Programa do Governo Federal de Biodiesel: Produção e Uso de Biodiesel e de Secretária Executiva Nacional do

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Programa do Governo Federal de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo – PROMINP.

Antes já havia ocupado cargos de gerência na Unidade de Negócios de Gás e Energia e no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES) na Petrobras e na Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

Adicionalmente informamos que, o Sr. José Eduardo de Barros Dutra foi nomeado para a presidência da Petrobras Distribuidora.

O Sr. Dutra é geólogo, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1979. Foi eleito membro do Conselho de Administração da Petrobras S.A. pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 2 de janeiro de 2003 e, no dia seguinte, tomou posse no cargo de presidente, para o qual foi escolhido pelo Conselho de Administração. Foi também eleito membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora (BR), para o mesmo período. Foi presidente dos Conselhos de Administração das empresas Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), Petrobras Química S.A. (Petroquisa), Petrobras Gás S.A. (Gaspetro), Petrobras Energia S.A. (Pesa) e Petrobras Energia Participaciones S.A. (Pepsa), até sua renúncia aos cargos em 22 de julho de 2005.

Informações Complementares sobre a Aquisição da Suzano Petroquímica

Em complemento ao Fato Relevante relativo à aquisição da Suzano Petroquímica, a Petrobras comunica que o fechamento da operação de aquisição pela Petrobras das ações detidas pelos acionistas controladores no capital social da Suzano Petroquímica S.A. está previsto para ocorrer no dia 30 de novembro de 2007, em função do cumprimento de determinadas condições precedentes usuais, dentre as quais se destaca o processo de due diligence. A aquisição ainda precisa ser ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Petrobras a ser oportunamente convocada, conforme determina o artigo 256 da Lei n.º 6.404/76.

A Oferta Pública de Tag Along para aquisição do restante das ações de emissão da Suzano Petroquímica em circulação no mercado, assim como a Oferta de Cancelamento de Registro, serão subseqüentemente registradas na CVM pela Petrobras de acordo com a legislação em vigor.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A Companhia informa, por fim, que o preço máximo de aquisição a ser pago pela Petrobras pelas ações objeto da operação, constante de Fato Relevante publicado anteriormente, encontra-se sujeito a certos ajustes contratualmente acordados entre seus acionistas controladores e a Petrobras, incluindo, principalmente, ajustes que porventura se façam necessários em decorrência dos resultados da due diligence em curso e da observância de procedimentos previstos no acordo de acionistas da Petroflex Indústria e Comercio S.A. O impacto total desses ajustes implicará redução no preço de aquisição de todas as ações (ordinárias e preferenciais) da Companhia num montante de até 7 %.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral oportuna e adequadamente informados a respeito de quaisquer desenvolvimentos relativos à Operação até sua conclusão.

Esclarecimentos sobre cobrança de ICMS

A Petrobras esclarece recentes informações sobre a decisão do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) de postergar a votação da proposta de cobrança de ICMS nas importações temporárias de plataformas de petróleo, bem como da saída do Rio de Janeiro do Convênio 58/99. O convênio 58/99 regula a desoneração tributária de ICMS nas operações de importação para a indústria de petróleo.

As peculiaridades da atividade de exploração e produção de petróleo, como elevados riscos e custos, incentivo à indústria nacional e criação de empregos, conduziram a um regime tributário específico (Repetro) para esse segmento. O Repetro desonera de todos os tributos federais as importações temporárias de plataformas. Em relação ao imposto estadual, ICMS, o Convênio CONFAZ nº 58/99 garantia a desoneração tributária.

O estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Fazenda, declarou publicamente a intenção de solicitar sua exclusão do Convênio CONFAZ nº 58/99, com vistas a cobrar ICMS sobre as plataformas, utilizando alíquotas de 7% ou 16%.

Diante desse fato, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP apresentou alternativa ao Convênio nº 58/99 que atendesse aos interesses do estado do Rio e não inviabilizasse os projetos de investimentos de toda a indústria de petróleo, considerando inclusive as peculiaridades de outros Estados produtores e a garantia de tratamento uniforme para todas as empresas. Esta solução

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

estabeleceria a tributação às alíquotas de 2,06% ou 5,14%, em função da possibilidade de aproveitamento integral do imposto pago na segunda alternativa.

Tal proposta foi apresentada pelo Estado da Bahia e amplamente discutida pelos representantes dos estados nas reuniões que antecederam ao encontro do CONFAZ. Paralelamente, discussões entre o IBP, Petrobras e o governo do Rio de Janeiro evoluíram para uma nova proposta, nos mesmos moldes, com alíquotas de 3% ou 7,5%, a critério de contribuinte, em função de sua possibilidade de aproveitamento destes valores pagos, como créditos, nos pagamentos futuros de ICMS, e um período de carência de 2 anos para início do aproveitamento dos créditos.

A Petrobras defende a aprovação, nos próximos dias, da proposta consensuada entre IBP, Governos da Bahia e do Rio de Janeiro, além da Petrobras, buscando com isso a manutenção de regras uniformes em todos os Estados, em relação à importação das plataformas, situação que foi quebrada com a saída do RJ, RN, CE e PE do Convênio 58/99, aprovada na última reunião do CONFAZ.

Quando a nova legislação estiver, de fato, implantada, com base na proposta apresentada, o impacto será apenas sobre as novas plataformas que forem importadas. A tributação do ICMS na importação terá como base de cálculo o valor do bem importado (valor informado na documentação de importação).

Com relação à tributação sobre a P-54 a plataforma foi devidamente importada seguindo todos os trâmites legais sem incidência de ICMS em função de decisão judicial do tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro impedindo o Estado de cobrar este imposto, neste tipo de operação, desde fevereiro de 2007.

Petrobras arremata 26 blocos no Golfo do México Americano

A Petrobras arrematou 26 blocos no leilão (Lease Sale 205) promovido, em 3 de outubro, pelo Minerals Management Service (MMS), órgão regulador dos Estados Unidos para atividades no mar. A Companhia ficou posicionada entre as 10 concorrentes com o maior número de propostas vencedoras, com o investimento de US\$ 108,1 milhões. Este valor foi oferecido pelos blocos localizados na região central e leste do Golfo do México, num dos mais competitivos leilões já experimentados na região.

Compareceram ao certame 73 companhias de óleo e gás, que concorreram por blocos, sobretudo os localizados em águas profundas e ultraprofundas. Dos 26 blocos, a Petrobras assegurou 100% de participação em 20 blocos e a condição

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

de operadora. Os demais 6 blocos foram arrematados em parceria com a empresa americana Devon Energy, dos quais 2 serão também operados pela Petrobras e 4 pela sócia, e as participações serão compartilhadas com 50% para cada uma.

De acordo com as regras do leilão, o MMS ainda precisa confirmar as propostas vencedoras. Confirmados esses blocos, eles serão incorporados à carteira de projetos exploratórios da Companhia, totalizando 338 blocos, dos quais 200 operados pela Petrobras.

A exemplo do leilão realizado em agosto de 2007, quando arrematou 34 blocos, a Petrobras buscou consolidar a sua posição nas áreas que são o foco de suas atividades no Golfo do México, com destaque para as águas profundas e ultraprofundas nos quadrantes Walker Ridge, Mississippi Canyon, Green Canyon, Garden Banks, Keathley Canyon e Lloyd Ridge, permitindo a ampliação do seu quadro de prospectos exploratórios de qualidade.

A participação no Lease Sale 205 está alinhada ao Plano Estratégico da Petrobras, que prevê forte crescimento internacional com investimentos em áreas prioritárias, entre elas o setor americano do Golfo do México. Com esse resultado, a Petrobras - acompanhando o modelo da indústria de óleo e gás - dá evidência, uma vez mais, que está disposta a competir e investir em todos os ambientes que sejam simultaneamente promissores ao uso das suas tecnologias e dos seus conhecimentos, e ainda que ofereçam segurança e atratividade para investimentos. Assim, reforça sua posição como uma das líderes na exploração em águas profundas e ultraprofundas no Golfo do México, onde está associada a outras empresas petrolíferas.

A Petrobras tem participações em três das mais importantes descobertas nos reservatórios do Terciário Inferior na região, nos campos de Cascade, Chinook e Saint Malo, localizados no Quadrante Walker Ridge. Os campos de Cascade e Chinook são operados pela Petrobras, que será a empresa pioneira, tanto na produção desse reservatório em águas ultraprofundas, como na utilização de uma plataforma do tipo FPSO (Floating Production, Storage and Offloading), cujo início da produção é estimado para 2010.

Os principais contratos, necessários à implantação dos projetos de desenvolvimento da produção desses campos, serão assinados ainda em 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Aquisição da Termelétrica Juiz de Fora

A Petrobras firmou com a ENERGISA S.A. contrato de compra de 100% das ações da Usina Termelétrica Juiz de Fora S.A. Informa também que a Petrobras Comercializadora de Energia Ltda., firmou contrato com a ENERGISA para o uso dos direitos sobre a comercialização de energia com as subsidiárias da vendedora localizadas na região Nordeste. O valor global dos contratos é de R\$ 204 milhões.

A Termelétrica Juiz de Fora é uma usina a gás natural, com potência instalada de 87 MW, em ciclo simples, que está localizada no Distrito Industrial Benfica, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. A usina possui contratos de venda de energia para fornecimento até 2022 e é importante peça para a melhor sinergia dos ativos da Petrobras na área de energia elétrica.

A aquisição da termelétrica está em linha com os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Petrobras, e significa claramente uma das ações para a consolidação da Petrobras como empresa integrada de energia.

A Companhia manterá o mercado informado a respeito da conclusão da operação, que está sujeita ainda ao cumprimento de “condições precedentes” relativas às aprovações de órgãos reguladores. Na data da efetiva transferência da usina para a Petrobras, poderão ocorrer ajustes no preço da aquisição, fato comum nesse tipo de negócio, pois está previsto que o comprador fará a verificação final das contas da usina antes de assumir o controle integral.

Petrobras começa a produzir petróleo em águas profundas no Nordeste

O campo de Piranema, localizado a 25 km da costa de Sergipe, começou a produzir petróleo em águas profundas no Nordeste brasileiro. Com a entrada em operação desse campo, a Petrobras dá mais um passo para a manutenção da auto-suficiência brasileira em petróleo. O óleo de Piranema, de excelente qualidade, com 44º API, é o mais leve produzido em águas profundas no Brasil.

De enorme importância para a economia do Nordeste, esse tipo de óleo é essencial para a produção de lubrificantes. Com o início das operações no campo de Piranema, a Petrobras abre caminho para que outros estados do Nordeste passem, também, a explorar petróleo em águas mais profundas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

O novo campo produzirá, inicialmente, 10 mil barris de óleo por dia e poderá chegar a 30 mil em 2008. Ao atingir a capacidade máxima, esse campo ampliará em 60% a produção de petróleo do estado de Sergipe. Afretada à empresa Sevan Production AS, da Noruega, essa plataforma é uma unidade flutuante do tipo FPSO (que produz, armazena e transfere petróleo).

A nova plataforma tem características técnicas inéditas: o casco redondo, ao contrário dos sistemas flutuantes tradicionais, é mais versátil e estável, o que lhe confere maior segurança nas operações. Afretada por 11 anos, ela ficará fundeada, na primeira fase do projeto, na parte norte do campo, em lâmina d'água de 1.090 metros. Ali, ela permanecerá conectada a seis poços. Na segunda fase, será deslocada para o sul do mesmo campo, onde ficará ligada a três outros poços, em lâmina d'água de 1560m.

Nova tecnologia da Petrobras eleva produtividade de reservatórios

concluiu, com sucesso, os primeiros 100 dias de operação do Sistema de Bombeio Centrífugo Submarino – BCSS, instalado no poço JUB-6, no Campo de Jubarte, na parte capixaba da Bacia de Campos. O poço, cuja expectativa era de produção de cerca de 10 mil barris por dia, passou a produzir 24 mil barris diários, com a utilização do novo sistema, o que representa um incremento de produtividade de 140%.

A tecnologia desenvolvida pela Petrobras, em conjunto com os fornecedores, apresenta elevado potencial, tanto para aumentar a produtividade de campos produtores, como para viabilizar a produção comercial de campos em águas profundas, especialmente os de petróleo pesado. Além da aplicação em acumulações de grande porte para elevar o fator de recuperação de petróleo, o sistema poderá ser utilizado para viabilizar a produção comercial de jazidas menores ou marginais, antes consideradas comercialmente inviáveis.

O sistema, que integra o Programa Tecnológico de Óleos Pesados (Propes), é de fundamental importância para a manutenção da auto-suficiência, uma vez que a maior parcela das reservas brasileiras é de petróleo pesado e extra-pesado. E os desafios para bombear este tipo de petróleo são muito grandes.

O conjunto começou a operar no primeiro semestre de 2007 e será ainda acompanhado de perto até o final de 2007, visando a consolidar o domínio dessa tecnologia. O próximo BCSS está previsto para instalação em um poço no campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Petrobras anuncia construção no Brasil da Plataforma P-56

A Petrobras assinou dia 30 de outubro, o contrato de construção da plataforma semi-submersível P-56, destinada à antecipação da produção do Módulo 3 do campo de Marlim Sul. A nova unidade será uma cópia da P-51, a primeira do tipo semi-submersível totalmente construída no Brasil. O contrato, com o Consórcio FSTP (Keppel Fels e Technip), no valor aproximado de US\$ 1 bilhão e 200 milhões, inclui os serviços de engenharia, suprimento, construção e montagem da plataforma (casco e planta de processo).

A obra envolve mais dois contratos, que serão assinados amanhã. Um para o fornecimento e montagem dos módulos de compressão de gás, no valor total de US\$ 141 milhões 400 mil, com a Nuovo Pignone S.p.A., e outro para fornecimento, montagem, operação e manutenção dos módulos de geração elétrica, no valor total de US\$ 139 milhões 780 mil, com a Rolls-Royce Energy Systems Inc. e UTC Engenharia S.A..

Para a construção da P-56 foram contratadas as mesmas empresas responsáveis pela P-51, já que um projeto é cópia do outro, o que vai permitir a antecipação da produção em Marlim Sul. Com a adoção desta estratégia de aproveitamento de um projeto de plataforma de produção existente vai ser possível a recuperação da produção, em função do atraso nos projetos da P-55 e P-57, cujas licitações tiveram que ser canceladas por preço excessivo. Este reposicionamento de portfólio, antecipando o projeto de Marlim Sul, evidencia a capacidade de resposta da Petrobras na gestão dos seus ativos de E&P.

Esta estratégia levou em conta, também o aproveitamento da atual mobilização dos fornecedores com redução nos prazos e nos custos do projeto, uma vez que os desonera de gastos com adequação de infra-estrutura de estaleiros, contratação e capacitação de mão-de-obra especializada, entre outros.

A P-56 ficará posicionada em águas de 1700 metros de profundidade e a, aproximadamente, 124 Km do litoral. Com capacidade para processar e tratar diariamente 170 mil barris de líquidos e 100 mil barris de petróleo de 16º API, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e de injetar aproximadamente 280 mil barris de água no reservatório, a P-56 vai operar ligada a 22 poços, sendo 11 produtores de óleo e gás e 11 para injeção de água.

A plataforma pesará 50.000 toneladas, terá 110 metros de largura e de comprimento, 125 metros de altura e está dimensionada para operar por 25 anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Esta unidade de produção, que será uma das maiores do seu porte no mundo, deverá entrar em operação comercial no final de 2010, contribuindo para que a Petrobras atinja as metas de produção de petróleo e gás do Planejamento Estratégico.

Emissão de US\$ 1 bilhão em Global Notes com Vencimento em 2018

A Petrobras, através de sua subsidiária integral PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY ("PIFCo"), concluiu a emissão, de US\$ 1 bilhão em títulos do tipo "Global Notes" no mercado internacional de capitais, com vencimento em 1º de março de 2018, no formato de dívida sênior não subordinada sem garantia, com as seguintes características:

- Cupom: 5.875% a.a.
- Rendimento ao investidor: 6.059% a.a.
- Spread para o Título do Tesouro Americano: 167 pontos base
- Preço da Emissão: 98.612%
- Vencimento: 1º de março de 2018
- Volume: US\$ 1,000,000,000
- Data de Pagamento dos Juros: 1º de março e 1º de setembro de cada ano, começando em 1º de março de 2008
- Ratings: Baa1 Estável (Moody's); BBB- Estável (S&P); BBB- Estável (Fitch)
- Subscritores: Citigroup Global Markets, UBS Securities
- Co-Manager: Banco Itaú Europa

Esta emissão está alinhada às estratégias da PETROBRAS de acessar o mercado de capitais de longo prazo, re-financiar o pré-pagamento de dívidas antigas e reduzir o seu custo de capital. A oferta foi distribuída para mais de 120 investidores, sendo a maioria dedicada ao mercado de renda fixa de empresas com grau de investimento (*high grade*).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Análise da área de TUPI

A Petrobras concluiu a análise dos testes de formação do segundo poço (1-RJS-646) na área denominada Tupi, no bloco BM-S-11, localizado na bacia de Santos, e estima o volume recuperável de óleo leve de 28º API, em 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural. A Petrobras é operadora da área e detém 65%, a empresa britânica BG Group detém 25% e a portuguesa Petrogal - Galp Energia, 10%.

A Petrobras realizou, também, uma avaliação regional do potencial petrolífero do pré-sal que se estende nas bacias do Sul e Sudeste brasileiros. Os volumes recuperáveis estimados de óleo e gás para os reservatórios do pré-sal, se confirmados, elevarão significativamente a quantidade de óleo existente em bacias brasileiras, colocando o Brasil entre os países com grandes reservas de petróleo e gás do mundo.

Os poços que atingiram o pré-sal e que foram testados pela Petrobras mostram, até agora, alta produtividade de petróleo leve e de gás natural. Esses poços se localizam nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos.

As rochas do Pré-sal são reservatórios que se encontram abaixo de uma extensa camada de sal, que abrange o litoral do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina, ao longo de mais de 800 km de extensão por até 200 km de largura, em lâmina d'água que varia de 1.500m a 3.000m e soterramento entre 3.000 e 4.000 metros.

Petrobras assina acordo de compra de refinaria no Japão

A Petrobras assinou dia 09/11, o documento de compra (Share Sale and Purchase Agreement) de 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) com a TonenGeneral Sekiyu Kabushiki Kaisha (TGSK), subsidiária da ExxonMobil pelo valor aproximado de US\$ 50 milhões. Além da TonenGeneral, a NSS possui como acionista a Sumitomo, que permanecerá com 12,5% da NSS em sociedade com a Petrobras.

A aquisição compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade. Conta também com um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três piers com capacidade para receber navios de produtos de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

até 97.000 *Deadweight tonnage* (dwt) e uma monobóia para navios *Very Large Crude Carrier* (VLCC) de até 280.000 dwt.

Está previsto a utilização da capacidade do terminal para impulsionar a comercialização de biocombustíveis no Japão e no mercado asiático e complementar a atual comércio de petróleo e derivados no mercado asiático de aproximadamente 100.000 bpd.

O negócio representa um marco muito importante para a Petrobras que, pela primeira vez, entrará na Ásia em operações de refino. O acordo está alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia referente ao incremento da capacidade de refino de petróleo no exterior e contribui de forma significativa para o aumento da comercialização de petróleo e derivados produzidos pela Petrobras.

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA PARTICIPANTES DO NOVO MERCADO:

i) Em 31/AGOSTO/2007

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

ON: 1.070.869.237

PN: 1.559.841.031

AÇÕES EMITIDAS

ON: 2.536.673.672

PN: 1.850.364.698

RAZÃO CIRCULAÇÃO / EMITIDAS

ON: 42,21%

PN: 84,29%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

ii) POSIÇÃO ACIONÁRIA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Cotas FGTS
out/04	14	6	10.000,00
nov/04	14	6	10.000,00
dez/04	14	6	10.000,00
jan/05	14	6	10.000,00
fev/05	14	6	10.000,00
mar/05	14	6	10.000,00
abr/05	14	6	10.000,00
mai/05	14	6	10.000,00
jun/05	14	6	10.000,00
jul/05	14	6	10.000,00
Ago/05	14	6	10.000,00
Set/05(**)	56	24	10.000,00
Out/05	56	24	10.000,00
Nov/05	56	24	10.000,00
Dez/05	56	24	10.000,00
Jan/06	56	24	10.000,00
Fev/06	56	24	10.000,00
Mar/06	56	24	10.000,00
Abr/06	56	24	10.000,00
Mai/06(*)	-	23	10.000,00
Jun/06(*)	-	23	10.000,00
Julho/06(*)	-	23	10.000,00
Agosto/06	-	23	10.000,00
Setembro/06	-	23	10.000,00
Outubro/06	-	23	10.000,00
Novembro/06	-	23	10.000,00
Dezembro/06	-	23	10.000,00
Janeiro/07	-	23	10.000,00
Fevereiro/07	-	23	10.000,00
Março/07	-	23	10.000,00
Abril/07	-	20	10.000,00
Maio/07	-	20	10.000,00
Junho/07	-	20	10.000,00
Julho/07	-	20	10.000,00
Agosto/2007	-	20	10.000,00
Setembro/2007	-	20	10.000,00
Outubro/2007	-	20	10.000,00

(*)alteração devido a mudança de membro do CA

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

CONSELHO FISCAL

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Cotas FGTS	
set/04	216	-	3.429,50	
out/04	216	-	3.429,50	
nov/04	216	-	3.429,50	
dez/04	216	-	3.429,50	
jan/05	216	-	3.429,50	
fev/05	216	-	3.429,50	
mar/05	216	-	3.429,50	
abr/05	216	-	3.429,50	
mai/05	216	-	3.429,50	
jun/05	216	-	-	
jul/05	216	-	-	(*)
Ago/05	216	-	-	
Set/05	864	-	-	(**)
Out/05	864	-	-	
Nov/05	864	-	-	
Dez/05	864	-	-	
Jan/06	864	-	-	
Fev/06	864	-	-	
Mar/06	864	-	-	
Abr/06	864	-	-	
Mai/06	864	-	-	
Jun/06	864	-	-	
Julho/06	864	-	-	
Agosto/06	864	-	-	
Setembro/06	864	-	-	
Outubra/06	864	-	-	
Novembro/06	864	-	-	
Dezembro/06	864	-	-	
Janeiro/07	864	-	-	
Fevereiro/07	864	-	-	
Março/07	864	-	-	
Abril/07	864	-	-	
Mai/07	864	-	-	
Junho/07	864	-	-	
Julho/07	864	-	-	
Agosto/07	864	-	-	
Setembro/07	864	-	-	
Outubro/07	864	-	-	
(*) alteração devido a mudança de membro do CF				

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

DIRETORIA

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Cotas FGTS	
out/04	911	6	350,00	
nov/04	911	6	350,00	
dez/04	911	6	350,00	
jan/05	911	6	350,00	
fev/05	911	6	350,00	
mar/05	911	6	350,00	
abr/05	911	6	350,00	
mai/05	911	6	350,00	
jun/05	911	6	350,00	
jul/05	7.147	2.417	350,00	(*)
Ago/05	7.147	2.471	350,00	
Set/05	26.928	9.884	350,00	(**)
Out/05	27.378	9.884	350,00	
Nov/05	27.378	9.884	350,00	
Dez/05	27.378	9.884	350,00	
Jan/05	27.378	9.884	350,00	
Fev/06	27.378	9.884	350,00	
Mar/06	27.378	9.884	350,00	
Abr/06	27.418	9.884	350,00	
Mai/06	27.418	9.884	350,00	
Jun/06	27.378	9.884	350,00	(***)
Julho/06	27.378	9.884	350,00	
Agosto/06	27.378	9.884	350,00	
Setembro/06	27.378	9.884	350,00	
Outubro/06	27.378	9.884	350,00	
Novembro/06	27.378	9.884	350,00	
Dezembro/06	27.378	9.884	350,00	
Janeiro/07	27.378	9.884	350,00	
Fevereiro/07	27.378	9.884	350,00	
Março/07	26.928	9.884	350,00	(****)
Abril/07	26.928	9.884	350,00	
Mai/07	26.928	9.884	350,00	
Junho/07	26.928	9.884	350,00	
Julho/07	26.928	9.884	350,00	
Agosto/07	26.928	9.884	350,00	
Setembro/07	26.928	9.884	350,00	
Outubro/07	26.928	9.881	350,00	(*)

(*) alteração devido a mudança de membro da DIRETORIA
 (**) Desdobramento

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES

A Petrobras está atualmente sujeita a inúmeros processos judiciais e administrativos de natureza cível, criminal, administrativa, ambiental, trabalhista e fiscal. Várias disputas individuais respondem por parcela significativa do total de reivindicações contra a Petrobras. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Petrobras incluem apenas provisões para as perdas e despesas prováveis estimadas, em que a Petrobras possa incorrer com relação a processos pendentes, inclusive os processos descritos sob o título "Ações Ambientais".

As ações mais significativas estão descritas abaixo:

Ações Cíveis

Em 28 de maio de 1981, a **Kallium Mineração S.A.** ajuizou, perante a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, ação indenizatória em face da Companhia De Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, uma sociedade de economia mista federal, na qual objetivava receber aproximadamente US\$ 450 milhões, referentes a perdas e danos e lucros cessantes alegados devido à rescisão do contrato firmado anteriormente entre as partes que autorizaram a Kallium a promover o desenvolvimento de projeto de exploração de uma mina de sal de potássio em Sergipe. Tal rescisão contratual se deu em virtude de ato de império do Governo Federal que, através do Decreto nº 77.725, de 01 de junho de 1976, considerou sem efeito a transferência à CPRM dos direitos resultantes das pesquisas realizadas pela União Federal na referida área (art. 1º), determinando, por conseguinte, a reversão daquele direito à União Federal, que, passo seguinte, o repassou à Petrobras, que, ao seu turno, criou a subsidiária Petromisa (Petrobras Mineração S.A.) para proceder a exploração mineral. Em sua defesa, a CPRM requereu, e lhe foi deferido, o ingresso da Petrobras no feito, na condição de litisconsorte passivo necessário, pelo fato de ter sido a Petromisa estatutariamente liquidada, o que, segundo a legislação brasileira, implica em que suas obrigações teriam sido transferidas para o Governo Federal. Por essa razão, também a União Federal foi chamada a intervir no feito, integrando o pólo passivo. Assim, a Petrobras entende que qualquer indenização a ser eventualmente paga pela controlada liquidada (Petromisa) será de responsabilidade do Governo Federal e não dela (Petrobras). Em 10 de agosto de 1999, foi proferida sentença que julgou improcedente a maioria dos pedidos da Autora (perdas e danos e lucros cessantes), condenando apenas a Petrobras ao ressarcimento "de todas as despesas efetuadas em função da pesquisa" realizada, consoante valores a serem apurados em liquidação de sentença. Repita-se, nenhuma indenização por lucros cessantes foi estabelecida na sentença. O valor total da indenização a ser pago que vier a ser determinado ao final do processo estará sujeito à correção monetária e juros de 6% ao ano calculados desde a data do início da ação. Em setembro de 1999, ambas as partes entraram com recurso no Tribunal Regional Federal do Estado do Rio de Janeiro, os quais foram improvidos. Foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário, que foram admitidos e encontram-se pendentes de julgamento. Há também Recurso Especial da Kallium aguardando julgamento. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Petrobras não espera obter decisão desfavorável nesse processo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Desta forma, não foi estabelecida uma correspondente provisão para essa contingência. Expectativa de perda: Remota.

Em 23 de novembro de 1992, a **Porto Seguro Imóveis Ltda.**, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro, relativa a aventados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Na aludida ação, pretende a Autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas. Foi proferida sentença em 14 de janeiro de 1997 que considerou a Petrobras responsável, perante a Petroquisa, por perdas e danos no valor equivalente a US\$ 3,406 (três bilhões, quatrocentos e seis milhões de dólares). Além desse valor, foi a Petrobras condenada a pagar, em favor da Autora, 5% do valor da indenização a título de prêmio (v. art. 246, § 2º da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976), além de honorários advocatícios da ordem de 20% sobre aquele mesmo montante. No entanto, como o valor da condenação será devido à Petroquisa, e a Petrobras detém 99,0% do seu capital social, o efetivo desembolso, caso a decisão não seja revertida, restringir-se-á a 25% do valor total da condenação, vale dizer, US\$ 851 milhões. A Petrobras interpôs recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujo julgamento restou concluído no dia 11 de fevereiro de 2003, pela 3ª Câmara Cível, que, por maioria, acolheu a apelação da Petrobras para reformar a sentença, julgando improcedente o pedido indenizatório formulado, vencido o revisor, que deu parcial provimento ao apelo da Petrobras para reduzir o valor da indenização a US\$ 2,370 (dois bilhões, trezentos e setenta milhões de dólares). Contra esse último julgamento, a Porto Seguro interpôs novo recurso (embargos infringentes) ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que, por sua 4ª Câmara Cível, por unanimidade, em julgamento havido no dia 30 de março de 2004, deu-lhes provimento para, fazendo prevalecer o voto vencido, condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância equivalente a US\$ 2,370 milhões (dois bilhões, trezentos e setenta milhões de dólares), mais 5% de prêmio e 20% de honorários, esses em favor da Porto Seguro. A Petrobras interpôs Recurso Especial e Extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão oferecemos Agravos de Instrumento, tanto ao STJ quanto ao STF, objetivando o julgamento das questões lançadas nos referidos recursos. Em 06 de maio de 2005, o STJ deu provimento ao Agravo de Instrumento para determinar o desbloqueio do Recurso Especial. Contra essa decisão a Porto Seguro interpôs Agravo Regimental que, em julgamento havido no dia 15 de dezembro de 2005, por maioria (3x2), foi provido, restaurando o bloqueio ao julgamento do Recurso Especial da Petrobras. Contra essa última decisão a Petrobras interpôs Agravo que, julgado no dia 04 de abril 2006, por unanimidade, anulou a decisão que restaurara o bloqueio do Recurso Especial da Petrobras, por impedimento de um dos ministros, determinando que outra decisão fosse proferida. Agravo Regimental da Porto Seguro improvido, em julgamento havido no dia 05 de setembro 2006. Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada no dia 05 de junho de 2006, a designação de pauta para o re-julgamento da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Cumpra esclarecer, lateralmente, que como o valor da condenação, acaso mantido, o que se admite apenas para argumentar, seria devido à Petroquisa, e a Petrobras promoveu o fechamento do capital da referida empresa, o efetivo desembolso levaria a uma exposição máxima equivalente a 25% do valor total da condenação, vale dizer, a US\$ 592,5 milhões. (5% de prêmio + 20% de honorários). Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo. Expectativa de perda: Possível.

Uma **ação popular** foi movida contra a Petrobras, a Repsol-YPF e o governo brasileiro visando a anulação da operação de troca, em 2001, de alguns ativos operacionais da Petrobras no Brasil por alguns dos ativos operacionais da YPF na Argentina. Os autores alegam que os ativos permutados não foram corretamente avaliados e que, portanto, a operação não atendeu aos melhores interesses da Petrobras. Em 5 de setembro de 2002, o tribunal concedeu uma medida liminar aos autores da ação. O Superior Tribunal de Justiça do Brasil suspendeu a liminar, enfatizando que a operação havia sido aprovada pelos órgãos antitruste brasileiros, a ANP e o Tribunal de Contas da União. Em 15 de maio de 2005, a ação foi julgada favoravelmente à Petrobras, tendo sido objeto de recurso de apelação da parte adversa, cujo julgamento deverá ocorrer ao longo do ano de 2007. Expectativa de perda: Remota.

Em 9 de março de 2006, a **Barracuda Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC)**, empresa de propósito específico que atualmente detém os ativos do projeto, representada pela Petrobras (como Gerente de Construção e Operadora), entrou com um processo de arbitragem contra a KBR de acordo com as disposições do Contrato EPC, e suas alterações, celebrado entre a BCLC e KBR. A BCLC está pleiteando uma indenização no valor de aproximadamente US\$ 220 milhões mais juros pelos custos de monitoração e substituição de estoques defeituosos, mais os custos e despesas da arbitragem. Em 17 de março de 2006, a KBR respondeu com sua contra-notificação buscando a extinção da ação da BCLC e aproximadamente US\$ 22 milhões em indenização para os custos da substituição dos parafusos que foram substituídos pela KBR. As partes procederam para arbitragem.

A **Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ)**, ajuizou Ação Ordinária em face da Petrobras, perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro, objetivando a reparação de danos diversos, no valor de R\$ 537,4 milhões, que pleiteou em nome de seus representados, em razão do vazamento de óleo na Baía de Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. Em 07 de fevereiro de 2002 foi proferida sentença, que julgou procedente, em parte, o pedido, indeferindo os danos morais, e condenando a Petrobras a pagar indenização por danos materiais e lucros cessantes a serem apurados em liquidação de sentença. A sentença declara, expressamente, que não é sequer razoável cogitar-se na condenação com base no valor requerido na inicial, posto que absolutamente dissociado da realidade. Ambas as partes recorreram da sentença, tendo o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em julgamento realizado no dia 08 de outubro de 2002, improvido o recurso da Autora e provido, em parte, o da Petrobras, para excluir da condenação "todos aqueles pescadores que já acordaram extra ou

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

judicialmente, em razão do fato”, assim como “os que tiverem litigando com a ré” em processos individuais, além de “todos os associados da Colônia Z-13 (Copacabana)”. A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça implica, na prática, na condenação ao pagamento de indenização a um universo muito pequeno de pescadores, haja vista que acordos foram feitos com praticamente todos os associados da Autora que atuam nas áreas afetadas pelo acidente. Em 17 de fevereiro de 2003, a Petrobras interpôs Recurso Especial e Extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Dessa decisão foram interpostos Agravos de Instrumento, em 26 de junho de 2003, ao STJ e STF, respectivamente, que foram improvidos. Foi apresentado laudo pericial, já impugnado pela Petrobras. Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo parcialmente o Laudo Pericial e que, liquidando o acórdão, fixou os parâmetros da condenação, que hoje representaria R\$1.102.207.176,00 (base dezembro/2005). A Petrobras recorrerá dessa decisão. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia acredita ser possível a perda dessa Ação. Contudo, eventual desembolso deverá se dar em valores muito inferiores ao pleito indenizatório ou mesmo aos parâmetros fixados na sentença de liquidação. Expectativa de perda: Possível.

Certos **distribuidores independentes**, localizados ao longo do território brasileiro, ajuizaram pleitos cíveis em face da Petrobras. Conjuntamente, tais pleitos somam, aproximadamente, R\$ 821,5 milhões (US\$ 394 milhões, aproximadamente) e objetivam a restituição do ICMS (que deles, distribuidores, a Petrobras reteve e recolheu em favor de vários Estados), mais perdas e danos. Acreditamos que esses recolhimentos foram corretamente efetuados, representando efetivamente créditos de ICMS. Entretanto, no que se refere aos pleitos em questão, cerca de R\$ 76 milhões (US\$ 32 milhões, aproximadamente) foram apreendidos, das contas-correntes da Petrobras, por força de mandados judiciais, deferidos por vários Juízos locais, a título de antecipação da tutela perquirida pelos aludidos distribuidores. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas. Não obstante, até o presente momento, apenas a menor porção dos montantes apreendidos foi recuperado (aproximadamente US\$ 2,5 milhões). Expectativa de perda: Remota.

Em novembro de 2005, dois funcionários da **Finarge Armamento Genoveses S.r.l.**, uma empresa italiana que presta serviços de transporte para a Petrobras, moveu uma ação contra a Petrobras nos tribunais de Gênova, solicitando indenização por resgatar uma plataforma à deriva. Essa ação tem como fundamento os Artigos 2, 3 e 10 da Convenção de Bruxelas, que prevê que quem auxilia embarcações à deriva tem o direito a uma indenização. O valor da indenização será estabelecido pelo juiz italiano, mas não deverá exceder o valor da plataforma transportada. Os autores estimaram o valor da plataforma em US\$ 130 milhões. A ação está em fase de citação da Petrobras, por meio de carta rogatória. De acordo com apólice de seguro dessa plataforma, a Petrobras acredita que o valor da plataforma não exceda US\$ 20 milhões. Expectativa de perda: Remota.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Em 2001, a Petrobras celebrou contratos de joint venture com algumas empresas (entre elas, a El Paso) em relação aos **Projetos Merchant** para os fins de vender energia no mercado à vista. Esses contratos prevêm o pagamento de certas contribuições de contingência a serem feitas pela Petrobras no caso de as receitas dos contratos pela compra e venda de energia não serem suficientes para compensar certos custos. As projeções para o mercado brasileiro de energia não se concretizaram e a Petrobras fez pagamentos de contribuição de contingência sistematicamente a cada mês. Durante 2004, a Petrobras tentou negociar com a El Paso sem sucesso e então iniciou processos arbitrais e judiciais visando o encerramento dos pagamentos de contribuição de contingência. No processo de arbitragem, em 2005, as partes chegaram a um acordo sobre certos pontos, para encerrar o litígio em trâmite. Em 11 de março de 2006, a Petrobras assinou um Contrato de Compra de Quotas, ou QPA, no qual a El Paso Energy Cayger II Company, a El Paso Energy Cayger III Company e a El Paso Energy Cayger IV Company venderam todas as quotas da El Paso Rio Grande Ltda e da El Paso Rio Claro Ltda para a Petrobras. A aquisição das quotas dessas duas empresas encerrou o litígio existente entre a Petrobras e o Grupo El Paso em relação às contribuições de contingência da UTE Macaé Merchant, a usina termelétrica detida pelas empresas adquiridas. A assinatura do QPA representou uma liquidação extrajudicial do litígio de acordo com a lei brasileira. A liquidação está refletida em um Contrato de Liquidação, que é um anexo do QPA. O Contrato de Liquidação encerra qualquer processo arbitral ou judicial em relação a essa questão. O valor de toda a operação foi de US\$ 357,5 milhões.

Ações Trabalhistas

A Petrobras figura no pólo passivo de cinco ações de natureza trabalhista, ajuizadas por Sindicatos da categoria dos petroleiros, tramitando nos Tribunais de três Estados da Federação (Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo) nas quais se questiona a ausência do repasse integral do índice oficial da inflação do ano de 1989 (expurgo do **Plano Bresser**) ao salário dos trabalhadores. A Petrobras, no Estado de São Paulo, saiu-se vencedora na Ação Rescisória perante o Tribunal Superior do Trabalho, estando pendente de julgamento Recurso Extraordinário aforado perante o STF. Nas ações dos Estados do Rio de Janeiro (Capital, Duque de Caxias, Macaé) e Sergipe a Petrobras foi vencida, estando os processos em fase de execução. A decisão das ações movidas pelo Sindicato de Macaé e pelo Sindicato do Rio de Janeiro-RJ estão sendo objeto de apreciação em Ações Rescisórias ajuizadas pela Petrobras. A Ação Rescisória referente aos empregados lotados em Macaé foi julgada procedente, considerando improcedente o pedido dos expurgos. De acordo com o acompanhamento processual eletrônico não houve interposição de Recurso em face desta decisão. Entretanto, ainda não houve a certificação oficial do trânsito em julgado da referida decisão. Quanto à Ação Rescisória relativa aos empregados lotados no Rio de Janeiro, esta ainda aguarda julgamento. Entretanto, foi obtida liminar desautorizando qualquer liberação de verba na Ação Reclamatória em execução. As referidas condenações somente geraram efeitos entre fevereiro e agosto de 1989. A Petrobras, pelo acordo coletivo 92/93, obrigou-se a proceder a quitação do pagamento em seis parcelas, bimestrais e sucessivas, iniciando-se em fevereiro de 1993. Os processos com sentenças condenatórias encontram-se em

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

fase de liquidação. A Petrobras acredita, em virtude dos pagamentos já efetuados pelo compromisso do acordo coletivo, que não existirão valores (diferenças) a serem pagos nesses processos. Expectativa de perda: Remota.

Ações Previdenciárias

A Petrobras recebeu várias **cobranças do INSS** alegando apresentação irregular de documentação por parte das construtoras e outros prestadores de serviço contratados pela Petrobras. O INSS tenta responsabilizar a Petrobras solidariamente pelas contribuições que alegadamente deixaram de ser feitas por esses prestadores de serviço. A Petrobras está analisando cada uma das cobranças do INSS no sentido de reaver os pagamentos que foram feitos ao INSS relativos a tais contribuições, adotando todas as medidas administrativas e judiciais nesse sentido. A Petrobras pretende, caso esgotadas as instâncias administrativas, tomar medidas contra os prestadores de serviço a fim de recuperar as quantias pagas e não devolvidas pelo INSS. Em 30 de setembro de 2005, os valores cobrados da Petrobras pelo INSS em decorrência de responsabilidade solidária pelo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas por de seus prestadores de serviços atingiu o montante de R\$ 621 milhões.

Existem em tramitação 1560 autuações lavradas pela SRP – Secretaria da Receita Previdenciária, totalizando o valor de R\$ 882,6 milhões. Desse montante, R\$ 605,8 milhões refere-se a dívidas das contratadas pelas quais a Petrobras vem respondendo solidariamente. Ao seu turno, R\$ 276,8 milhões refere-se a débitos diretos da Petrobras, parte já reconhecidos e quitados, que, portanto, não são recuperáveis, e parte que a Petrobras entende indevidos e que se encontram em fase de defesa e/ou recurso administrativo. A fim de assegurar a interposição de recursos e/ou a obtenção da CND (Certidão Negativa de Débito), a Petrobras já depositou administrativamente, até o dia 28 de dezembro de 2006, o valor de R\$ 767,2 milhões, sendo que desse montante R\$ 649,3 milhões foram pagos a título definitivo, de modo que não precisam ser provisionados, pois oferecidos em pagamento. Já a importância de R\$ 117,9 milhões, que foi depositada a título de garantia recursal, poderá ser recuperada no bojo das próprias ações em curso, de maneira que é classificada como perda possível. Dentre as medidas adotadas, além da apresentação de defesas, recursos e pedidos de revisão perante o INSS, foram expedidas notificações para todas as contratadas, visando constituí-las em mora perante a Petrobras, de modo a permitir futuras ações regressivas contra elas.

A Petrobras obteve a anulação de 293 autuações por meio de pedidos de Revisão Administrativa, feito à presidência do Conselho de Recursos da Previdência – CRPS e acredita que os pedidos de revisão ainda não apreciados implicarão na reforma de diversas decisões. Até a presente data foram proferidas 115 decisões favoráveis à Petrobras, sendo 113 no âmbito administrativo e duas em sede judicial, reduzindo o passivo tributário da Petrobras em R\$ 173,2 milhões. Diversas outras decisões implicaram no acolhimento parcial das impugnações da Petrobras, reduzindo parcialmente os lançamentos de diversas autuações, as quais continuam sendo devidamente questionadas pelo saldo remanescente. Recentemente ocorreu o trânsito em julgado de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

29 processos administrativos e, com isso, já foram devolvidos à Petrobras a importância de R\$ 1,3 milhão.

Em tese, do valor total envolvido nas autuações, a parcela referente às dívidas das contratadas poderá ser recuperada pela Petrobras no futuro, seja mediante retenções de pagamentos de faturas futuras, seja mediante a adoção de medidas administrativas ou judiciais específicas a serem implementadas após a conclusão dos respectivos procedimentos administrativos. Foram realizadas diversas reuniões com as contratadas envolvidas objetivando o ressarcimento dos valores que até aqui a Petrobras despendeu com essas autuações. Como não foi possível alcançar algum tipo de acordo, já estão sendo ajuizadas ações no sentido da recuperação judicial de tais valores.

Ações Fiscais

A Delegacia da Receita Federal notificou uma cobrança de aproximadamente R\$ 566 milhões relativos a uma retenção de imposto na fonte (IRRF) que acredita que deveria ter sido paga com relação a remessas para o estrangeiro feitas pela Petrobras entre 1999 e 2002. As remessas relacionavam-se à aquisição de petróleo importado pela Petrobras. Segundo a Delegacia da Receita Federal, tais remessas correspondem ao pagamento de juros, o que, acredita ela, daria origem à cobrança. Os documentos de importação, entretanto, não fazem referência ao alegado pagamento de juros. A Petrobras está no momento contestando esta cobrança. Em maio de 2006, a Petrobras foi notificada que a Delegacia da Receita Federal suspendeu a cobrança do imposto. Entretanto, essa não é uma decisão final e está sujeita a apelação no nível administrativo. O caso ainda pende de julgamento na 2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes), em razão de recurso ofertado pela Receita. Expectativa de perda: Remota

A Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro lavrou dois Autos de Infração contra a Petrobras, ambos em matéria de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relativos aos exercícios de 1998 e 1999 até 2002, respectivamente. O relativo ao exercício de 1998 fez iniciar processo no valor de R\$ 93 milhões em fevereiro de 2003. O relativo aos exercícios 1999 até 2002 fez iniciar o processo administrativo no valor de R\$ 3.063,8 milhões em junho de 2003. Na visão da Receita Federal, a Petrobras deveria ter retido dito tributo no tocante às remessas que efetuou ao exterior, a título de pagamento de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis, embarcações essas utilizadas na exploração e produção de petróleo. Tais Autos de Infração se fundam na alegação de que a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que trata da segurança no tráfego aquaviário, ao definir o que seriam “embarcações” – aparentemente excluindo dessa noção as referidas “plataformas móveis” –, teria afastado benefício fiscal “histórico”, assegurado pela Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, bem como pelos Regulamentos do Imposto de Renda de 1994 e de 1999, como que suprimindo por via oblíqua as regras de “não tributação” (RIR/1994) e de “alíquota zero” (RIR/1999), as quais, há muito, socorrem as remessas em questão. A Petrobras impugnou esses Autos de Infração, sendo que em 1ª e 2ª instâncias administrativas a autuação foi mantida. Foram apresentados novos recursos administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, que ainda pendem de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

julgamento. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos. Expectativa de perda: Possível.

Ações Ambientais

No período de 2000 a 2006, a Petrobras teve vários acidentes, alguns dos quais resultando em significativos vazamentos de óleo: 77.402 galões em 2006, 71.141 galões em 2005, 140.000 galões em 2004, 73.000 galões em 2003, 52.000 galões em 2002 e 691.000 galões em 2001. Em consequência de alguns desses acidentes, várias investigações e processos administrativos, civis e criminais ainda não foram concluídos, e os mais significativos deles estão especificados abaixo. Não podemos prever se outros processos resultarão desses acidentes ou se qualquer outro processo adicional teria um efeito desfavorável relevante para a Petrobras.

Derramamento em Janeiro de 2000 - Baía de Guanabara

Em 18 de janeiro de 2000, um duto que ligava um dos terminais da Petrobras a uma refinaria na Baía de Guanabara se rompeu, provocando o vazamento de aproximadamente 341 mil galões (aproximadamente 1.300 m³) de combustível na baía. A Petrobras atuou no sentido de controlar o derrame num esforço para impedir que o óleo ameaçasse outras áreas. A Petrobras gastou aproximadamente R\$ 104 milhões em suas atividades de limpeza e multas cobradas pelo IBAMA relativas a este derrame, e a Petrobras está sujeita a vários processos judiciais que permanecem em trâmite como resultado do derramamento, incluindo uma ação criminal movida em 24 de janeiro de 2001 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A sentença declarou a ação inválida em virtude da Constituição Federal do Brasil, que permite apenas que pessoas físicas, e não pessoas jurídicas sejam responsabilizadas criminalmente. Essa decisão não está sujeita a recurso. Além disso, em 30 de abril de 2002, uma decisão do tribunal determinou a conclusão do processo criminal. Apesar de essa decisão ser favorável para a Petrobras e não estar sujeita a recurso pelo autor, a Petrobras entrou com um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para obter decisão adicional a seu favor.

Derramamento em Julho de 2000 – Curitiba

Em 16 de julho de 2000, houve um derrame de óleo na refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada a aproximadamente 24 quilômetros de Curitiba, capital do Estado do Paraná, quando vazaram aproximadamente 1,06 milhão de galões (aproximadamente 3.800 m³) de óleo cru na área adjacente. A Petrobras despendeu aproximadamente R\$ 74 milhões nas operações de limpeza e multas aplicadas pelas autoridades do Estado do Paraná. Além disso, em relação a esse derramamento:

- em 1 de agosto de 2000, o IBAMA aplicou multas no valor de R\$ 168 milhões. A Petrobras questionou essas multas mas o IBAMA posteriormente as manteve. Em 3 de fevereiro de 2003, a Petrobras ajuizou uma ação para contestar essas multas e obteve uma liminar que permite buscar uma decisão em relação a esta demanda

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

sem apresentar uma garantia no valor das multas. O juiz determinou a conexão deste processo às outras ações civis públicas. Desta decisão, a companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal. Atualmente a Petrobras aguarda uma decisão final relativa a esta causa;

- várias ações civis foram movidas contra a Petrobras, das quais a mais importante é a ação civil ajuizada em 1 de janeiro de 2001 pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Paraná reivindicando uma indenização de aproximadamente R\$ 2.300 milhões. Em 4 de abril de 2001, a Petrobras apresentou resposta e ainda aguarda uma decisão. Atualmente, o processo encontra-se suspenso, aguardando a realização da perícia; e
- o Ministério Público Federal instituiu ação criminal contra a Petrobras, seu ex-presidente e o ex-superintendente da refinaria REPAR. Uma petição de habeas corpus atualmente suspendeu a ação em favor da Petrobras, de seu ex-presidente e do ex-superintendente da refinaria REPAR. Além disso, a respeito do ex-presidente e do ex-superintendente da refinaria REPAR, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluíram, cada um, seus processos criminais. A Petrobras aguarda uma decisão final quanto ao mérito das ações. O processo foi julgado pelo STJ em 09 de fevereiro de 2006, concedendo habeas corpus a Luiz Eduardo Valente Moreira, que foi excluído da lide. Ademais, o STJ também decidiu suspender a ação penal contra a Petrobras e contra seu ex-presidente.

Vazamento em Fevereiro de 2001 – Rios no Estado do Paraná

Em 16 de fevereiro de 2001, o oleoduto Araucária-Paranaguá da Petrobras se rompeu em consequência de um movimento incomum do solo e aproximadamente 15.059 galões de óleo combustível (aproximadamente 57 m³) foram derramados em vários rios localizados no Estado do Paraná. Em 20 de fevereiro de 2001, a Petrobras já havia concluído a limpeza da superfície dos rios, recuperando aproximadamente 13.738 galões de óleo combustível (aproximadamente 52 m³). Em consequência do acidente:

- o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) multou a Petrobras em aproximadamente R\$ 150 milhões. A Petrobras contestou essa multa, e o IAP reduziu-a para R\$ 90 milhões. A Petrobras contestou a multa reduzida, mas o processo foi suspenso por decisão do tribunal;
- o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná moveram uma ação civil contra a Petrobras reivindicando uma indenização de aproximadamente R\$ 3.700 milhões e para obrigar a Petrobras a tomar determinadas medidas corretivas para prevenir futuros acidentes. Em 19 de julho de 2002, a Petrobras apresentou resposta, mas o processo judicial foi suspenso por decisão do tribunal. Na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal foi determinado pelo Juiz Federal que a competência para o julgamento do

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

caso é da Justiça Estadual. O Ministério Público Federal apresentou agravo desta decisão ao Tribunal Regional Federal, o qual ainda não decidiu a questão. Enquanto não houver pronunciamento do Tribunal Regional Federal acerca da competência, o juiz da Justiça Estadual de Morretes (Estado do Paraná) determinou a suspensão do processo;

- o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) ajuizou ação civil pública, requerendo a recuperação dos danos e indenização do que não for recuperável, no valor aproximado de R\$ 10 milhões. Em 10 de maio de 2006, o juiz determinou que o processo seja suspenso até a determinação de nova data para realização de audiência, onde serão discutidos os termos de perícia a ser feita. A referida audiência ocorrerá apenas após decisão pelo Tribunal Regional Federal acerca da competência para o julgamento do caso (Justiça Federal ou Estadual), mencionada acima; e
- a Polícia Federal do Estado do Paraná conduziu uma investigação criminal, que foi concluída.

Março de 2001 – Explosão na plataforma P-36 - Campo de Roncador

Em 15 de março de 2001, uma explosão de gás dentro de um das colunas da plataforma de produção P-36, localizada no campo de Roncador (a 75 milhas da costa brasileira) resultou na morte de 11 funcionários e no naufrágio da plataforma. O acidente provocou também o derramamento de 396.300 galões de óleo (aproximadamente 1.500 m³) no oceano. Em consequência do acidente:

- o Ministério Público Federal ajuizou uma ação em 23 de janeiro de 2002 exigindo o pagamento de R\$ 100 milhões por danos ambientais, entre outras demandas. A Petrobras apresentou defesa contra essas demandas e aguarda uma decisão; e
- o IBAMA aplicou multas que somam aproximadamente R\$ 7 milhões. Essas multas estão sendo contestadas através de processos administrativos. Em relação a uma dessas multas (no valor de R\$ 2 milhões), o processo administrativo junto o IBAMA terminou, e a multa foi mantida. A PETROBRAS deverá ingressar em juízo em breve com ação anulatória dessa multa.

Outubro de 2002 - acidente na FPSO P-34

Em 13 de outubro de 2002, uma falta de energia na FPSO P-34, localizada nos campos de Barracuda-Caratinga, afetou o sistema de balanço de água da embarcação e fez com que a água saísse dos tanques de armazenamento localizados num dos lados da embarcação para os tanques no lado oposto levando a FPSO a adernar 40 graus. Quatro dias depois, a estabilidade da embarcação havia sido restaurada, sem vítimas ou derramamento de óleo no mar. Como resultado da investigação desse acidente várias

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

medidas destinadas a impedir acidentes semelhantes foram incorporadas ao Programa de Excelência Operacional-PEO da Petrobras. Em relação a este acidente:

- a Petrobras assinou o Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC, com o IBAMA, relativo às suas atividades de produção na Bacia de Campos, de acordo com um Decreto Presidencial publicado em 12 de dezembro de 2002. No TAC, a Petrobras concordou em implementar determinadas ações na Bacia de Campos visando a redução dos riscos de danos ambientais;
- após o acidente com a FPSO P-34, a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA aplicou uma multa de R\$ 1 milhão alegando que a licença de exploração na Bacia de Campos havia expirado. Esta multa está sendo contestada através de processos administrativos; e
- em 16 de janeiro de 2003, o Ministério Público Federal impetrou um mandado de segurança contra a Petrobras, o IBAMA e a Agência Nacional do Petróleo – ANP, para contestar a validade da carta de intenções e do TAC e impedir a Petrobras de obter junto ao IBAMA novas licenças para as plataformas da Petrobras localizadas na Bacia de Campos. O juiz aceitou parcialmente a petição do autor referente a uma liminar. O Tribunal suspendeu a liminar, mantendo a validade do TAC e esta decisão não está sujeita a recurso. O processo continuará até que o juiz pronuncie a sentença final sobre o mérito do pleito, e tal sentença estará sujeita a futuras apelações.

Perfurações na Bacia de Campos

Em 3 de fevereiro de 2006, o IBAMA aplicou uma multa à Petrobras no valor de R\$ 213,2 milhões pela realização de algumas perfurações na bacia de Campos em uma alegada violação termo de ajustamento de conduta assinado entre a Petrobras e o IBAMA em 11 de agosto de 2004. Em 16 de fevereiro de 2006, a Petrobras contestou a multa por meio de um processo administrativo com o IBAMA, porém, nenhuma decisão foi ainda proferida. A Petrobras acredita que a perfuração realizada na costa brasileira, incluindo a perfuração realizada na Bacia de Campos, é legítima com base na Licença de Perfuração Prévia do IBAMA, Decreto do Governo Federal de 9 de dezembro de 2002, e no termo de ajustamento de conduta assinado entre a Petrobras e o IBAMA, que foi aditado, tendo seu prazo de validade sido estendido até 30 de junho de 2007.

Poluição em Cubatão

Em 15 de janeiro de 1986, o Ministério Público do Estado de São Paulo e a União dos Defensores da Terra, entraram com uma ação civil pública contra a Petrobras e 23 outras empresas do pólo petroquímico da Região de Cubatão junto ao Tribunal de Justiça do São Paulo sob a alegação de danos causados por poluição. Esta ação está em fase do levantamento de provas. Embora os autores reivindiquem danos correspondentes a US\$ 89.500 em uma petição inicial apresentada ao Tribunal, o Ministério Público do Estado de São Paulo declarou publicamente que US\$ 800 milhões seriam em última instância

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

necessários para remediar os alegados danos ambientais. O Tribunal recusou-se a declarar a responsabilidade conjunta das rés e a Petrobras acredita que será difícil determinar os danos ambientais atribuíveis a cada ré.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Com o intuito fornecer informações para um melhor entendimento da Petrobras, procurou-se abordar pontos que possibilitassem uma visão mais abrangente da empresa. Dividiu-se, então, esta seção nas seguintes partes: descrição das Áreas de Negócios da Companhia e descrição das atividades das subsidiárias.

ÁREAS DE NEGÓCIOS

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás da área de Exploração e Produção transferida para outras áreas da Petrobras.

Nas demonstrações por áreas de negócio, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovada em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

a – Exploração e produção

Abrange, por intermédio da Petrobras, da Brasoil, PNBV, e PIB BV, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de óleo, líquido de gás natural e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de óleo e/ou aproveitando oportunidades comerciais;

b – Abastecimento

Contempla, por intermédio da Petrobras, Downstream (Refap S.A), Transpetro, Petroquisa, Brasoil, PIFCO, BOC, PIB BV e PNBV, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e alcoóis, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes;

c – Distribuição

Responsável pela distribuição de derivados e álcoois e gás natural veicular no Brasil, representada basicamente pelas operações da BR Distribuidora;

d – Gás e Energia

Engloba, por intermédio da Petrobras, Gaspetro, Petrobras Energia e BR Distribuidora, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no País ou importado, as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural, e em termelétricas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

e – Internacional

Abrange, por intermédio da PIB BV Holanda, Brasoil, PIFCO, Downstream (EG-3), BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, abastecimento e de gás e energia e distribuição realizadas em treze países ao redor do mundo.

f – Corporativo

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos empregados, aposentados e beneficiários.

SUBSIDIÁRIAS E COLIGADAS– Descrição das Atividades

PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comércio, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.

PETROBRAS GÁS S.A. – GASPETRO

Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.

PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA.

Participa, direta e indiretamente, em sociedades que atuam em diversos segmentos da indústria de petróleo.

PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY – PIFCo

Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema PETROBRAS e de captação de recursos no exterior.

PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. – PCEL

Tem como objeto social o comércio, a importação e a exportação de energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de geração e cogeração de energia elétrica em geral e também a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades, facultada a participação no capital de outras.

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

Tem como objeto a participação no capital social de outras sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.

PETROBRAS INTERNACIONAL BRASPETRO B.V. – PIB BV

Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

Tem como objetivos principais, atuando diretamente ou por intermédio de controladas, exercer as atividades de compra, venda, "lease", aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.

UTE NOVA PIRATININGA LTDA.

Tem como objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção e a exploração de central termelétrica no município de São Paulo, além da prestação de serviços relacionados com suas atividades operacionais.

FAFEN ENERGIA S.A.

Tem por objetivo a implantação e a exploração comercial de central termelétrica mediante processo de co-geração, localizada no Município de Camaçari, Estado da Bahia, para transformação de gás e água desmineralizada em energia elétrica e térmica destinadas à fábrica de fertilizantes nitrogenados da PETROBRAS e comercialização a terceiros do excedente.

PETROBRAS COLÔMBIA

Em fase de liquidação atuava nas atividades da indústria petrolífera, principalmente aquelas relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás, refino e prestação de serviços especializados e de assistência técnica na Colômbia.

5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA.

Originalmente constituída dentro do projeto UTE Cubatão durante o período da crise energética, sua atividade era a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para região da baixada santista. Com o fim da crise, o projeto hoje integra a melhoria do sistema de abastecimento de energia da UN-RPBC da refinaria de Cubatão.

SFE – SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

A usina termoeétrica objetiva a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, importação e distribuição de gás natural.

TERMOCEARÁ LTDA.

Tem como objetivo a geração e comercialização de energia, intermediando a compra e venda de energia elétrica, seja no Mercado Atacadista de Energia Elétrica ("MAE") ou em outro foro regulamentado.

TERMORIO S.A.

Tem por objeto a geração e comercialização de energia para o Sistema Integrado Nacional (SIN).

TERMOBAHIA S.A.

Tem por objeto a geração de energia a partir da transformação de energia térmica através de queima de gás natural.

IBIRITERMO S.A.

Tem por objeto a geração de energia a partir da transformação de energia térmica, com a queima de gás natural e que pode funcionar em ciclo aberto ou simples, combinado, co-geração ou co-geração em ciclo combinado.

Descrição das atividades das controladas em conjunto

A PETROBRAS exerce o controle compartilhado sobre as termoeletricas TERMOSEGIPE, TERMOAÇU, TERMOGAÚCHA, UTE NORTE FLUMINENSE, COMPANHIA MEGA e a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

DO NORDESTE que foram consolidadas na proporção das participações no capital social.

A GNL DO NORDESTE é uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construída no complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, visa a revaporização do GNL.

A COMPANHIA MEGA tem como sua principal atividade agregar valor ao gás natural através da separação e fracionamento de seus componentes ricos a fim de recuperar o etano que constitui a principal matéria prima das indústrias petroquímicas da Argentina que exporta seus componentes líquidos para outros países.

As demais são termoelétricas e exercem as atividades de geração de energia elétrica, a partir da transformação de energia térmica, proveniente da queima do gás natural e que podem funcionar em ciclo aberto ou simples, combinado, cogeração ou cogeração em ciclo combinado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Investimentos Consolidados

• A PETROBRAS, cumprindo as metas traçadas no seu planejamento estratégico, continua investindo prioritariamente no desenvolvimento de sua capacidade de produção de petróleo e gás natural, através de investimentos próprios e da estruturação de empreendimentos com parceiros. No exercício de 2006, os investimentos totais alcançaram R\$ 33.686 milhões, representando um aumento de 31% sobre os recursos aplicados em 2005.

	R\$ milhões				
	Exercício				
	2006	%	2005	%	Δ%
• Investimentos Diretos	29.769	88	22.927	90	30
Exploração e produção	15.314	45	13.934	54	10
Abastecimento	4.181	12	3.286	13	27
Gás e Energia	1.566	5	1.527	6	3
Internacional	7.161	21	3.153	12	127
Distribuição	642	2	495	2	30
Corporativo	905	3	532	3	70
• Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	3.507	11	2.385	9	47
• Empreendimentos em Negociação	409	1	311	1	32
• Projetos Estruturados	1	-	87	-	-
Total de investimentos	33.686	100	25.710	100	31

	R\$ milhões				
	Exercício				
	2006	%	2005	%	Δ%
Internacional					
Exploração e produção	5.300	74	2.758	87	92
Abastecimento	1.250	18	212	7	490
Gás e Energia	134	2	79	3	70
Distribuição	308	4	38	1	711
Outros	169	2	66	2	156
Total de investimentos	7.161	100	3.153	100	127

	R\$ milhões				
	Exercício				
	2006	%	2005	%	Δ%
Projetos Desenvolvidos por SPEs					
Marlim Leste	1.052	30	789	33	33
PDET Off Shore	286	8	231	10	24
Barracuda e Caratinga	64	2	288	12	(78)
Malhas	653	19	834	35	(22)
Cabiúnas	-	-	5	-	-
Gasene	567	16	-	-	-
EVM	30	1	-	-	-
CDMPI	315	9	-	-	-
Mexilhão	119	3	-	-	-
Amazônia	421	12	238	10	77
Total de investimentos	3.507	100	2.385	100	47

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Segurança, Meio Ambiente e Saúde(SMS)

A gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) na Petrobras tem o objetivo de consolidar os aspectos de SMS como valores intrínsecos aos processos de planejamento e gerenciamento da Companhia. Explicitada no Plano Estratégico 2015, a política de SMS possui 15 diretrizes corporativas, aprovadas pela Diretoria Executiva e desdobradas em padrões de diversos níveis, reunidos em um manual de gestão.

As diretrizes orientam o desenvolvimento e a execução de planos de ação corporativos e de planos específicos para as unidades de negócio e serviço, a fim de que os objetivos de SMS sejam alcançados em todos os níveis. O comprometimento visível da liderança e a qualificação estão entre as questões abordadas pelas diretrizes corporativas. Em 2006, 1.143 auditorias comportamentais contaram com a participação da Alta Administração, gerentes executivos ou gerentes gerais da Companhia. Este processo constitui-se de visitas a campo para observação e correção de desvios nas frentes operacionais. O presidente ou os diretores participaram de 28 delas.

A agenda estratégica da Petrobras inclui o Projeto Estratégico Excelência em SMS que pretende assegurar que a Companhia atinja em 2015 níveis de desempenho equivalentes aos das melhores empresas internacionais do setor petróleo e gás, por meio de ações corporativas distribuídas em seis iniciativas: Gestão Integrada de SMS; Eco-eficiência de Operações e Produtos; Prevenção de Acidentes, Incidentes e Desvios; Saúde dos Trabalhadores; Prontidão para Situações de Emergência; e Minimização de Riscos e Passivos ainda Existentes.

A Petrobras aplicou R\$ 3,21 bilhões em SMS em 2006. Do total, R\$ 1,77 bilhão foram destinados a programas, projetos e ações de segurança; R\$ 1,20 bilhão ao meio ambiente e R\$ 238 milhões à saúde. Esses valores não incluem dispêndios com a Assistência Multidisciplinar de Saúde nem com o patrocínio de programas e projetos ambientais desenvolvidos por organizações da sociedade.

Parte desses gastos – R\$ 850 milhões – foi feita através do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso), que tem a finalidade de eliminar riscos e passivos nas instalações e atividades da Companhia. A iniciativa – uma das maiores do gênero na indústria petrolífera mundial – demandou investimentos e despesas operacionais de R\$ 10,49 bilhões desde 2000.

O Pegaso inclui dispêndios de R\$ 373 milhões efetuados pela Transpetro, dos quais R\$ 90 milhões foram alocados ao Programa de Integridade de Dutos e aplicados em projetos de inspeção, teste, avaliação, reparo e reabilitação de oleodutos e gasodutos.

A execução da política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde na Petrobras é aferida pelo Programa de Avaliação da Gestão de SMS. Em 2006, foram avaliadas 27 unidades operacionais no Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela e Colômbia totalizando 96% das avaliações previstas para o período. As avaliações têm como base as diretrizes corporativas e as normas ISO 14001 e OHSAS 18001, que certificam os sistemas de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

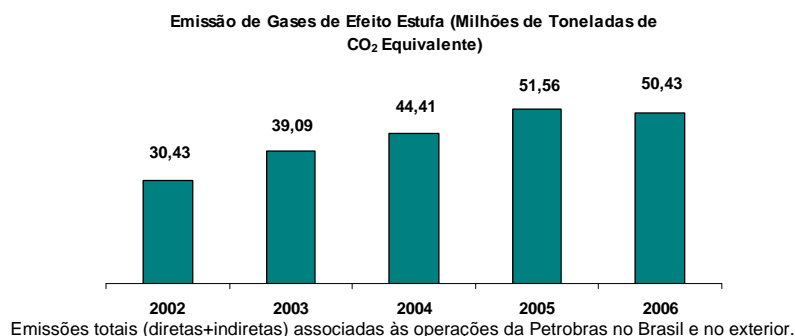
gestão ambiental e de saúde e segurança de 159 instalações no Brasil e de 20 no exterior, o que representa aproximadamente 84% das instalações certificáveis no País e 100% das localizadas no exterior.

Meio ambiente

As ações de responsabilidade ambiental em 2006 estiveram associadas principalmente à gestão de emissões atmosféricas, recursos hídricos, efluentes líquidos e resíduos; à avaliação e monitoramento de ecossistemas; à remediação de áreas impactadas e à garantia da conformidade das instalações e operações às exigências legais.

Emissões

A Petrobras monitora, por meio do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (Sigea), os principais gases de efeito estufa – GEE (dióxido de carbono, metano e óxido nítrico) – que emite em suas atividades. O monitoramento se estende ao monóxido de carbono, óxidos de enxofre e nitrogênio, compostos orgânicos voláteis e material particulado.



O nível de emissões verificado em 2005 está relacionado a problemas operacionais, entrada em operação de um grande número de plataformas de produção e variações na produção, qualidade de carga e nas especificações de produtos nas refinarias.

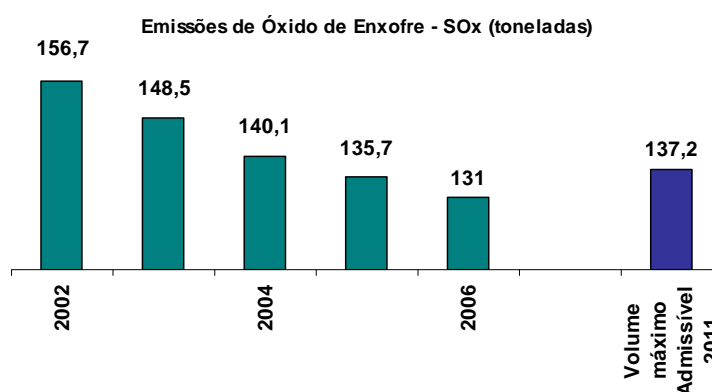
Em 2006, a Companhia alienou ou deixou de ser operadora de ativos na Argentina e Venezuela.

A Petrobras estabeleceu em 2006 o indicador Emissões Evitadas de Gases de Efeito Estufa (EEGEE), a fim de monitorar o resultado de seus esforços para reduzir a intensidade de emissão daqueles gases em suas operações. O compromisso da empresa para 2011 é evitar a emissão de 3,93 milhões de toneladas de GEE (em termos de CO₂ equivalente). De 2006 a 2011, deverá ser evitada a emissão de um total de 18,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

Os resultados de emissões de SO_x (óxidos de enxofre) apresentados para o período 2002 a 2006 não incluem as emissões provenientes de navios afretados, que são mostradas separadamente na tabela.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS



Ano	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>
Emissão SOx Navios Afretados (toneladas)	n.d.	12,3	13,6	15,9	21,0

Eficiência Energética

O Programa Interno de Conservação de Energia desenvolve, coordena e implementa as atividades relacionadas à eficiência energética, promovendo a redução relativa da queima de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, das emissões de CO₂, um dos principais gases de efeito estufa.

Com o intuito de atingir as metas de redução de consumo de energia e de emissões estabelecidas, além dos projetos citados, vem se buscando atuar junto às Unidades da Petrobras por intermédio da realização de diagnósticos energéticos em unidades industriais. Está prevista, ainda, a atuação junto às Unidades de Negócio que operarão futuras plataformas de produção, para que as bases de projeto sejam desenvolvidas com foco também na eficiência energética.

As ações do programa proporcionaram a economia de aproximadamente 2.500 barris de óleo equivalente por dia, em 2005. O ganho não é apenas econômico, mas também

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

ambiental, já que a Companhia reduziu suas emissões de CO₂, com a queda relativa do consumo de energia elétrica e da queima de combustíveis fósseis.

Recursos hídricos e efluentes

A Petrobras aprovou em 2006 o seu padrão corporativo de gestão de recursos hídricos e efluentes, que abrange a reutilização e a otimização do uso da água em suas operações e a proteção de corpos hídricos em suas áreas de influência.

A elaboração de balanços hídricos detalhados para as refinarias e fábricas de fertilizantes é uma das ações alinhadas aos requisitos do padrão. Tais estudos, que incluem a avaliação da capacidade de suporte dos corpos hídricos que recebem efluentes dessas unidades, deverão ser concluídos em 2007.

Na área de exploração e produção, um projeto visa à auto-suficiência em água doce das plataformas da Bacia de Campos, o que reduzirá em 1,1 mil m³/dia a captação no Rio Macaé. Outra iniciativa, concluída em 2006, promove a reinjeção de água na produção de petróleo no campo de Fazenda Belém, com redução de 2 mil m³/dia na captação de água do aquífero Açu, principal reserva hídrica do semi-árido brasileiro.

Resíduos sólidos

A Companhia gerou 315 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos, no Brasil e no exterior, em 2006. No período, 268 mil toneladas de resíduos perigosos foram tratadas ou dispostas de forma ambientalmente adequada.

Biodiversidade

A Petrobras aprovou em 2006 o seu padrão corporativo de gestão de impactos potenciais à biodiversidade, tendo por base o compromisso estratégico de aplicação dos princípios de responsabilidade ambiental em todas as etapas de seus empreendimentos, incluindo planejamento, implantação, operação e desmobilização.

O padrão contempla a caracterização de áreas protegidas ou ambientalmente sensíveis influenciadas pelas operações da Companhia, visando à proteção, mitigação de impactos à biodiversidade e recuperação desses locais. Com esse objetivo está sendo realizada desde março de 2005, com investimento estimado em R\$ 9 milhões, uma pesquisa de avaliação dos diversos ecossistemas da Baía de Guanabara. Cerca de 75% dos trabalhos de caracterização da fauna do fundo da Baía, incluídos na pesquisa, já foram realizados. Na Amazônia, estudos com universidades e institutos de pesquisa avaliam os impactos potenciais das operações da Petrobras nos ecossistemas do entorno.

Prontidão para atuação em emergências

A estratégia da Petrobras para situações de emergência integra os recursos de contingência de suas unidades de negócio a embarcações dedicadas em operação na costa brasileira e aos Centros de Defesa Ambiental (CDAs). Os CDAs operam 24 horas por dia, com profissionais capacitados e equipamentos para ações ágeis e eficazes – entre eles, embarcações, recolhedores de óleo e barreiras de contenção e absorção.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

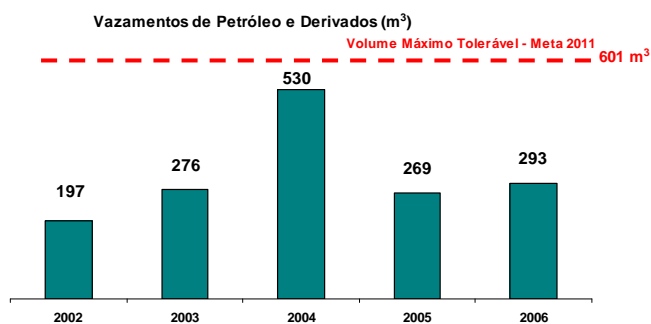
15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

São nove CDAs no País, com seis bases avançadas na Região Norte, uma em Natal, uma na base Naval de Mocanguê no Rio de Janeiro e uma em Uberaba. Essa rede de proteção contra os efeitos de acidentes, que pode contar com recursos dos órgãos públicos e das comunidades, dispõe de planos de emergência, que cobrem todas as regiões brasileiras, e é avaliada periodicamente com exercícios simulados. Em 2006, foram 7 simulados regionais, com participação da Marinha do Brasil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, órgãos ambientais, prefeituras e comunidade local. Foram realizados ainda dois simulados em unidades da Companhia localizadas na Argentina.

A Companhia mantém em operação permanente três embarcações dedicadas ao combate a emergências, na Baía de Guanabara, no litoral de São Paulo e na costa de Sergipe e Alagoas.

Vazamentos de petróleo e derivados

O volume de vazamentos em 2006 manteve-se no patamar de 2005, situando-se em nível de excelência no contexto da indústria mundial de petróleo e gás. O volume de petróleo e derivados vazado foi inferior ao limite máximo admissível de 475 m³ estabelecido para o ano. O limite de vazamentos para 2011 foi definido em 601 m³, levando em conta o aumento de produção e a incorporação ao indicador de novas fontes potenciais de vazamentos, como os caminhões-tanque a serviço da Petrobras Distribuidora.



Computados os vazamentos acima de 1 barril (0,159 m³) que tenham atingido o meio ambiente externamente à instalação.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	2,85	10,87	SIM	10.409	2.833.510
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	11,66	44,46	SIM	13.048	11.587.742
03	OUTRAS	13,20	50,32	SIM	167.214	13.114.805

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

1 - OPERAÇÕES DE VENDA DE PETRÓLEO E DERIVADOS:

- PETROBRAS QUÍMICA S.A – PETROQUISA
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A – BR
- BRASPETRO OIL SERVICES CO. - BRASOIL
- PETROBRAS AMÉRICA INC. - PAI
- PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE CO. – PIFCo
- PETROBRAS FINANCE LTD – PFL
- REFAP S.A.

2- OPERAÇÕES DE AFRETAMENTO DE NAVIOS E PLATAFORMAS:

- BRASPETRO OIL SERVICES CO. - BRASOIL
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY – FIC
- PETROBRAS NETHERLANDS BV - PNBV

3 - OPERAÇÕES DE COMPRA DE PETRÓLEO E DERIVADOS:

- PETROBRAS QUÍMICA S.A – PETROQUISA
- BRASPETRO OIL SERVICES CO. - BRASOIL
- PETROBRAS AMÉRICA INC - PAI
- PETROBRAS FINANCE COMPANY – PIFCo
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. – BR
- REFAP S.A.

4- OPERAÇÕES DE MÚTUO:

- PETROBRAS FINANCE COMPANY - PIFCo
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

- PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO
- TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG
- BRASOIL OIL COMPANY – BOC
- REFAP S.A.
- IBIRITERMO LTDA
- TERMORIO S.A
- TERMOBAHIA S.A
- BRASKEM S.A

5 – OPERAÇÕES COM ENERGIA:

PETROBRAS ENERGIA LTDA

6 – OUTRAS INFORMAÇÕES:

As operações comerciais da PETROBRAS com suas subsidiárias e controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela PETROBRAS, com a subsidiária PIFCo, possuem prazo maior de liquidação em função da PIFCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

7 - INVESTIMENTOS EM AÇÕES:

	Participação no capital - %			
	2006		2005	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA e suas controladas (v)	100,00	100,00	99,00	99,99
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL e suas controladas (i)	100,00	100,00	99,99	99,99
BRASPETRO OIL COMPANY - BOC e sua controlada (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB e suas controladas (i) (v) (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL	99,00	99,00	99,00	99,00
PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO e sua controlada (v)	99,95	99,95	99,95	99,95
PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO e suas controladas (v)	99,94	99,94	99,94	99,94
PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV e suas controladas(i)	100,00	100,00	100,00	100,00
UTE NOVA PIRATININGA LTDA.	99,00	99,00	99,00	99,00
FAFEN ENERGIA S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.	100,00	100,00	100,00	100,00
BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA.	100,00	100,00	100,00	100,00
SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
TERMORIO S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
TERMOCEARÁ LTDA.	100,00	100,00	100,00	100,00
TERMOMACAÉ LTDA (vi)	100,00	100,00		
TERMOMACAÉ COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA (vi)	100,00	100,00		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RB LOGISTICA - FII (vi)	98,96	98,96		
Controladas em conjunto (ii)				
TERMOGAÚCHA USINAS TERMOELÉTRICAS S.A.			25,00	25,00
TERMOSERGIPE S.A.			20,00	20,00
USINA TERMOELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL DO NORDESTE LTDA.	50,00	50,00	50,00	50,00
COMPANHIA MEGA S.A. (i)			34,00	34,00
TERMOBAHIA S.A.(iii)	31,00	31,00	29,00	29,00
IBIRITERMO S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
TERMOAÇU S.A.	62,43	62,43	33,90	33,90

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)

ALBACORA JAPÃO PETRÓLEO LTDA.
BARRACUDA & CARATINGA LEASING COMPANY B.V. (i)
BLADE SECURITIES LIMITED (i)
CAYMAN CABIUNAS INVESTMENT CO. (i)
CHARTER DEVELOPMENT LLC - CDC (i)
CODAJAS COARI PARTICIPAÇÕES LTDA.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI
COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLÍFEROS S.A. - CLEP
COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA S.A.
EVM LEASING CORPORATION (i)
GASENE PARTICIPAÇÕES LTDA.
MANAUS GERAÇÃO TERMELETRICA PARTICIPAÇÕES LTDA.
NOVA MARLIM PETRÓLEO S.A.
NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S.A.
NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A.
PDET OFFSHORE S.A.
COMPANHIA MEXILHÃO DO BRASIL

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda do país de origem.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela PETROBRAS de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a PETROBRAS, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.

8 - OPERAÇÕES COM O BNDES E BNDESPAR:

A Companhia também mantém operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, principal instituição financeira de fomento do País cujo acionista controlador é a União Federal.

A Companhia emitiu debêntures com a finalidade de financiar, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (*TCO - Transportation Capacity Option*), totalizaram R\$ 430.000 (43.000 títulos, com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures possuem garantia concedida pela GASPETRO, interveniente da operação, ao BNDES de ações ordinárias de sua propriedade, emitidas pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG controlada da GASPETRO.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à PETROBRAS. Os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, TBG, PETROBRAS, PETROQUISA e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

Em 2 de agosto de 2006 a Assembléia Geral Extraordinária da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A. aprovou o valor da emissão privada de debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de R\$ 852.600, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar sua capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m³/dia para 30.000 m³/dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais processada.

A emissão terá as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23/06/2006): prazo de emissão até 30 de dezembro de 2006 e amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures serão subscritas pelo BNDES com juros de TJLP+3,8%a.a.; 10% das debêntures serão subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES+2,3%a.a.

Em 08 de setembro de 2006, foi assinado o Contrato de Financiamento, com a liberação da 1º parcela dos recursos no montante de R\$ 601.000.

A parcela restante será liberada mediante comprovação de gastos com a ampliação da refinaria, até fevereiro de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS

Capítulo I Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, cinqüenta por cento, mais uma ação, do capital votante da Sociedade.

Art. 2º A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais, escritórios.

Art. 3º A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§ 1º As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 2º A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Capítulo II Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º O Capital Social é de R\$ 52.644.460.440,00 (cinqüenta e dois bilhões, seiscentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil e quatrocentos e quarenta reais), dividido em 4.387.038.370 (quatro bilhões, trezentos e oitenta e sete milhões, trinta e oito mil e trezentos e setenta) ações sem valor nominal, sendo 2.536.673.672 (dois bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil e seiscentos e setenta e duas) ações ordinárias e 1.850.364.698 (um bilhão, oitocentos e cinqüenta milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa e oito) ações preferenciais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 1º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, em até R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais), mediante a emissão de ações preferenciais e até o limite quantitativo de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, para integralização: a) em moeda; b) em bens, observada a prévia deliberação da Assembléia Geral para avaliação destes (inciso IV do art. 122 da Lei das Sociedades por Ações); c) mediante capitalização de crédito.

§ 2º Os aumentos de capital mediante a emissão de ações ordinárias serão submetidos previamente à deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 (trinta) dias para o seu exercício, para os antigos acionistas, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, bem como permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 4º A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§ 5º O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

Art. 5º As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§ 1º As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§ 2º As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§ 3º As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

Art. 6º A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, dependendo do órgão que autorizou o

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

aumento do capital no limite do autorizado. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 10º Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11 Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral.

Art. 12 Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13 O acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, de 1976, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§ 1º A representação da União nas Assembléias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 2º Na Assembléia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei no 6.404, de 1976, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembléia.

Capítulo III Das Subsidiárias e Coligadas

Art. 14 Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 1997, constituir subsidiárias, bem como associar-se, majoritária e/ou minoritariamente a outras empresas.

Art. 15 Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

Art. 16 As sociedades subsidiárias e controladas obedecerão às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, as quais estarão vinculadas às diretrizes e ao planejamento estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras, bem como às regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras através de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica.

Parágrafo único. As relações com as empresas subsidiárias, coligadas e controladas serão mantidas por intermédio de membro da Diretoria Executiva, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Capítulo IV Da Administração da Sociedade

Seção I Dos Conselheiros e Diretores

Art. 17 A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Art. 18 O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, cinco membros até nove membros eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas, a qual designará dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo único. No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembléia Geral.

Art. 19 No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembléia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I - É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

II - É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembléia Geral, não se aplicando à Companhia a regra contida no § 4º do art. 8º da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

III - Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto.

Art. 20 A Diretoria Executiva será composta de um Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até seis Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com prazo de gestão que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§ 1º O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos Diretores a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração, conforme o Código de Boas Práticas, na forma do inciso VII do art. 29 deste Estatuto.

§ 3º O Presidente e os Diretores farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias, que lhes serão concedidas pela Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

Art. 21 A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 1976, não podendo, também, ser investidos no cargo os que no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal tiverem ascendentes, descendentes ou colaterais.

Art. 22 Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§ 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por essas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

§ 2º A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§ 3º Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 23 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei nº 6.404, de 1976, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo sociedades em que participem com mais de 10% (dez por cento), ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§ 1º A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§ 2º A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Art. 24 Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 25 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei nº 6.404, de 1976.

Parágrafo único. O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

Art. 26 A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, por sua Diretoria, individualmente por seu Presidente, ou por dois Diretores em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 27 O Presidente e os Diretores não poderão ausentar-se do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§ 1º Ao Presidente, na forma do inciso IV do art. 38, compete designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento de um Diretor, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 3º No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor, sem no entanto exercer direito de voto.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 28 O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV - avaliar resultados de desempenho;

V - aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII do art. 33 deste Estatuto Social, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

VI - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VII - fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos;

VIII - aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva;

IX - deliberar sobre aumento de capital com emissão de ações preferenciais, dentro do limite autorizado, na forma do § 1º do art. 4º deste Estatuto Social.

Art. 29 Compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

I - Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores, por proposta do Presidente, dos encargos correspondentes às áreas de contato definidas no referido plano;

II - autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, observadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

III - aprovação da permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV - eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V - constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VI - convocação de Assembléia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VII - aprovação de um Código de Boas Práticas e do seu Regimento Interno, o qual deverá prever a indicação de Relator e a constituição de Comitês do Conselho compostos por alguns de seus membros, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VIII - aprovação das Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

IX - escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

X - relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XI - criação do Comitê de Negócios e aprovação das atribuições e regras de funcionamento desse Comitê, consistentes com o Plano Básico de Organização, as quais devem ser divulgadas ao mercado, resumidamente, quando da publicação das demonstrações financeiras da Companhia, ou quando de sua alteração;

XII - assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral, dependam de sua deliberação;

Parágrafo único. O Comitê de Negócios de que trata o inciso XI submeterá à Diretoria Executiva seu parecer sobre as matérias corporativas que envolvam mais de uma área de negócios, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 30 O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.

Art. 31 O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, vídeo-conferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§ 2º As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

§ 3º O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar Diretores da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§ 4º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.

§ 5º Em caso de empate, o Presidente do Conselho poderá exercer o voto de qualidade.

Seção III Da Diretoria Executiva

Art. 32 Cabe à Diretoria Executiva exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 33 Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

b) o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;

c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;

d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;

II - aprovar:

a) critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;

b) critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;

c) política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;

d) planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;

e) manuais e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia;

f) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;

g) plano anual de seguros da Companhia;

h) a estrutura básica dos órgãos da Companhia e suas respectivas Normas de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos operacionais ou correspondentes, bem como órgãos temporários de obras, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;

i) planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;

j) a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

k) a designação dos titulares da Administração Superior da Companhia;

l) os planos anuais de negócios;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

m) formação de consórcios, de "joint-ventures", e de sociedades de propósito específico, no País e no exterior;

III - autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamento no País ou no exterior, inclusive mediante emissão de títulos;

IV - autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

V - autorizar a aquisição, na forma da legislação específica, de bens imóveis, navios e unidades marítimas de perfuração e produção, bem como gravame e a alienação de ativos da Companhia;

VI - autorizar a alienação ou gravame de ações ou cotas de sociedades nas quais a Companhia detenha mais de 10% (dez por cento) do capital social, bem como a cessão de direitos em consórcios ou "joint-ventures" em que a Companhia possua mais de 10% (dez por cento) dos investimentos, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VII - autorizar a celebração de convênios ou contratos com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VIII - autorizar, na forma da legislação específica, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

IX - acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;

X - deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;

XI - criar outros Comitês, vinculados ao Comitê de Negócios, aprovando as respectivas regras de funcionamento e atribuições, consistentes com o Plano Básico de Organização.

Art. 34 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de dois terços dos Diretores.

Parágrafo único. As matérias submetidas à apreciação da Diretoria Executiva serão instruídas com as manifestações da área técnica, do Comitê de Negócios, e ainda do parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 35 Além das matérias de competência originária de deliberação colegiada previstas no art. 33 deste Estatuto, a Diretoria Executiva poderá deliberar sobre os atos de gestão de negócios de responsabilidade individual de cada um dos Diretores, dentro das áreas de contato fixadas pelo Conselho de Administração no Plano Básico de Organização. Compete ainda aos Diretores:

I - instruir os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais, aprovadas pela Diretoria Executiva;

III - designar empregados da Companhia para missões no exterior;

IV - assinar atos, contratos e convênios, bem como movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor.

Art. 36 As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente poderá exercer o voto de qualidade.

Art. 37 A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Seção IV Do Presidente

Art. 38 Cabem ao Presidente a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - propor ao Conselho de Administração a distribuição, entre os Diretores, das áreas de contato definidas no Plano Básico de Organização;

III - propor ao Conselho de Administração os nomes para Diretores da Companhia;

IV - designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual, em suas ausências e impedimentos;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

V - acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;

VI - designar os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

VII - prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional.

Capítulo V Da Assembléia Geral

Art. 39 A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40 A Assembléia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I - reforma do Estatuto;

II - aumento do limite do capital autorizado;

III - aumento do capital social, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4o deste Estatuto;

IV - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

V - redução do capital social;

VI - emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

VII - incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

VIII - participação da Companhia em grupo de sociedades;

IX - alienação do controle do capital social de subsidiárias da Companhia;

X - destituição de membros do Conselho de Administração;

XI - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;

XII - fixação da remuneração dos administradores;

XIII - cancelamento do registro de Companhia aberta;

XIV - escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou do desenquadramento às regras de padrão de governança societária, definidas por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, visando o cumprimento das regras estabelecidas na competente regulamentação de práticas diferenciadas de governança corporativa editada por tais entidades, e de acordo com os termos dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com essas mesmas entidades;

XV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas.

§ 1º A deliberação da matéria prevista no inciso XIV deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§ 2º Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 41 A Assembléia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica.

Art. 42 As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembléia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Capítulo VI Do Conselho Fiscal

Art. 43 O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até cinco membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, acionistas ou não, dos quais um será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.

§ 1º Dentre os membros do Conselho Fiscal, um será indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

§ 2º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

Art. 44 O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, permitida a reeleição.

Art. 45 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembléia Geral que os elege, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 1996.

Art. 46 Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembléia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V - convocar a Assembléia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII Dos Empregados da Companhia

Art. 47 Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 48 A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 49 As funções da Administração Superior e os poderes e responsabilidades dos respectivos titulares serão definidos no Plano Básico de Organização da Companhia.

§ 1º As funções a que se refere o *caput* deste artigo poderão, excepcionalmente e a critério da Diretoria, ser atribuídas a técnicos ou especialistas estranhos ao quadro permanente da Companhia.

§ 2º As funções gerenciais que devam integrar o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão os poderes e responsabilidades dos titulares definidos nas normas dos respectivos órgãos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 50 Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 51 A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII Disposições Gerais

Art. 52 As atividades da Petrobras obedecerão a um Plano Básico de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração, que conterà a estrutura geral e definirá a natureza e as atribuições de cada órgão, as relações de subordinação, coordenação e controle necessárias ao seu funcionamento, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 53 O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 54 Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da sociedade, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 55 A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.

Art. 56 Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembléia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, por conta de participação nos lucros.

Art. 57 A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 58 Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. As deliberações da União, através de voto em Assembléia Geral, que visem à orientação de seus negócios, nos termos do art. 238 da Lei nº 6.404, de 1976, são considerados formas de exercício de direitos indisponíveis e não estarão sujeitas ao procedimento arbitral previsto no *caput* deste artigo.

Art. 59 Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, na forma do regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998.

Art. 60 Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

Art. 61 A União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva deverão:

I - Abster-se de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes períodos:

a) no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

b) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

II - Comunicar à Companhia e à bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, os seus planos de negociação periódica de valores mobiliários, caso os possuírem, assim como as subsequentes alterações ou descumprimento de tais planos. A comunicação deverá conter, no mínimo, se o plano é de investimento ou desinvestimento programado, a periodicidade e as quantidades programadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa

As práticas de governança corporativa são aprimoradas de forma permanente, assim como o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, empregados e demais públicos de interesse. A Companhia adota procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atua, monitorando continuamente a implementação e a aplicação das práticas estabelecidas.

No Brasil, a Petrobras está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No exterior, cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *New York Stock Exchange* (Nyse), nos Estados Unidos, e do *Latibex* da Bolsa de Madri, na Espanha. A partir de 2006, com a listagem de suas ações na Argentina, passou a estar sujeita também às normas da *Comisión Nacional de Valores* (CNV) e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires.

A Companhia mantém em análise o processo de adesão formal aos níveis diferenciados de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, sendo que, desde as reformas estatutárias de 2002, a Petrobras está alinhada às práticas e aos regulamentos estabelecidos.

Foi dado prosseguimento ao programa de treinamento em governança para executivos e empregados cuja atuação envolva diretamente o relacionamento com empresas do Sistema Petrobras, promovendo a conscientização sobre a importância do tema e difundindo as melhores práticas adotadas no Brasil e no exterior.

Em 2006, foi concluído o processo de revisão do Código de Ética do Sistema Petrobras, com participação dos empregados, que teve por objetivos promover a atualização do instrumento e adequá-lo às exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) quanto à abordagem de itens específicos aos Códigos de Ética das empresas com ações na Bolsa de Valores de Nova York.

Em atendimento à SOX, a Petrobras divulga no Form 20-F (*Annual Report*, exigido pela SEC), que um dos nove membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 3 de abril de 2006, é especialista financeiro.

Estrutura de Governança Corporativa

Na estrutura de governança corporativa da Petrobras estão o Conselho de Administração e seus comitês, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, a Ouvidoria Geral, o Comitê de Negócios e os Comitês de Gestão.

Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, tem como principais atribuições fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

gestão da Diretoria Executiva. Eleitos em Assembléia Geral Ordinária para mandatos de um ano, permitida a reeleição, são nove os integrantes do Conselho – sete representam o acionista controlador; um, os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias; e um representa os acionistas titulares de ações preferenciais.

Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta pelo presidente e seis diretores eleitos pelo Conselho para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é membro do Conselho de Administração, sem, no entanto, presidir o órgão.

Conselho Fiscal

Permanente e independente da administração, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, é composto por cinco membros, com mandatos de um ano, permitida a reeleição. Um deles representa os acionistas minoritários; outro, os acionistas titulares de ações preferenciais; e três atuam em nome da União – um deles indicado pelo ministro da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional. Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da Companhia e dos acionistas.

Auditoria

A Auditoria Interna planeja, executa e avalia as atividades de auditoria interna na e atende às solicitações da Alta Administração e de órgãos externos de controle. A Companhia se vale também de auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria. É obrigatório, a cada cinco anos, o rodízio entre empresas de auditoria.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral, vinculada ao Conselho de Administração, planeja, orienta, coordena e avalia atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas. Cabe a essa unidade atuar como canal para recebimento e processamento de denúncias a respeito de questões contábeis, controles internos e auditoria, incluindo a submissão confidencial e anônima por empregados, de modo a atender às exigências da Lei Sarbanes Oxley.

Comitês do Conselho de Administração

São três: Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão. Seus integrantes pertencem ao Conselho e o assessoram no cumprimento das responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Comitê de Auditoria

Atendendo totalmente às exigências da lei Sarbanes-Oxley, é composto por 3 membros independentes do Conselho de Administração, sendo seu presidente um especialista financeiro – de acordo com as definições da SEC. Tem como função analisar questões relacionadas à integridade dos relatórios financeiros em US GAAP e à eficácia dos controles internos, assim como supervisionar os auditores externos e internos da Petrobras.

Comitê de Negócios

Fórum de integração, atua na promoção do alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da Companhia e as diretrizes do Plano Estratégico, dando suporte ao processo decisório da Alta Administração.

Comitês de Gestão

Fóruns para amadurecimento e aprofundamento de temas a serem apresentados ao Comitê de Negócios, com o qual trabalham de forma articulada. Esta integração também existe entre os Comitês de Gestão e no seu relacionamento com os Comitês do Conselho de Administração.

A Companhia conta atualmente com os seguintes Comitês de Gestão: Exploração e Produção; Abastecimento; Gás e Energia; Recursos Humanos; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Análise de Organização e Gestão; Tecnologia da Informação; Controles Internos; Riscos; Tecnologia Petrobras; Responsabilidade Social e Ambiental; e Marketing e Marcas.

Controles Internos

O Programa Integrado de Sistemas e Métodos de Controles Internos (Prisma), incluído na agenda estratégica da Petrobras e atualmente incorporado à Gerência Geral de Controles Internos da Companhia, concluiu os trabalhos para atendimento aos requisitos da Seção 404 da lei Sarbanes-Oxley.

As atividades desenvolvidas em 2006, sob orientação do Comitê de Gestão de Controles Internos da Companhia e monitoramento do Comitê de Auditoria, consistiram na conclusão do mapeamento, documentação e manutenção da estrutura de controles internos para mitigação dos riscos associados aos relatórios financeiros consolidados do Sistema Petrobras.

A Gerência Geral de Controles Internos da Petrobras, fundamentada principalmente nas orientações do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e do

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT), deu continuidade à implementação das melhores práticas de governança corporativa e de controle sobre processos de negócios, serviços, financeiros e de tecnologia da informação.

A Petrobras validou, junto aos auditores independentes, o desenho dos processos e controles de impacto relevante nos Relatórios Financeiros Consolidados. Foram remediadas todas as deficiências que pudessem representar risco significativo ou material à certificação de controles internos. As Auditorias Internas do Sistema, vinculadas aos Conselhos de Administração, aplicaram novos testes de efetividade de controles, e não foram constatados quaisquer desvios que comprometessem o julgamento da adequação da estrutura de controles da Companhia, tanto em nível de entidade, como sobre processos e tecnologia da informação.

A documentação do desenho dos processos, dos controles e dos testes de efetividade vem sendo armazenada regularmente em sistema integrado de gerenciamento de controles internos, que monitora automaticamente o fluxo de papéis e responsabilidades, viabilizando a assinatura sobre a estrutura de controles internos, desde os níveis das gerências responsáveis diretamente pelos controles até os níveis superiores, chegando até o Diretor Financeiro e Presidente da Petrobras. Desta forma, os gestores, a Gerência Geral de Controles Internos, as Auditorias Internas, a Alta Administração e o Comitê de Auditoria podem visualizar, a qualquer tempo, o diagnóstico atualizado da situação dos controles internos do Sistema Petrobras.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu Código de ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da Companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008, desde abril de 2006.

Durante o exercício de 2006, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S., referente ao exercício social de 2005 e a KPMG Auditores Independentes, referente ao exercício social de 2006, prestaram os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas:

	R\$ - Mil
Auditoria Contábil.....	15.191
Auditoria SOX	2.063
Serviços relacionados a auditoria.....	3.011
Auditoria de Impostos.....	1.467
Outros.....	<u>928</u>
Total dos serviços.....	22.660

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

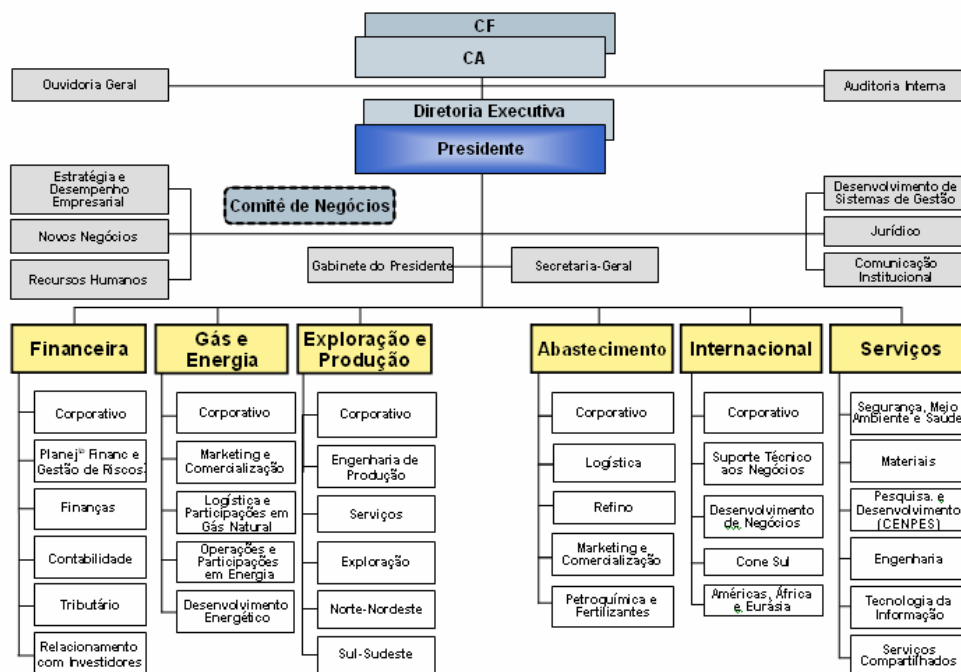
Divulgação de Informações

Como parte de sua política de transparência no relacionamento com o mercado de capitais a Companhia realiza reuniões abertas trimestrais para tornar públicos seus resultados e divulga seus balanços trimestrais em BR GAAP e US GAAP. Em virtude da listagem de suas ações na Argentina, a partir do fechamento de 2006, divulgará também seu balanço anual em US GAAP reconciliado ao padrão argentino.

A Petrobras possui um documento interno que formaliza os controles e procedimentos de divulgação de informações a serem seguidos por todos os profissionais da Companhia, garantindo que as informações divulgadas ao mercado sejam registradas, processadas, elaboradas e disponibilizadas de acordo com as normas e prazos legais.

Organização geral da Petrobras

O modelo de organização da Petrobras, aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2000, vem sendo aprimorado constantemente para se ajustar ao Plano Estratégico. Mudanças promovidas na estrutura da Companhia em 2006 resultaram, dentre outras, na reorganização da área de negócio de Gás e Energia e na criação da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Santos. Além disso, foram realizadas reavaliações do modelo de organização e gestão da Área de Negócio Internacional e em algumas estruturas de Unidades de Negócio no exterior, assim como a implementação da nova estrutura organizacional da área Financeira.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração

Dilma Vana Rousseff

Presidente

Silas Rondeau Cavalcanti Silva

Conselheiro

Guido Mantega

Conselheiro

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Conselheiro

Francisco Roberto de Albuquerque

Conselheiro

Arthur Antonio Sendas

Conselheiro

Fábio Colletti Barbosa

Conselheiro

Jorge Gerdau Johannpeter

Conselheiro

Diretoria Executiva

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Presidente

Almir Guilherme Barbassa

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Renato de Souza Duque

Diretor de Serviços

Guilherme de Oliveira Estrella

Diretor de Exploração e Produção

Paulo Roberto Costa

Diretor de Abastecimento

Maria das Graças Silva Foster

Diretora de Gás e Energia

Nestor Cuñat Cerveró

Diretor Internacional

Conselho Fiscal

Titulares

Maria Lúcia de Oliveira Falcón

Nelson Rocha Augusto

Túlio Luiz Zamin

Erenice Alves Guerra

Marcus Pereira Aucélio

Suplentes

Celso Barreto Neto

Maria Auxiliadora Alves da Silva

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Marcelo Cruz

Edison Freitas de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alterações em 13/11/2007

Item:

14.02 – Atualização dos títulos e valores mobiliários detidos por Conselheiros e Diretores

– Inclusão de novos comunicados :

- 1. Petrobras anuncia construção no Brasil da Plataforma P-56**
- 2. Emissão de US\$ 1 bilhão em Global Notes com Vencimento em 2018**
- 3. Análise da área de TUPI**
- 4. Petrobras assina acordo de compra de refinaria no Japão**

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	5
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	6
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	16
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	17
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	18
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	18
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	19
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	20
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	21
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	21
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	22
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	23
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	23
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	24
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	24
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	25
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	28
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	36
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	42
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	43
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	44
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	45
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	46
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	71
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	78
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	82
13	01	PROPRIEDADES	84
14	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS	85
14	02	INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS	91
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	160

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	166
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	167
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	172
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	173
18	01	ESTATUTO SOCIAL	178
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	198
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	206